



Segmento: Governo RS

14/02/2017 | Correio de Gravataí | Comunidade | 2

Ano passado

Ainda no ano passado, duas das empresas contratadas para executar a duplicação haviam rescindido o contrato. Na época, o governo do Estado havia alegado que a empresa Triunfo, que detinha a obra do trecho que compreende o município de Sapucaia do Sul, não tinha mais interesse em continuar o serviço. Além da execução da obra, o governo do Estado tem de lidar com as famílias que foram removidas das margens da RS-118. Eles aguardam a construção de moradias para que sejam reassentados, enquanto custeiam as despesas com auxílio do aluguel social.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio de Gravataí | Polícia | 6

Indicadores de violência do RS em debate

Na manhã desta segunda-feira,13, o Chefe de Polícia, Delegado Emerson Wendt participou de uma reunião com o governador do Estado, José Ivo Sartori, e com o secretário de Segurança Pública, Cezar Schirmer, no Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR). Na ocasião, o secretário apresentou ao governador a comparativa de dados de criminalidade de 2015 e 2016 no Rio Grande do Sul e Porto Alegre. Participaram da reunião, o comandante geral da Brigada Militar, cel. Mario Ikeda; a diretor do Instituto-Geral de Perícias, Cleber Muller e a diretora da Susepe, Marli Ane Stock.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Capa | 1

IGP recebe novas viaturas

Página 4

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Capa | 1

Nereu D'Ávila, 37 anos de PDT, decide sair do partido

PÁGINA 4

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Taline Oppitz | 4

Nereu se desfilia e critica PDT

Mais uma vez os rachas e divergências internas no PDT foram expostas na vitrine. Ontem, o presidente interino em Porto Alegre, Nereu D'Ávila encaminhou à executiva estadual sua renúncia e a solicitação de desfiliação, dele a da esposa Sônia, do partido, onde estava havia 37 anos. No ofício, Nereu destacou que a decisão é irrevogável e ocorreu devido a "profundas discordâncias programáticas e ideológicas". À coluna, Nereu criticou as posturas das executivas nacional e estadual, mencionando o apoio do PDT ao então governo Dilma Rousseff, a escolha de Jairo Jorge como pré-candidato ao Piratini em 2018 sem consulta às bases do

partido, e a movimentação da bancada na Assembleia, que se divide em relação a projetos do governo José Ivo Sartori, mas continua ocupando cargos na administração do peemedebista.

Pompeo assume cargo

O presidente estadual do PDT, Pompeo de Mattos, afirmou que respeita Nereu, mas que sua decisão vai na contramão da própria história e do futuro do PDT, "que é promissor e alvissareiro". Pompeo disse que reassumirá o comando do partido na Capital e que caso Nereu mantenha sua posição, estará "renegando toda a sua trajetória". O estatuto do PDT prevê que o presidente estadual acumula o comando em Porto Alegre, mas Pompeo havia se licenciado do cargo.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Política | 4

Sartori trava concursos e nomeações

O governador José Ivo Sartori (PMDB) renovou, por mais seis meses, sua estratégia de contingenciamento de despesas no Estado ao assinar decreto que suspende gastos com pessoal e congela itens do custeio sob valores iguais a 2016. De acordo com o documento, publicado ontem no Diário Oficial do Estado, o RS fica impedido de realizar concursos e nomeação de aprovados, criar cargos, fazer contratações temporárias ou promover servidores públicos do quadro permanente.

Por outro lado, o chefe do Executivo mantém sua prerrogativa de autorizar gastos com viagens e diárias, passagens áreas, contratação de consultorias e prestação de serviços terceirizados, alugar imóveis, equipamentos e adquirir material nos mesmos valores gastos em 2016. O efeito do decreto vale, retroativamente, a partir de 1˚ de janeiro e vai até a metade deste ano. No documento, o governo justifica que o terceiro ano de congelamento se deve a "dificuldades financeiras que permanecem a assolar o RS", diz o texto.

Para a líder da bancada do PT, deputada Stela Farias, o governo sustenta a "retórica da crise, apesar da necessidade de recomposição dos quadros da segurança pública". "Sartori aumentou impostos e aplicou outras medidas que reduziram o déficit a R\$ 143 milhões. Mesmo assim, deixa a população sem segurança e insiste em privatizar patrimônio", define Stela.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Política | 4

União e RJ não chegam a acordo no Supremo

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux emitiu despacho ontem dando prazo de 30 dias para que sejam implementadas as medidas previstas no acordo do Rio de Janeiro com a União. A decisão de Fux foi anunciada após audiência de conciliação no gabinete do ministro, da qual participaram o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o governador Luiz Fernando Pezão, e representantes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. A audiência de conciliação visava discutir a ação que pede a antecipação do acordo de recuperação fiscal do governo fluminense, com a liberação imediata de empréstimos ao Rio de Janeiro.

Mas Fux disse que para a sua decisão é preciso que sejam aprovadas no Congresso e na Assembleia do Rio as leis que são vistas como pré-requisito pela União e que possibilitariam ao STF tomar decisão final. Fux afirmou que "do estágio em que a causa foi apresentada ao Supremo faltava juridicidade, e era impossível que houvesse um mínimo respaldo legal para o pedido" do Rio de Janeiro. Um dos entraves a que se refere Fux é a aprovação, exigida pelo governo Temer, da privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae). Ontem, a votação da proposta na Assembleia do Rio foi adiada novamente. A presidência da Alerj informou que não há data prevista para a votação. Parte da sociedade do Rio é contra a privatização da Cedae. Além de novas manifestações terem ocorrido diante da Alerj, um princípio de incêndio no prédio principal da Assembleia, obrigou um debate sobre o assunto a ser adiado.

Piratini 'congela' votações até março

No Rio Grande do Sul, a votação do pacote de ajustes do Piratini, que integra as exigências do governo Temer para assinar o Plano de Recuperação Fiscal, deverá ficar travada até o início de março, pelo menos, e dependerá de acordo entre os líderes das bancadas para que as matérias possam chegar ao plenário. Restam para ser votados dois projetos de lei (PL), dois projetos de lei complementar (PLC) e sete propostas de emenda à Constituição (PEC). Todas as matérias estão aptas para votação em plenário, mas o governo preferiu adiar sua apreciação para o próximo mês. Assim, a Assembleia seguirá sem votações em fevereiro. Articuladores do governador José Ivo Sartori (PMDB) e integrantes da cúpula do Piratini contam com o avanço das negociações do plano no governo federal.

Mas, o exemplo do acordo do Rio de Janeiro, que está travado por conta da falta de aprovação de medidas na Assembleia carioca, está impactando as ações no Estado. O acordo com a União tem sido descrito como "salvação" e qualificado como um "trunfo" pelo líder do governo Gabriel Souza (PMDB). A oposição, no entanto, promete prolongar a discussão e reforçar a pressão sobre partidos aliados de Sartori. Parte das medidas foi aprovada em dezembro do ano passado, com divergências na base. Permanecem na pauta a PEC que converte a licença-prêmio dos servidores em licença capacitação; a que modifica a data de pagamento dos salários para até dia 20 do mês seguinte; a que permite ao governo pagar o 13˚ salário até o mês de novembro do próximo ano, e a que libera o governo de fazer plebiscito para privatizar estatais.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Geral | 21

Engenheiros fazem alerta

O Tribunal de Justiça acolheu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pelo Sindicato dos Engenheiros do RS (Senge) contra a flexibilização da Lei de Incêndios, e notificou o governador Sartori e o presidente da Assembleia Legislativa, Edegar Pretto, a prestarem esclarecimentos no prazo de 30 dias. Concedeu ainda 20 dias para manifestação do procurador-geral do Estado, Euzébio Ruschel. A Adin busca revogar alguns artigos da lei complementar 14.924/2016 e do decreto 53.280/2016 que preveem "excessiva" flexibilização das normas de segurança, proteção e prevenção contra riscos de incêndio.

O Senge quer que o Estado garanta a segurança pública, a partir da criação de condições técnicas para que o Corpo de Bombeiros Militar exerça seu trabalho de maneira eficiente. O Sindicato alerta para a presença e apoio dos engenheiros na corporação por serem profissionais legalmente habilitados para a orientar e implementar medidas contra incêndio. O Rio Grande do Sul é um dos estados com maior ocorrência de incêndios do país. Em função disso, o Senge pretende alertar sobre os sérios riscos que a sociedade está submetida.

Os engenheiros alegam que estão sendo adotadas medidas que "precarizam a fiscalização das edificações, como a dispensa de vistorias e de projetos de PPCI para a expedição e renovação de alvarás, que atualmente contam com informações prestadas por leigos, e também a ampliação dos prazos de validade desses documentos". O sindicato acrescentou que os riscos vêm sendo denunciados e que apresentou recomendações aos deputados e ao governo do Estado sobre a urgência de regulamentação da lei. O Senge, através de seu diretor Alexandre Rava de Campos, membro do Conselho de Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndio, mantém posição favorável à presença de profissionais de Engenharia nas seções técnicas do Corpo de Bombeiros.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Polícia | 24

Apresentado plano estadual

Os integrantes do Fórum da Questão Penitenciária divulgaram ontem a proposta de criação de um Plano Estadual Penitenciário no RS. A sugestão foi apresentada ao governador José Ivo Sartori durante encontro na sede da Secretaria de Segurança Pública. O presidente da Associação dos Juízes do RS (Ajuris), Gilberto Schäfer, disse que foi pedido ao governador a criação de um Plano Estadual Penitenciário no Estado. Segundo Schäfer, a ideia é estabelecer um modelo de construção de casas prisionais.

"Não queremos mais, no Rio Grande do Sul, presídios semelhantes ao Presídio Central (recentemente rebatizado de Cadeia Pública)", destacou o presidente da Ajuris. Conforme ele, é preciso discutir questões como a superlotação nas casas prisionais, o

trabalho interno e externo dos presos e o acesso dos detentos a áreas como saúde e educação. De acordo com Gilberto Schäfer, a questão prisional deve ter uma política estabelecida e liderada pelo chefe do Executivo. O encontro contou com a presença do secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Cezar Schirmer.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Polícia | 24

IGP recebe 29 viaturas

O Instituto-Geral de Perícias (IGP) recebeu ontem 29 viaturas que irão substituir a frota atual, que possui alguns carros com mais de 20 anos. As viaturas serão distribuídas para 16 cidades do Estado e serão utilizadas nos atendimentos de crimes em locais de difícil acesso. A cerimônia de entrega ocorreu no pátio da Secretaria de Segurança Pública e contou com as presenças do governador José Ivo Sartori e o do secretário de Segurança Pública, Cezar Schirmer.

O investimento nas viaturas, segundo o governo, foi de R\$ 3,6 milhões e a medida integra a 2ª Fase do Plano Estadual de Segurança. Schirmer afirmou que o governo do Estado, com a aquisição dos veículos, atende a uma reivindicação histórica do IGP. O secretário anunciou que ainda este ano será aberto concurso público para o IGP. Somando 2016 e o início deste ano, já foram investidos mais de R\$ 4 milhões na instituição.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Cachoeirinha | Comunidade | 2

Ano passado

Ainda no ano passado, duas das empresas contratadas para executar a duplicação haviam rescindido o contrato. Na época, o governo do Estado havia alegado que a empresa Triunfo, que detinha a obra do trecho que compreende o município de Sapucaia do Sul, não tinha mais interesse em continuar o serviço. Além da execução da obra, o governo do Estado tem de lidar com as famílias que foram removidas das margens da RS-118. Eles aguardam a construção de moradias para que sejam reassentados, enquanto custeiam as despesas com auxílio do aluguel social.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Cachoeirinha | Polícia | 6

Indicadores de violência do RS em debate

Na manhã desta segunda-feira,13, o Chefe de Polícia, Delegado Emerson Wendt participou de uma reunião com o governador do Estado, José Ivo Sartori, e com o secretário de Segurança Pública, Cezar Schirmer, no Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR). Na ocasião, o secretário apresentou ao governador a comparativa de dados de criminalidade de 2015 e 2016 no Rio Grande do Sul e Porto Alegre. Participaram da reunião, o comandante geral da Brigada Militar, cel. Mario Ikeda; a diretor do Instituto-Geral de Perícias, Cleber Muller e a diretora da Susepe, Marli Ane Stock.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Canoas | Observatório | 2

Terreno

O LEITOR RECLAMA - Elza Márcia Santos reclama de um terreno baldio na Avenida A.J. Renner, em frente ao 374, no Estância Velha Ela diz que é uma área enorme, com mato muito alto. Ninguém toma providências. Já apareceram até cobras na sua casa.

A PREFEITURA RESPONDE — A Secretaria do Meio Ambiente vai marcar para a semana que vem, com a secretaria de Serviços Urbanos, a roçada e limpeza das calçadas e do terreno.

Clique aqui para acessar a matéria

Novo decreto mantém concursos suspensos

Porto Alegre - O governo do Estado publicou ontem no Diário Oficial novo decreto para contenção de gastos da administração, autarquias e fundações. O texto mantém suspensas a abertura de concurso público ou de processo seletivo, criação de cargos, criação, alteração ou reestruturação de quadro de pessoal, criação de novas gratificações ou alteração daquelas já existentes, nomeação para cargos de provimento efetivo, contratação de pessoal, contratação temporária e promoções nos quadros de pessoal — com exceções quando houver necessidade de interesse público, justificada pelo órgão ou entidade requerente.

O governador José Ivo Sartori alega que a medida é necessária para enfrentar a crise econômica e manter o controle das despesas. Ficam limitadas também as diárias de viagem e aquisição de passagens aéreas, aluguéis de imóveis e equipamentos, aquisição de material permanente acima de R\$ 3 mil, entre outros. Além disso, medidas excepcionais podem ser tomadas quando houver interesse público, conforme deliberação da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira (Juncof). O texto renova as orientações dos decretos publicados desde o início da gestão e considera também o de número 53.303, de novembro de 2016, que decretou estado de calamidade financeira no Rio Grande do Sul.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Canoas | Polícia | 28

Centro de Triagem de Presos para dia 20

Porto Alegre - O governo do Estado confirmou nesta segunda-feira que o primeiro Centro de Triagem para Presos Provisórios será entregue na próxima segunda, dia 20. A estrutura, no bairro Partenon, em Porto Alegre, nos fundos do Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), já abrigou uma cadeia do regime semiaberto na gestão Yeda Crusius, e sua reforma será finalizada pelo Exército. Com isso, serão abertas 82 vagas a presos que hoje lotam as delegacias na Capital e na Região Metropolitana. Atualmente, há 35 mil detentos no sistema penitenciário —11 mil além da capacidade de vagas.

A confirmação da entrega do Centro de Triagem, primeira de quatro estruturas similares que serão inauguradas ainda esse ano no Estado, foi dada na manhã de hoje pelo governador José Ivo Sartori e pelo secretário estadual da Segurança, Cezar Schirmer, ao presidente da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Gilberto Schãfer, em reunião com os integrantes do Fórum da Questão Penitenciária. No encontro, Schãfer apresentou a Sartori a proposta dos integrantes do Fórum, de fevereiro de 2016, de criar um programa estadual penitenciário nos moldes do plano estadual do sistema socio-educativo. Sartori designou Schirmer para reunir-se com os membros do Fórum e elaborar uma proposta.

FUNDO ESTADUAL PENITENCIÁRIO

Tramita na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (PL) 265/2016, do deputado estadual Enio Bacci (PDT), que autoriza o governo a criar um fundo estadual para municípios que mantiverem ou instalarem serviços penitenciários e guardas municipais. Os recursos deverão ser destinados exclusivamente para melhorias em torno dos estabelecimentos penais, aquisição e manutenção de equipamentos de vigilância, veículos equipados, coletes balísticos, compra de armamento e uniformes para as guardas municipais. "Vivemos um momento dramático financeiro e de segurança no Estado. A ideia é colocar previsão orçamentária mínima no caixa, mas trabalhando na busca de doações e de parcerias com isenção fiscal, como com as empresas que participam do Fundopen, além de buscar verbas federais", assinala Bacci.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Estado | 12

Sartori congela as despesas e suspende os concursos públicos

O governador José Ivo Sartori renovou esta semana o decreto que suspende novas nomeações, congela despesas e controla gastos no âmbito do Poder Executivo. O decreto foi publicado na edição de ontem do Diário Oficial do Estado. Ainda segundo o decreto, permanecem suspensas a criação de cargos, criação de novas gratificações e também promoções no no quadro de pessoal. Já em

relação a diárias de viagem para aquisição de passagens aéreas, as despesas ficarão limitadas ao valor executado no ano anterior. O mesmo vale para contratação ou renovação de contratos de consultoria e também para a celebração de novos contratos de aluguel de imóveis e de equipamentos.

EXCEÇÕES

O texto prevê situações em que as regras possam ser flexibilizadas, em caráter excepcional, e quando se tratar de necessidade voltada ao interesse público. No entanto, a exceção só pode ser executada mediante autorização da Secretaria da Fazenda. Em vigor desde o início da administração Sartori, o decreto já teve situações de excepcionalidade. Em novembro do ano passado, por exemplo, o governo autorizou a nomeação de 310 concursados para sete áreas. As nomeações estavam represadas desde o início de 2015.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Armando Burd | 14

De vento em popa

O maior complexo de energia eólica da América Latina, com potencial para se tornar o maior do mundo, está em construção no Rio Grande do Sul. Entre 2006 e o final do ano passado, o Estado recebeu investimentos de 9 bilhões e 300 milhões de reais nessa matriz.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Armando Burd | 14

Rápidas III

O leque passou a ser mais usado no Palácio Piratini, não só para as senhoras espantarem o calor. Significa também peça para ampliar a base aliada na Assembleia.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Capa | 1

Mu ller afirma que Estado terá um dos melhores centros de perícia

Página 21

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Capa | 1

Sartori reedita o decreto para contenção dos gastos estaduais

Página 19

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Panorama | 1

Turma da bagunça

Três turmas, professores ensandecidos, alunos rebeldes e bagunceiros e uma escola de pernas para o ar. Esse é o pano de fundo de Turma 5B, série dirigida por Iuli Gerbase, com produção da Prana Filmes. Voltado ao público infantil, o programa conta a história de uma turma baderneira do 5º ano do Ensino Fundamental e a chegada de um orientador que tenta colocar o colégio em ordem. O enredo parece simples, mas os diálogos e atuação das crianças valorizam o seriado. Quando os professores chegam ao limite com o

comportamento da 5B e decidem se demitir em massa se a situação não mudar, a diretora Adelaide resolve procurar ajuda.

É em meio a esse ambiente caótico que Ricardo, o novo conselheiro educacional, chega à escola e precisa inventar soluções para corrigir esses alunos. A divisão das turmas em três grupos se dá por personalidade, que fica implícita até na cor do uniforme que cada turma usa. "Quis pegar esse momento tão polarizado e também brincar com a situação de hoje em que temos muitas discussões e brigas sobre qualquer assunto", explica Iuli. A 5A é a turma mais arrogante, com alunos que se acham superiores aos outros da escola. Já a 5B é a mais bagunceira e questionadora, restando para a 5C ser "paz e amor", não se metendo em brigas nem incomodando os professores.

O roteiro foi escrito pela própria Iuli em parceria com Luís Mário Fontoura e Tatiana Nequete. A diretora, que já trabalhou com pequenos no curtametragem infantil Pierre e a mochila, conta que sempre quis fazer uma série com crianças dessa idade. "A ideia era mostrar o período entre os 10 anos, que é quase o fim da infância, quase adolescência, em que elas são espertas, mas ainda têm ingenuidade e a graça de ser criança." Com 13 episódios de aproximadamente 13 minutos, o projeto foi aprovado no edital do Fundo Setorial do Audiovisual e deveria ser exibido na TVE. Porém, o destino da série segue indefinido em função da extinção da Fundação Cultural Piratini pelo governo estadual.

Fugindo do aspecto de programa educativo, Iuli explica que o intuito era fazer com que em cada episódio os pequenos espectadores aprendessem alguma coisa, mas que isso ocorresse de forma divertida, não didaticamente. Entre as referências para a criação do roteiro, Iuli cita os filmes O pequeno Nicolau e Mafalda e desenhos que marcaram sua infância, como Hey Arnold! e Doug. "Eu vejo muito desenho infantil e gosto desses com crianças espertas, apesar da pouca idade, e com grupos de amigos", conta a diretora. Ao todo, 4 mil crianças fizeram o teste para a série. Trinta delas foram selecionadas e nove protagonizam a produção. Helena Becker, Ryan Telles, João Kowal, Isadora Souza e Thayse Trindade explicam, respectivamente, quem são seus personagens: Lisa é fofa, Chico é mais nerd, Jorge é mauricinho e estúpido com os outros, Susi é patricinha e, Melissa, a esportista, sua melhor amiga. A série traz também os rebeldes Rita, Fabinho, Afonso, Jorginho e Miguel Granola.

A produção levou dois meses de reuniões e ensaios para preparar os atores e 30 dias de filmagens no Colégio Marista Champagnat (escolhido por ter detalhes específicos para as gravações, finalizadas no domingo). Para as crianças, os aprendizados no set de filmagem são muitos, como deixar as diferenças de lado, não fazer bullying, respeitar os adultos e a vez do outro, mas o que eles gostam mesmo é da bagunça. Com a falta de programas protagonizados por crianças, a importância de se verem representados nas telas é citada por todos, que estão ansiosos para que o seriado seja um sucesso.

Filha do cineasta Carlos Gerbase e da produtora Luciana Tomasi, Iuli não se preocupa em ser comparada com os pais, que nunca trabalharam com produções infantis. "Acho que se distancia bastante a minha obra da dele e o bom é que, por ver eles trabalhando quando criança, não criei muitas expectativas sobre o cinema, sempre soube que era difícil e não fiquei iludida." Turma 5B conta ainda com Bruno Polidoro na fotografia e Ana Júlia Fortes na direção de arte. O desfecho da série pode ser acompanhado na página da produção no Facebook: www. facebook.com/turma5b.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Opinião | 2

O desafio é tornar o nosso País bem mais seguro

Realmente, como está não dá para ficar. A insegurança nas ruas das cidades brasileiras está acima do tolerável, se é que se pode estabelecer um nível aceitável de mal-estar com homicídios, latrocínios e furtos e roubos em geral. Por isso, a nova ofensiva administrativa para integrar os órgãos de segurança da prefeitura da Capital com aqueles inerentes ao governo do Estado, especialmente a Brigada Militar e a Polícia Civil, é louvável. A iniciativa do prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) levou a uma reunião com o secretário Cezar Schirmer, da Segurança estadual, além de oficiais da Brigada Militar e delegados.

Mesmo que os policiais militares venham fazendo um bom trabalho, da mesma forma que a Polícia Civil ao desbaratar quadrilhas que agiam na Região Metropolitana, é fundamental aprofundar o policiamento, especialmente o ostensivo, em Porto Alegre. Por isso, a importância da integração e onde a presença da Guarda Municipal pode e deve ir além da vigilância do patrimônio municipal.

A crise no Espírito Santo, com mulheres de policiais militares bloqueando a saída de viaturas e agentes para seus postos de trabalho, escancarou um grave problema, além do que pessoal militar fardado e armado não pode fazer movimento tido como grevista. Muitos reclamaram da demora da ação do governo federal, mas esqueceram que, nestes casos, somente após pedido de tropas das Forças Armadas pelos governadores é que Brasília pode agir. E agiu bem, com cerca de 3 mil homens da Marinha, com fuzileiros navais, Exército e do pessoal de Infantaria de Guarda da Força Aérea Brasileira (FAB). Coube ao Exército a maior parte dos militares, pois a força terrestre tem os maiores efetivos e presentes em todo o País, que estão prontos para ação. No entanto não se pode esquecer que isso é algo pontual, pois as Forças Armadas não têm o treinamento efetivo, prático, do serviço policial, ainda mais quando deslocadas tropas de um estado para outro, em capitais e cidades cuja capilaridade não é do seu conhecimento. Já as polícias militares conhecem o terreno, pelo trabalho diuturno que realizam.

De qualquer modo, o panorama atual é de uma sensação de insegurança generalizada, algo observado no Rio Grande do Sul, começando por Porto Alegre. Evidentemente que casos de homicídios, latrocínios, furtos e roubos de automóveis e drogadição não começaram nos últimos anos. No entanto, em décadas passadas, quando havia um crime, por exemplo, de homicídio na Capital, o assunto tomava conta do noticiário por semanas, às vezes meses.

Hoje, mal é noticiado um latrocínio e, dias após outro e mais outro, o que não permite acompanhamento das páginas policiais dos jornais, rádios e TVs. A banalização do crime, aqui e em outros estados, também lança sobre a população uma nuvem de descrença nas instituições, o que não é, obviamente, nada recomendável, começando pela Justiça, e a impressão de que existe, sim, um "entra e sai nas delegacias" que gera impunidade.

Porém há que se ressalvar que segurança faz parte de toda uma construção do tecido social que compõe a população portoalegrense. Não se pode aceitar a existência de vilas sem saneamento, com moradias precárias, sem escolas, sem policiamento e onde muitas crianças crescem fora de uma estrutura familiar que pratique e ensine as maneiras corretas da vida coletiva. Refundar a sociedade e construir uma nacionalidade em que todas as crianças estejam em salas de aula aprendendo o que é certo e o errado, seus deveres e direitos, é a base de um Brasil melhor. Fora disso, continuaremos a nos lamentar por gerações.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Artigos | 4

Oportunidades gaúchas na era Trump

Lasier Martins

Juntar os cacos da política externa da dupla Lula/Dilma em meio ao vendaval da guinada nacionalista do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Partido Republicano), é um desafio de bom tamanho para o chanceler José Serra (PSDB), ao Itamarati como um todo e aos diplomatas encarregados de levar nosso barco em meio à espessa neblina que cobre a cena internacional nestes momentos. Não obstante a carga negativa contra o novo e radical ocupante da Casa Branca na imprensa internacional e, em especial, na mídia norte-americana, a mobilização de ativistas e militantes de tantas causas nas ruas e foros diversos, a leitura atenta de opiniões especializadas que também aparecem em jornais e revistas sugerem que há uma luz no fim do túnel.

Aqui e ali, opiniões categorizadas dizem que novas oportunidades estariam se abrindo a países periféricos, como o Brasil, que estão fora dos grandes blocos do Hemisfério Norte. Para um estado exportador, como o Rio Grande do Sul, com forte participação dos mercados de commodities e de produtos acabados da indústria manufatureira e metalomecânica, o pretenso isolacionismo norte-americano é uma notícia alvissareira para setores como autopeças, calçados, têxtil e outros. Neste sentido, vale lembrar que a Comissão de Relações Exteriores do Senado teve sorte ao aprovar o embaixador Sérgio Amaral para defender os interesses do Brasil em Washington. Quando sabatinamos o candidato ao posto, demos ênfase ao multilateralismo que se anunciava, com a eleição dada como certa da senadora Hillary Clinton (Partido Democrata) e a continuidade da política externa do presidente Barak Obama.

O vento virou. O novo embaixador, porém, foi dos primeiros a advertir aos críticos que os novos tempos seriam favoráveis ao Brasil. Os primeiros passos de Donald Trump, rompendo com os blocos do Pacífico e da América do Norte (Nafta), mandando para as calendas a projetada frente do Atlântico Norte, abrem espaço para vendedores avulsos, como nosso País. Neste sentido, está mais do que na hora de o governo gaúcho ativar suas agências de relações comerciais e internacional, para o Estado chegar com os motores

ligados quando estas novas oportunidade se colocarem.

Senador (PSD)

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Política | 19

Banrisul não deve ser privatizado, afirma Yeda

Ex-governadora defende transparência na negociação com a União

Diferentemente da projeção do vice-governador José Paulo Cairoli (PSD), de que o Banrisul vai ser privatizado no futuro, a ex-governadora (2007-2010) e agora deputada federal Yeda Crusius (PSDB) defende que se tire o assunto de cogitação. A tucana comenta o assunto, que já havia sido alvo de especulação durante sua gestão e em anos anteriores, e acredita que, durante o processo de renegociação da dívida do Estado com a União, esse tema deve ser "equacionado". "Vamos parar com essa ideia de privatizar o Banrisul. Digam aonde querem chegar e de que maneira", cobra.

Em entrevista publicada ontem no Jornal do Comércio, Cairoli afirma que, "em algum momento, (privatizar o Banrisul) vai ser feito. Não sei se no governo seguinte ou em algum outro". Yeda lembra que a especulação quanto à possível venda do banco vem de 1998, quando se reestruturou a dívida do Estado com a União. Desde então, se paga ao governo federal uma parcela extra limite da dívida, para manter o Banrisul, um dos poucos bancos estaduais que restaram no País. Hoje, o Estado compromete mensalmente 13% da sua receita corrente líquida com o pagamento da dívida junto à União.

"O que tem que ser olhado é, dentro do processo de renegociação da dívida, qual o papel de transferir o Banrisul para o mundo privado. O que o Estado ganha com isso? Tem que ficar muito claro", defendeu. A ex-governadora vê a opinião de Cairoli alinhada ao "perfil liberal" do vice de José Ivo Sartori (PMDB). No entanto, sustenta que a questão deve ser colocada com mais "inteligência". "O povo não vai aceitar que isso seja de novo uma bandeira política de um lado ou de outro", justifica.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Política | 19

Sartori reedita decreto para contingenciamento de gastos

O governador José Ivo Sartori (PMDB) reeditou, pela quinta vez, o decreto de contenção de gastos que suspende por seis meses a abertura de concurso público, contratação de pessoal, criação de novas gratificações, entre outras determinações. A medida foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial do Estado (DOE). Apesar da rigidez do ato, medidas excepcionais podem ser tomadas quando houver interesse público, mediante deliberação da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira (Juncof).

No ano passado, por exemplo, foi autorizada a renovação do contrato temporário de servidores de diversas áreas. Na justificativa do decreto, Sartori alega que a medida é necessária para enfrentar a crise econômica e manter o controle das despesas. O primeiro ato de contenção de gastos editado pelo chefe do Executivo estadual foi publicado no DOE em 2 de janeiro de 2015, logo que assumiu o governo. A partir daí, a cada semestre, renovou a medida, que também limita diárias de viagem, alugueis de imóveis e aquisição de material permanente acima de R\$ 3.000,00.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Política | 20

Nereu D'Avila deixa PDT por 'discordância ideológica' com diretórios nacional e gaúcho

O ex-vereador Nereu D'Avila entregou ontem um pedido de desfiliação do PDT. Ele deixa o cargo de presidente metropolitano do partido, que passa a ser ocupado pelo presidente estadual da sigla, deputado federal Pompeo de Mattos. Após 37 anos no quadro

político do PDT e 34 anos como vereador em Porto Alegre, Nereu alega "discordância programática e ideológica" com decisões dos diretórios nacional e estadual do partido.

Entre as divergências, ele cita o que chama de "imposição", para as eleições gerais de 2018, das candidaturas de Ciro Gomes à presidência e de Jairo Jorge ao governo do Estado. Outro ponto em que discorda de Carlos Lupi, presidente nacional pedetista, foi a opção por expulsar nomes como o deputado federal Giovani Cherini (hoje no PR) por ter votado a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT).

Nereu também não considera acertada a postura do partido na Assembleia Legislativa, de não ter fechado acordo quanto à votação do pacote de reestruturação do Estado proposto pelo governador José Ivo Sartori (PMDB). Pompeo de Mattos lamenta e considera que a atitude "rasga a história de uma vida inteira no partido". A decisão de Nereu foi acompanhada pela esposa, Sônia D'Avila, suplente de vereadora em Porto Alegre também pelo PDT.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Política | 20

PMDB quer evitar disputa ao comando estadual

Entre os mais cotados à presidência estão os deputados Alceu Moreira e Edson Brum e o ex-prefeito Sebastião Melo

O PMDB gaúcho deve escolher, até a segunda quinzena de março, os novos membros do diretório e da executiva, além do novo presidente estadual. Uma vez que o atual líder dos peemedebistas gaúchos, deputado estadual Ibsen Pinheiro, não quer continuar no cargo, os militantes apontam nomes de sua preferência. Entre os mais cotados estão o deputado estadual Edson Brum, o deputado federal Alceu Moreira e o ex-vice-prefeito da Capital Sebastião Melo. "Não quero continuar na presidência do partido.

Mas também não vou me alhear ao processo. Pretendo, pelo menos, conduzir a escolha. Vou trabalhar para que consigamos construir uma chapa única. Mas, se tiver disputa, temos que entender", projetou Ibsen. O presidente quer evitar a eleição interna, porque teme que cause um racha dentro da sigla. Na avaliação de Ibsen, os filiados devem se manter unidos na defesa do governo do presidente Michel Temer (PMDB) e principalmente do governador José Ivo Sartori (PMDB) – que tem implementado medidas amargas no Estado, o que pode gerar grande desgaste político aos peemedebistas. Brum, um dos cotados para a presidência, deve viajar a Brasília para conversar com membros da bancada federal.

"Pretendo conversar com o Alceu, o (Osmar) Terra (PMDB), o (Eliseu) Padilha (PMDB) para discutir o que é melhor para o PMDB. Eu não quero ser candidato (à presidência do PMDB). Só se o partido exigir, porque sempre fui comprometido com as decisões partidárias", avaliou o deputado estadual. Ele foi presidente do diretório estadual em 2014. Segundo alguns peemedebistas, sua proximidade com as bases nos municípios do Interior foi decisiva para a eleição de Sartori. O ex-presidente acredita que essa característica é fundamental para assumir a presidência, assim como a capacidade de articulação política. Alguns militantes também usam o critério da proximidade com as bases para escolher esse ou aquele nome. Alguns acreditam que, por ser deputado federal, Alceu Moreira estaria muito longe dos filiados no Rio Grande do Sul.

"Isso faria sentido no caso de outros parlamentares. Mas não no do Alceu. Ele está muito presente aqui no Estado. Percorre o Rio Grande do Sul mais que muitos deputados estaduais", analisou Brum. Outro nome citado para a presidência do PMDB gaúcho é o de Melo. Entretanto uma ala do partido tem resistência à indicação dele, por considerar que sua força política se concentra apenas na Região Metropolitana, sem muita expressão no interior do Estado. De qualquer forma, o ex-vice-prefeito nega que seja candidato à presidência estadual. "Não sou candidato a presidente do PMDB estadual. Não vejo os outros como candidatos também. Não vejo motivo para uma disputa interna agora, com os desafios do governo federal e estadual", disse Melo. Para ele, "o primeiro nome à presidência continua sendo o de Ibsen".

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Geral | 21

Centro de triagem no IPF está garantido para este mês

Vinda de reforço da Força Nacional depende de paz no Espírito Santo

Aguardada como parte do Plano Nacional de Segurança Integrada, que começa amanhã, a chegada de mais 200 homens e mulheres da Força Nacional à Capital depende da resolução do conflito existente no Espírito Santo. No total, 120 agentes reforçam o patrulhamento de Porto Alegre, segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), mas o número vem caindo com o passar dos meses.

No entanto, a SSP garante que os agentes serão liberados assim que a ordem for estabelecida em Vitória. Outras medidas para conter a violência no Rio Grande do Sul foram discutidas ontem durante a cerimônia de entrega de 29 viaturas ao Instituto-Geral de Perícias (IGP).

O secretário Cezar Schirmer garantiu que o centro de triagem de presos, em construção ao lado do Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), deve ser entregue dentro do prazo, estabelecido em 20 de fevereiro. Schirmer também relembrou que foram abertos novos concursos para o IGP e para a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). O edital do concurso para o preenchimento de 700 vagas da Susepe foi lançado na metade de janeiro.

Já o do IGP deve ser lançado em, no máximo, 60 dias e prevê o ingresso de 106 servidores. A maioria dos carros entregue ao IGP são Ford Ka e chegam para substituir veículos mais antigos, desgastados e com alto custo de manutenção. Outros seis veículos Nissan Versa, destinados a grandes deslocamentos, ainda devem ser entregues ao órgão. Entre os 29 repassados ontem, estão camionetes Mitsubishi com tração 4x4 para atendimento em locais de difícil acesso. Do total de 35 viaturas, Porto Alegre ficará com 17.

As outras serão encaminhadas a Canoas, Lajeado, Caxias do Sul, Vacaria, Passo Fundo, Erechim, Santa Maria, Santo Ângelo, Cruz Alta, Ijuí, São Luiz Gonzaga, Três Passos, Pelotas, Uruguaiana e Novo Hamburgo. De acordo com o diretor-geral do IGP, Cleber Muller, a entrega dos veículos faz parte de um planejamento estratégico, que também inclui um projeto para o laboratório, com aquisição de cromatógrafos para acelerar o resultado de exames, principalmente de drogas, e de demais equipamentos que qualificam as análises de DNA.

"Todo o investimento feito no governo anterior, entre 2011 e 2014, não chega a 30% do que o governo Sartori investiu na perícia somente no ano passado. Só em 2016, foram R\$ 3,8 milhões. Temos projetos para este ano que, com recursos federais e estaduais, chegam a R\$ 17 milhões. Conseguimos conscientizar o governo da importância do investimento na prova técnica", ponderou Muller. Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Contracapa | 28

Nesta edição - Caderno Panorama

Iuli Gerbase encerra as filmagens da série para TV Turma 5B

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Capa | 1

Mu ller afirma que Estado terá um dos melhores centros de perícia

Página 21

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Capa | 1

Sartori reedita o decreto para contenção dos gastos estaduais

Página 19

Clique aqui para acessar a matéria

Turma da bagunça

Três turmas, professores ensandecidos, alunos rebeldes e bagunceiros e uma escola de pernas para o ar. Esse é o pano de fundo de Turma 5B, série dirigida por Iuli Gerbase, com produção da Prana Filmes. Voltado ao público infantil, o programa conta a história de uma turma baderneira do 5º ano do Ensino Fundamental e a chegada de um orientador que tenta colocar o colégio em ordem. O enredo parece simples, mas os diálogos e atuação das crianças valorizam o seriado. Quando os professores chegam ao limite com o comportamento da 5B e decidem se demitir em massa se a situação não mudar, a diretora Adelaide resolve procurar ajuda.

É em meio a esse ambiente caótico que Ricardo, o novo conselheiro educacional, chega à escola e precisa inventar soluções para corrigir esses alunos. A divisão das turmas em três grupos se dá por personalidade, que fica implícita até na cor do uniforme que cada turma usa. "Quis pegar esse momento tão polarizado e também brincar com a situação de hoje em que temos muitas discussões e brigas sobre qualquer assunto", explica Iuli. A 5A é a turma mais arrogante, com alunos que se acham superiores aos outros da escola. Já a 5B é a mais bagunceira e questionadora, restando para a 5C ser "paz e amor", não se metendo em brigas nem incomodando os professores.

O roteiro foi escrito pela própria Iuli em parceria com Luís Mário Fontoura e Tatiana Nequete. A diretora, que já trabalhou com pequenos no curtametragem infantil Pierre e a mochila, conta que sempre quis fazer uma série com crianças dessa idade. "A ideia era mostrar o período entre os 10 anos, que é quase o fim da infância, quase adolescência, em que elas são espertas, mas ainda têm ingenuidade e a graça de ser criança." Com 13 episódios de aproximadamente 13 minutos, o projeto foi aprovado no edital do Fundo Setorial do Audiovisual e deveria ser exibido na TVE. Porém, o destino da série segue indefinido em função da extinção da Fundação Cultural Piratini pelo governo estadual.

Fugindo do aspecto de programa educativo, Iuli explica que o intuito era fazer com que em cada episódio os pequenos espectadores aprendessem alguma coisa, mas que isso ocorresse de forma divertida, não didaticamente. Entre as referências para a criação do roteiro, Iuli cita os filmes O pequeno Nicolau e Mafalda e desenhos que marcaram sua infância, como Hey Arnold! e Doug. "Eu vejo muito desenho infantil e gosto desses com crianças espertas, apesar da pouca idade, e com grupos de amigos", conta a diretora. Ao todo, 4 mil crianças fizeram o teste para a série. Trinta delas foram selecionadas e nove protagonizam a produção. Helena Becker, Ryan Telles, João Kowal, Isadora Souza e Thayse Trindade explicam, respectivamente, quem são seus personagens: Lisa é fofa, Chico é mais nerd, Jorge é mauricinho e estúpido com os outros, Susi é patricinha e, Melissa, a esportista, sua melhor amiga. A série traz também os rebeldes Rita, Fabinho, Afonso, Jorginho e Miguel Granola.

A produção levou dois meses de reuniões e ensaios para preparar os atores e 30 dias de filmagens no Colégio Marista Champagnat (escolhido por ter detalhes específicos para as gravações, finalizadas no domingo). Para as crianças, os aprendizados no set de filmagem são muitos, como deixar as diferenças de lado, não fazer bullying, respeitar os adultos e a vez do outro, mas o que eles gostam mesmo é da bagunça. Com a falta de programas protagonizados por crianças, a importância de se verem representados nas telas é citada por todos, que estão ansiosos para que o seriado seja um sucesso.

Filha do cineasta Carlos Gerbase e da produtora Luciana Tomasi, Iuli não se preocupa em ser comparada com os pais, que nunca trabalharam com produções infantis. "Acho que se distancia bastante a minha obra da dele e o bom é que, por ver eles trabalhando quando criança, não criei muitas expectativas sobre o cinema, sempre soube que era difícil e não fiquei iludida." Turma 5B conta ainda com Bruno Polidoro na fotografia e Ana Júlia Fortes na direção de arte. O desfecho da série pode ser acompanhado na página da produção no Facebook: www. facebook.com/turma5b.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Opinião | 2

O desafio é tornar o nosso País bem mais seguro

Realmente, como está não dá para ficar. A insegurança nas ruas das cidades brasileiras está acima do tolerável, se é que se pode estabelecer um nível aceitável de mal-estar com homicídios, latrocínios e furtos e roubos em geral. Por isso, a nova ofensiva administrativa para integrar os órgãos de segurança da prefeitura da Capital com aqueles inerentes ao governo do Estado, especialmente a Brigada Militar e a Polícia Civil, é louvável. A iniciativa do prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) levou a uma

reunião com o secretário Cezar Schirmer, da Segurança estadual, além de oficiais da Brigada Militar e delegados.

Mesmo que os policiais militares venham fazendo um bom trabalho, da mesma forma que a Polícia Civil ao desbaratar quadrilhas que agiam na Região Metropolitana, é fundamental aprofundar o policiamento, especialmente o ostensivo, em Porto Alegre. Por isso, a importância da integração e onde a presença da Guarda Municipal pode e deve ir além da vigilância do patrimônio municipal.

A crise no Espírito Santo, com mulheres de policiais militares bloqueando a saída de viaturas e agentes para seus postos de trabalho, escancarou um grave problema, além do que pessoal militar fardado e armado não pode fazer movimento tido como grevista. Muitos reclamaram da demora da ação do governo federal, mas esqueceram que, nestes casos, somente após pedido de tropas das Forças Armadas pelos governadores é que Brasília pode agir. E agiu bem, com cerca de 3 mil homens da Marinha, com fuzileiros navais, Exército e do pessoal de Infantaria de Guarda da Força Aérea Brasileira (FAB). Coube ao Exército a maior parte dos militares, pois a força terrestre tem os maiores efetivos e presentes em todo o País, que estão prontos para ação. No entanto não se pode esquecer que isso é algo pontual, pois as Forças Armadas não têm o treinamento efetivo, prático, do serviço policial, ainda mais quando deslocadas tropas de um estado para outro, em capitais e cidades cuja capilaridade não é do seu conhecimento. Já as polícias militares conhecem o terreno, pelo trabalho diuturno que realizam.

De qualquer modo, o panorama atual é de uma sensação de insegurança generalizada, algo observado no Rio Grande do Sul, começando por Porto Alegre. Evidentemente que casos de homicídios, latrocínios, furtos e roubos de automóveis e drogadição não começaram nos últimos anos. No entanto, em décadas passadas, quando havia um crime, por exemplo, de homicídio na Capital, o assunto tomava conta do noticiário por semanas, às vezes meses.

Hoje, mal é noticiado um latrocínio e, dias após outro e mais outro, o que não permite acompanhamento das páginas policiais dos jornais, rádios e TVs. A banalização do crime, aqui e em outros estados, também lança sobre a população uma nuvem de descrença nas instituições, o que não é, obviamente, nada recomendável, começando pela Justiça, e a impressão de que existe, sim, um "entra e sai nas delegacias" que gera impunidade.

Porém há que se ressalvar que segurança faz parte de toda uma construção do tecido social que compõe a população portoalegrense. Não se pode aceitar a existência de vilas sem saneamento, com moradias precárias, sem escolas, sem policiamento e onde muitas crianças crescem fora de uma estrutura familiar que pratique e ensine as maneiras corretas da vida coletiva. Refundar a sociedade e construir uma nacionalidade em que todas as crianças estejam em salas de aula aprendendo o que é certo e o errado, seus deveres e direitos, é a base de um Brasil melhor. Fora disso, continuaremos a nos lamentar por gerações.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Artigos | 4

Oportunidades gaúchas na era Trump

Lasier Martins

Juntar os cacos da política externa da dupla Lula/Dilma em meio ao vendaval da guinada nacionalista do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Partido Republicano), é um desafio de bom tamanho para o chanceler José Serra (PSDB), ao Itamarati como um todo e aos diplomatas encarregados de levar nosso barco em meio à espessa neblina que cobre a cena internacional nestes momentos. Não obstante a carga negativa contra o novo e radical ocupante da Casa Branca na imprensa internacional e, em especial, na mídia norte-americana, a mobilização de ativistas e militantes de tantas causas nas ruas e foros diversos, a leitura atenta de opiniões especializadas que também aparecem em jornais e revistas sugerem que há uma luz no fim do túnel.

Aqui e ali, opiniões categorizadas dizem que novas oportunidades estariam se abrindo a países periféricos, como o Brasil, que estão fora dos grandes blocos do Hemisfério Norte. Para um estado exportador, como o Rio Grande do Sul, com forte participação dos mercados de commodities e de produtos acabados da indústria manufatureira e metalomecânica, o pretenso isolacionismo norte-americano é uma notícia alvissareira para setores como autopeças, calçados, têxtil e outros. Neste sentido, vale lembrar que a Comissão de Relações Exteriores do Senado teve sorte ao aprovar o embaixador Sérgio Amaral para defender os interesses do Brasil

em Washington. Quando sabatinamos o candidato ao posto, demos ênfase ao multilateralismo que se anunciava, com a eleição dada como certa da senadora Hillary Clinton (Partido Democrata) e a continuidade da política externa do presidente Barak Obama.

O vento virou. O novo embaixador, porém, foi dos primeiros a advertir aos críticos que os novos tempos seriam favoráveis ao Brasil. Os primeiros passos de Donald Trump, rompendo com os blocos do Pacífico e da América do Norte (Nafta), mandando para as calendas a projetada frente do Atlântico Norte, abrem espaço para vendedores avulsos, como nosso País. Neste sentido, está mais do que na hora de o governo gaúcho ativar suas agências de relações comerciais e internacional, para o Estado chegar com os motores ligados quando estas novas oportunidade se colocarem.

Senador (PSD)

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Política | 19

Banrisul não deve ser privatizado, afirma Yeda

Ex-governadora defende transparência na negociação com a União

Diferentemente da projeção do vice-governador José Paulo Cairoli (PSD), de que o Banrisul vai ser privatizado no futuro, a ex-governadora (2007-2010) e agora deputada federal Yeda Crusius (PSDB) defende que se tire o assunto de cogitação. A tucana comenta o assunto, que já havia sido alvo de especulação durante sua gestão e em anos anteriores, e acredita que, durante o processo de renegociação da dívida do Estado com a União, esse tema deve ser "equacionado". "Vamos parar com essa ideia de privatizar o Banrisul. Digam aonde querem chegar e de que maneira", cobra.

Em entrevista publicada ontem no Jornal do Comércio, Cairoli afirma que, "em algum momento, (privatizar o Banrisul) vai ser feito. Não sei se no governo seguinte ou em algum outro". Yeda lembra que a especulação quanto à possível venda do banco vem de 1998, quando se reestruturou a dívida do Estado com a União. Desde então, se paga ao governo federal uma parcela extra limite da dívida, para manter o Banrisul, um dos poucos bancos estaduais que restaram no País. Hoje, o Estado compromete mensalmente 13% da sua receita corrente líquida com o pagamento da dívida junto à União.

"O que tem que ser olhado é, dentro do processo de renegociação da dívida, qual o papel de transferir o Banrisul para o mundo privado. O que o Estado ganha com isso? Tem que ficar muito claro", defendeu. A ex-governadora vê a opinião de Cairoli alinhada ao "perfil liberal" do vice de José Ivo Sartori (PMDB). No entanto, sustenta que a questão deve ser colocada com mais "inteligência". "O povo não vai aceitar que isso seja de novo uma bandeira política de um lado ou de outro", justifica.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Política | 19

Sartori reedita decreto para contingenciamento de gastos

O governador José Ivo Sartori (PMDB) reeditou, pela quinta vez, o decreto de contenção de gastos que suspende por seis meses a abertura de concurso público, contratação de pessoal, criação de novas gratificações, entre outras determinações. A medida foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial do Estado (DOE). Apesar da rigidez do ato, medidas excepcionais podem ser tomadas quando houver interesse público, mediante deliberação da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira (Juncof).

No ano passado, por exemplo, foi autorizada a renovação do contrato temporário de servidores de diversas áreas. Na justificativa do decreto, Sartori alega que a medida é necessária para enfrentar a crise econômica e manter o controle das despesas. O primeiro ato de contenção de gastos editado pelo chefe do Executivo estadual foi publicado no DOE em 2 de janeiro de 2015, logo que assumiu o governo. A partir daí, a cada semestre, renovou a medida, que também limita diárias de viagem, alugueis de imóveis e aquisição de material permanente acima de R\$ 3.000,00.

Clique aqui para acessar a matéria

Nereu D'Avila deixa PDT por 'discordância ideológica' com diretórios nacional e gaúcho

O ex-vereador Nereu D'Avila entregou ontem um pedido de desfiliação do PDT. Ele deixa o cargo de presidente metropolitano do partido, que passa a ser ocupado pelo presidente estadual da sigla, deputado federal Pompeo de Mattos. Após 37 anos no quadro político do PDT e 34 anos como vereador em Porto Alegre, Nereu alega "discordância programática e ideológica" com decisões dos diretórios nacional e estadual do partido.

Entre as divergências, ele cita o que chama de "imposição", para as eleições gerais de 2018, das candidaturas de Ciro Gomes à presidência e de Jairo Jorge ao governo do Estado. Outro ponto em que discorda de Carlos Lupi, presidente nacional pedetista, foi a opção por expulsar nomes como o deputado federal Giovani Cherini (hoje no PR) por ter votado a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT).

Nereu também não considera acertada a postura do partido na Assembleia Legislativa, de não ter fechado acordo quanto à votação do pacote de reestruturação do Estado proposto pelo governador José Ivo Sartori (PMDB). Pompeo de Mattos lamenta e considera que a atitude "rasga a história de uma vida inteira no partido". A decisão de Nereu foi acompanhada pela esposa, Sônia D'Avila, suplente de vereadora em Porto Alegre também pelo PDT.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Política | 20

PMDB quer evitar disputa ao comando estadual

Entre os mais cotados à presidência estão os deputados Alceu Moreira e Edson Brum e o ex-prefeito Sebastião Melo

O PMDB gaúcho deve escolher, até a segunda quinzena de março, os novos membros do diretório e da executiva, além do novo presidente estadual. Uma vez que o atual líder dos peemedebistas gaúchos, deputado estadual Ibsen Pinheiro, não quer continuar no cargo, os militantes apontam nomes de sua preferência. Entre os mais cotados estão o deputado estadual Edson Brum, o deputado federal Alceu Moreira e o ex-vice-prefeito da Capital Sebastião Melo. "Não quero continuar na presidência do partido.

Mas também não vou me alhear ao processo. Pretendo, pelo menos, conduzir a escolha. Vou trabalhar para que consigamos construir uma chapa única. Mas, se tiver disputa, temos que entender", projetou Ibsen. O presidente quer evitar a eleição interna, porque teme que cause um racha dentro da sigla. Na avaliação de Ibsen, os filiados devem se manter unidos na defesa do governo do presidente Michel Temer (PMDB) e principalmente do governador José Ivo Sartori (PMDB) – que tem implementado medidas amargas no Estado, o que pode gerar grande desgaste político aos peemedebistas. Brum, um dos cotados para a presidência, deve viajar a Brasília para conversar com membros da bancada federal.

"Pretendo conversar com o Alceu, o (Osmar) Terra (PMDB), o (Eliseu) Padilha (PMDB) para discutir o que é melhor para o PMDB. Eu não quero ser candidato (à presidência do PMDB). Só se o partido exigir, porque sempre fui comprometido com as decisões partidárias", avaliou o deputado estadual. Ele foi presidente do diretório estadual em 2014. Segundo alguns peemedebistas, sua proximidade com as bases nos municípios do Interior foi decisiva para a eleição de Sartori. O ex-presidente acredita que essa característica é fundamental para assumir a presidência, assim como a capacidade de articulação política. Alguns militantes também usam o critério da proximidade com as bases para escolher esse ou aquele nome. Alguns acreditam que, por ser deputado federal, Alceu Moreira estaria muito longe dos filiados no Rio Grande do Sul.

"Isso faria sentido no caso de outros parlamentares. Mas não no do Alceu. Ele está muito presente aqui no Estado. Percorre o Rio Grande do Sul mais que muitos deputados estaduais", analisou Brum. Outro nome citado para a presidência do PMDB gaúcho é o de Melo. Entretanto uma ala do partido tem resistência à indicação dele, por considerar que sua força política se concentra apenas na Região Metropolitana, sem muita expressão no interior do Estado. De qualquer forma, o ex-vice-prefeito nega que seja candidato à presidência estadual. "Não sou candidato a presidente do PMDB estadual. Não vejo os outros como candidatos também. Não vejo motivo para uma disputa interna agora, com os desafios do governo federal e estadual", disse Melo. Para ele, "o primeiro nome à presidência continua sendo o de Ibsen".

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Geral | 21

Centro de triagem no IPF está garantido para este mês

Vinda de reforço da Força Nacional depende de paz no Espírito Santo

Aguardada como parte do Plano Nacional de Segurança Integrada, que começa amanhã, a chegada de mais 200 homens e mulheres da Força Nacional à Capital depende da resolução do conflito existente no Espírito Santo. No total, 120 agentes reforçam o patrulhamento de Porto Alegre, segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), mas o número vem caindo com o passar dos meses.

No entanto, a SSP garante que os agentes serão liberados assim que a ordem for estabelecida em Vitória. Outras medidas para conter a violência no Rio Grande do Sul foram discutidas ontem durante a cerimônia de entrega de 29 viaturas ao Instituto-Geral de Perícias (IGP).

O secretário Cezar Schirmer garantiu que o centro de triagem de presos, em construção ao lado do Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), deve ser entregue dentro do prazo, estabelecido em 20 de fevereiro. Schirmer também relembrou que foram abertos novos concursos para o IGP e para a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). O edital do concurso para o preenchimento de 700 vagas da Susepe foi lançado na metade de janeiro.

Já o do IGP deve ser lançado em, no máximo, 60 dias e prevê o ingresso de 106 servidores. A maioria dos carros entregue ao IGP são Ford Ka e chegam para substituir veículos mais antigos, desgastados e com alto custo de manutenção. Outros seis veículos Nissan Versa, destinados a grandes deslocamentos, ainda devem ser entregues ao órgão. Entre os 29 repassados ontem, estão camionetes Mitsubishi com tração 4x4 para atendimento em locais de difícil acesso. Do total de 35 viaturas, Porto Alegre ficará com 17.

As outras serão encaminhadas a Canoas, Lajeado, Caxias do Sul, Vacaria, Passo Fundo, Erechim, Santa Maria, Santo Ângelo, Cruz Alta, Ijuí, São Luiz Gonzaga, Três Passos, Pelotas, Uruguaiana e Novo Hamburgo. De acordo com o diretor-geral do IGP, Cleber Muller, a entrega dos veículos faz parte de um planejamento estratégico, que também inclui um projeto para o laboratório, com aquisição de cromatógrafos para acelerar o resultado de exames, principalmente de drogas, e de demais equipamentos que qualificam as análises de DNA.

"Todo o investimento feito no governo anterior, entre 2011 e 2014, não chega a 30% do que o governo Sartori investiu na perícia somente no ano passado. Só em 2016, foram R\$ 3,8 milhões. Temos projetos para este ano que, com recursos federais e estaduais, chegam a R\$ 17 milhões. Conseguimos conscientizar o governo da importância do investimento na prova técnica", ponderou Muller. Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Contracapa | 28

Nesta edição - Caderno Panorama

Iuli Gerbase encerra as filmagens da série para TV Turma 5B Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | Sabe-tudo | 2

Automóvel mais perto

Está na mesa do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e será encaminhado ao Ministério dos Transportes, o projeto da chinesa China Railway Engineering Corporation (CREC) em parceria com a gaúcha Aeromóvel, de São Leopoldo. Trata-se de rede integrada de transporte coletivo unindo a Trensurb ao automóvel e atingindo 11 cidades do eixo-norte e leste da região

metropolitana. Incluídas nelas Campo Bom, Cachoeirinha e Gravataí, municípios não atingidos pelo atual sistema de trens da estatal, mas que seriam pelo aeromóvel, via conexões com estações da Trensurb. Projeto é de conhecimento do governo gaúcho e viria como uma resposta à frustração pela não ampliação do metrô na capital

DE GREGO

O novo diretor de operações da Trensurb, Diego Tarta, recebeu um "presente de grego" de aniversário por uma semana no novo cargo.

COMO PAROU?

O presente era descobrir o motivo que levou as estações de Novo Hamburgo e São Leopoldo pararem ontem

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | Sabe-tudo | 2

Decreto de contenção de gastos do Estado suspende concursos públicos

Novo decreto foi publicado no Diário Oficial do Rio Grande do Sul desta segunda-feira

Amanda Ribas de Simas Se não tem dinheiro depois para pagar seus funcionários, não adianta fazer concurso público. Acho correta a decisão.

Gilberto Moraes É isso mesmo! O pior é fazer concurso público e depois não conseguir pagar quem passa, não á mesmo? Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | João Carlos Ávila | 6

As prioridades

Lideranças do PP foram ontem ao governador José Ivo Sartori (foto) apresentar a preocupação do partido com as pautas do governo para 2017. Conforme João Fixinha Fischer, o Piratini precisa apontar quais são as prioridades. Participaram, ainda, Sérgio Turra, os secretários Ernani Polo e Pedro Westphalen e o presidente da sigla, Celso Bernardi.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | Comunidade | 11

Novo Hamburgo ganha veículo do IGP

Os municípios de Novo Hamburgo e Canoas estão entre os contemplados com novas viaturas do Instituto-Geral de Perícias (IGP). O Posto Médico Legal (ML) do Município recebeu um Ford Ka, o mesmo ocorrendo com o PMIL de Canoas. A entrega ocorreu na manhã de ontem, pelo governador José Ivo Sartori ao diretor-geral do IGP, Cleber Muller Ao todo, frota de 35 veículos entre caminhonetes Mitsubishi L200 4x4, Nissan Versa (ainda a serem entregues) e Ford Ka foi repassada à vinculada da Secretaria da Segurança Pública.

Na prática, serão utilizados nos atendimentos de local de crime de difícil acesso, para grandes deslocamentos e demais atendimentos diários do IGP. Segundo Müller, priorizou-se a substituição dos veículos mais antigos e que apresentavam maior desgaste e custos de manutenção. CRIMINALIDADE Na Sala de Gestão do Centro Integrado de Comando e Controle da SSP, o secretário Cezar Schirmer apresentou ao governador os dados da produtividade dos órgãos da área, os índices da criminalidade e destacou redução dos indicadores no período do segundo semestre de 2016. Quase todos os principais indicadores criminais (homicídio doloso, furto, roubo, furto de veículo, roubo de veículo e latrocínio) registraram queda em relação ao mesmo período de 2015. A única exceção

está no crime de homicídio doloso, com alta de 6,5%. Roubo e furto de veículos apontam redução de 17,9% e 11,196, respectivamente.

SISTEMA PRISIONAL

Ainda ontem, Sartori e o secretário Cezar Schirmer reuniram-se com integrantes do Fórum da Questão Penitenciária, formado por órgãos estaduais para tratar do sistema prisional do Rio Grande do Sul. "Essa (superlotação) é uma batalha social, que exige uma resposta integrada. O conjunto trabalha melhor. Temos o presidio de Lajeado, que contou com a iniciativa da sociedade em parceria com o Poder Judiciário, como um exemplo positivo. É uma solução sintonizada com a situação delicada das finanças do Estado", sugeriu o governador.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | Comunidade | 11

Rolante atenta ao nível dos rios

Rolante - Já se passou mais de um mês da enchente que invadiu Rolante no dia 5 de janeiro. As marcas da enxurrada ainda são visíveis, principalmente no interior da cidade, mas o município se estabelece e volta à rotina gradativamente. O trabalho não para e ações para ajudar no aperfeiçoamento das atividades da equipe da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Rolante continuam sendo feitas. Recentemente, a parceria com o governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema), com a Agência Nacional de Águas (ANA) e prefeitura resultou na aquisição de duas estações hidro-meteorológicas.

A primeira foi instalada na última sexta-feira, na antiga ponte de madeira, em Alto Rolante. A segunda será instalada nos próximos dias na ponte do Mata Olho, na localidade de Areia. 'Já eram tratativas antigas, mas com essa situação toda foi agilizado. As estações têm sistema de transmissão via satélite com dados em tempo real transmitidos para os setores de operações", explica o coordenador da Defesa Civil de Rolante e comandante dos bombeiros do município, Leandro Gottschalk, ressaltando ainda que as estações hidrometeorológicas possuem a capacidade de verificar a quantidade de chuva e também conseguem monitorar em tempo real o nível do rio.

"A estação que será colocada na localidade de Areia será do mesmo sistema desta do Alto Rolante, mas vamos ter uma terceira, que é de uma parceria do Ministério da Integração Nacional, através de um projeto que o município tem. Ela será instalada junto à nova ponte do Sandea, no Centro". revela Gottscbalk

PREJUÍZO POR TODO LADO

Se na área central, as marcas da destruição da enxurrada do dia 5 de janeiro estão mais nas lembranças dos rolantenses, no interior a situação é diferente. Ao percorrer estradas interior= é possível ver o rastro da força da natureza. Além disso, sociedades e igrejas estão sendo recuperadas. Na localidade de Alto Mascarada, o presidente da Sociedade São Vendeiro, Sérgio Lazaretti, 65 anos, diz que a força da água também derrubou paredes da entidade, que foi reerguida com o trabalho da comunidade (foto acima). "Foi uma tragédia. Aqui ainda passa o Arroio Caconde e o Rio Carrinha. A água chegou a um metro e meio de altura e meio metro era só de lodo. A parede da sociedade foi ao chão", recorda Lazaretti.

MARCAS

"Tenho 66 anos e nunca vivenciei algo tão horrível, mas a solidariedade veio de todos os lados. No dia seguinte da enxurrada, entramos na igreja e não sabíamos por onde começar. Era muito Iodo. Só os bancos resistiram porque eram bancos de madeira antiga. A força da água empurrou todos os bancos para o altar. Encontramos todos eles amontoados", conta o aposentado, mas que é voluntário e também ministro da Igreja local, Afonso Antônio Arnhold. O altar da igreja foi reconstruído e aos poucos tudo está sendo recuperado.

"Fizemos um mutirão para limpar. Tinha mais de meio metro de muito lodo", revela Arnhold, enfatizando ainda que na localidade Alto Mascarada a união das pessoas é muito grande. A margem do rio Mascarada está muito danificada e plantações ainda em fase

de recuperação (foto abaixo). Em 7 de janeiro o Jornal NH repercutiu que moradores de Rolante e Friozinho ainda estavam em choque. O rápido e violento avanço dos rios em poucos minutos invadiu casas, encobriu ruas e estradas, destruiu pontes, levou animais. Muita lama e destruição vieram no rastro das cidades atingidas no Vale do Paraibana que ainda hoje estão em reconstrução.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | Comunidade | 30

Daer adia licitação da RS-118 para março

Sapucaia do Sul - O processo de licitação para as obras remanescentes entre os quilômetros 11 e 22 da RS-118 está mantido, mas com nova data para a abertura das propostas. Anunciada na primeira semana de janeiro, a licitação ocorreria nesta terça-feira, mas o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) estipulou que o processo de licitação será apenas em 17 de março. Por meio da assessoria da imprensa, a autarquia informou que hoje será publicado novo edital, que precisou passar por "ajustes pontuais". "Devido a questionamentos feitos por empresas concorrentes no certame, o texto precisou de complementações no intuito de detalhar serviços que deverão ser realizados para a recuperação da pista antiga da rodovia no trecho previsto em contrato", enviou, em nota, a assessoria do Daer.

A autarquia reforça que o adiamento da apresentação das propostas, que seria hoje, não prejudica a licitação. Segundo o Daer, as mudanças tiveram o objetivo de "garantir todas as condições favoráveis ao bom andamento do processo". A obra de duplicação da RS-118 entra em novo capítulo, cujo enredo vem sendo marcado por atrasos na execução do projeto. A rodovia liga a BR-116, em Sapucaia do Sul, à free way (BR-290), em Gravataí. O canteiro de obras está dividido em três lotes, sendo que cada um deles é operado por empresas diferentes. Ainda no ano passado, duas das empresas contratadas para executar a duplicação haviam rescindido o contrato.

Na época, o governo do Estado havia alegado que a empresa Triunfo, que detinha a obra do trecho que compreende o município de Sapucaia do Sul, não tinha mais interesse em continuar o serviço. Além da execução da obra, o governo tem de lidar com as famílias que foram removidas das margens da RS-118. Eles aguardam a construção de moradias para que sejam reassentados.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | Em Dia | 31

Centro de Triagem será entregue dia 20

Porto Alegre - No dia em que recebeu os integrantes do Fórum da Questão Penitenciária, o governo gaúcho confirmou para o próximo dia 20 a entrega do primeiro Centro de Triagem para Presos Provisórios. Localizada no bairro Partenon, em Porto Alegre, nos fundos do instituto Psiquiátrico Forense (IPF), a estrutura-que já abrigou um semiaberto na gestão Yeda Crusius - está tendo sua reforma finalizada pelo Exército, responsável pela obra. Com isso, serão abertas 82 vagas para presos que hoje lotam as delegacias de Polícia da capital e região metropolitana.

Atualmente, 35 mil detentos estão no sistema, 11 mil além da capacidade de vagas. A confirmação da entrega do Centro de Triagem, que é a primeira de outras quatro estruturas similares a ser inaugurada ainda neste ano, foi dada na manhã de ontem pelo governador José Ivo Sartori e o secretário estadual da Segurança, Cezar Schirmer, ao presidente da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Gilberto Schãter, também coordenador do Fórum. (Amilton Belmonte)

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | Em Dia | 31

Novo decreto mantém concursos suspensos

Porto Alegre - O governo do Estado publicou ontem no Diário Oficial novo decreto para contenção de gastos da administração, autarquias e fundações. O texto mantém suspensas a abertura de concurso público ou de processo seletivo, criação de cargos,

contratação de pessoal, contratação temporária e pro moções nos quadros de pessoal - com exceções quando houver necessidade de interesse público, justificada pelo órgão ou entidade requerente.

O governador José Ivo Sartori alega que a medida é necessária para enfrentar a crise econômica e manter o controle das despesas. Ficam limitadas também as diárias de viagem e aquisição de passagens aéreas, aluguéis de imóveis e equipamentos e aquisição de material permanente acima de R\$ 3 mil. Além disso, medidas excepcionais podem ser tomadas quando houver interesse público, conforme deliberação da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira (Juncof)

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Metro | Foco | 2

Expodireto

O governador José Ivo Sartori recebe hoje no Palácio Piratini a direção da Cotrijal para o lançamento da Expodireto 2017. A Expodireto Cotrijal, presidida por Nei Manica (foto), será realizada de 6 a 10 de março em Não-Me-Toque. A expectativa é reunir mais de 500 expositores de máquinas e equipamentos de agropecuária, produção vegetal e animal, pesquisa, agricultura familiar e serviços, além de estandes de instituições financeiras e entidades. Em 2016, a feira movimentou R\$ 1,5 bilhão em negócios.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Metro | Foco | 2

IGP recebe 29 viaturas novas

O governador José Ivo Sartori entregou ontem 29 novas viaturas para renovação da frota do IGP (Instituto-Geral de Perícias), uma das medidas após a adesão ao Plano Nacional de Segurança Pública. Os veículos vão beneficiar a capital e mais 15 cidades. O investimento foi de R\$ 3,6 milhões do orçamento do Plano Estadual de Segurança Pública.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Metro | Foco | 2

Sartori renova decreto que contém gastos

Crise no RS. Governador determina controle de gastos em todos os órgãos, além de suspender concursos públicos e nomeações

O governo do Estado apertou – ainda mais – o cinto. Ontem, o "Diário Oficial do Estado" publicou um novo decreto do governador José Ivo Sartori para reduzir despesas e economizar recursos. O texto mantém a política de contenção de gastos no âmbito da administração direta, autarquias e fundações do Estado.

Além disso, o decreto renova as orientações dos decretos publicados desde o início da gestão, em 2015, e considera também o decreto publicado em novembro de 2016, que decretou estado de calamidade financeira no Rio Grande do Sul. O governador justificou, na assinatura do decreto, que a medida é necessária para enfrentar a crise econômica e manter o controle das despesas.

Pelo texto, ficam limitados diárias de viagem e aquisição de passagens aéreas, aluguéis de imóveis e equipamentos, aquisição de material permanente acima de R\$ 3 mil, entre outros. O decreto mantém suspensas a abertura de concursos públicos e criação de cargos. O decreto pode ser flexibilizado em caso de "interesse público". No ano passado, por exemplo, Sartori utilizou essa ferramenta para chamar policiais militares que aguardavam nomeação desde 2015.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Informativo do Vale | Pelo Vale | 3

Estado entrega viaturas ao Instituto-Geral de Perícias

Porto Alegre - A entrega de 29 novas viaturas para renovação da frota do Instituto-Geral de Perícias (IGP), ontem, foi uma das medidas de segurança da segunda fase do plano estadual após a adesão ao Plano Nacional de Segurança Pública. O governador José Ivo Sartori iniciou a semana também reunindose com autoridades para acompanhar os índices de criminalidade da área.

Os veículos entregues na Secretaria de Segurança Pública serão utilizados no atendimento de crimes em locais de difícil acesso e para grandes deslocamentos. São 12 Ford Ka para Porto Alegre e mais 14 para Canoas, Lajeado, Vacaria, Erechim, Passo Fundo, Santa Maria, Santo Ângelo, Cruz Alta, Ijuí, São Luiz Gonzaga, Três Passos, Pelotas, Uruguaiana e Novo Hamburgo. Outras três Mitsubishi L200, dotadas de tração 4x4, irão para Caxias do Sul, Santa Maria e Passo Fundo. A compra foi viabilizada por meio de R\$ 3,6 milhões do Orçamento da segunda fase do Plano Estadual de Segurança Pública.

Sartori salientou que a entrega era uma ação singela do governo do Estado ante as dificuldades financeiras, embora o Orçamento da Segurança tenha sido ampliado em 20% e o reajuste firmado em 2014 para brigadianos e policiais civis esteja sendo honrado. "Sabemos que isso ainda é pouco, mas estamos fazendo além do que poderíamos fazer com o pouco que temos. Tenho certeza de que temos uma caminhada positiva pela frente."

O secretário da Segurança Pública, Cezar Schirmer, reconheceu a entrega das viaturas como a reposição de uma carência histórica em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo IGP.Para o diretor-geral do IGP, Cleber Müller, a renovação da frota demonstra o comprometimento da gestão com o instituto, que agora pode melhorar sua prova técnica.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Informativo do Vale | Pelo Vale | 4

Presídio feminino é citado em reunião com governador Sartori

Juízes defendem criação de programa que otimize a gestão das penitenciárias no Estado

A necessidade de um programa estadual que trate do sistema penitenciário foi tema de uma reunião entre representantes da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris); com o secretário da Segurança Pública, Cezar Schirmer; e com o governador José Ivo Sartori, na manhã de ontem. O presidente da Ajuris, Gilberto Schäfer, apresentou a proposta do Fórum da Questão Penitenciária, que prevê a criação de um programa semelhante ao plano estadual de atendimento do sistema socioeducativo, que considere o perfil do preso e metas para aumentar as chances de ressocialização.

O objetivo é que o governo comande o programa, já que é responsável pela gestão prisional, mas que a iniciativa envolva todos os órgãos que atuam na execução penal, além de secretarias de governo, como Saúde e Educação. "Poderemos reduzir os alarmantes índices de criminalidade e evitar que o sistema prisional gaúcho 'estoure', como já aconteceu em outros estados", defende Schäfer. Em resposta, Sartori concordou com a ideia e destacou o modelo de construção comunitária do Presídio Feminino de Lajeado, que integrou esforços da sociedade para que a obra fosse concluída e entregue ao Estado. O governador afirma que é preciso debater o assunto com os municípios e determinou que o titular da Secretaria de Segurança Pública (SSP) realize reuniões com o Fórum da Questão Penitenciária para elaborar uma proposta de programa. O próximo encontro, no entanto, ainda não tem data marcada.

CUMPRIMENTO

O diretor do Fórum da Comarca de Lajeado, juiz Luís Antônio de Abreu Johnson, também participou da reunião. Os magistrados ressaltam que o programa precisa ser instituído por meio de lei, para que a legislação trate da execução penal e estabeleça prazos para o cumprimento da pena. Para os juízes, uma alternativa de reduzir o poder das facções dentro dos presídios é a construção de estabelecimentos de pequeno e médio portes. A partir dessa iniciativa, eles acreditam que a gestão possa ser mais eficiente e que colabore com a ressocialização dos apenados.

A reunião ainda teve a presença de representantes da Associação dos Defensores Públicos do Estado (Adpergs), da Associação do Ministério Público (AMPRS), do Conselho Regional de Medicina (Cremers) e outros órgãos e entidades.

Clique aqui para acessar a matéria

O governador gaúcho publicou um novo decreto para conter os gastos públicos

Um novo decreto assinado pelo governador José Ivo Sartori restringe gastos públicos por mais um ano no Rio Grande do Sul. Com isso, a nomeação de aprovados em concursos fica suspensa, assim como a abertura de novos certames. A medida foi publicada ontem no Diário Oficial do Estado. O ato também limita gastos com passagens aéreas e diárias de viagem para fora do Estado, que ficam condicionadas aos valores praticados em 2016. O decreto ainda mantém, com o mesmo orçamento do ano anterior, convênios com despesa para estado e no vos contratos de aluguel e de equipamentos.

Entretanto, podem ocorrer "exceções" em caso de "necessidade voltada ao interesse público". O governo gaúcho decretou calamidade financeira na administração pública estadual em novembro de 2016. De acordo com o decreto, secretários e dirigentes de órgãos e entidades da administração pública estadual, sob coordenação da Secretaria da Casa Civil, podem adotar medidas "excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos", com exceção dos serviços considerados essenciais.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Sul Online | Caderno Colunistas | 3

Rápidas IV

O leque passou a ser mais usado no Palácio Piratini, não só para as senhoras espantarem o calor. Significa também peça para ampliar a base aliada na Assembleia.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Sul Online | Caderno Colunistas | 4

Continua o congelamento

O governador José Ivo Sartori decidiu prorrogar por mais seis meses o decreto que suspende novas nomeações, veda concursos públicos, congela despesas e controla gastos do Poder Executivo.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Sul Online | Caderno Colunistas | 4

Previdência estadual: Dados assustadores

Alguns dos dados coletados pela equipe da Secretaria do Tesouro Nacional junto ao governo gaúcho, para formatar as bases do acordo de renegociação da dívida, apontam para números assustadores em relação à previdência dos servidores públicos. O rombo total resultante do pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores chega a R\$ 8.97 bilhões. Apenas para o pagamento de benefícios aos policiais militares, chegou a R\$ 2,385 bilhões, ou 27% do déficit geral dos servidores do Estado. Esse percentual cresceu bastante: em 2015 representava 23%.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Sul Online | Atividades Empresariais | 12

Governo gaúcho entrega viaturas ao Instituto-Geral de Perícias.

O governo do RS e a Secretaria de Segurança Pública realizaram a entrega ontem de 30 viaturas ao IGP (Instituto-Geral de Perícias). Entre 2016 e 2017o governo já repassou à instituição cerca de 17 milhões de reais, aplicados na área técnica que objetiva melhoria laboratorial e de DNA.

Estiveram presente o governador José Ivo Sartori, a primeira-dama Maria Helena Sartori, o secretário de Segurança Pública, César

Schirmer, o presidente do IGP, Cleber Müller, o procurador-geral de Justiça, Marcelo Dornelles, e o presidente da Comissão Especial de Segurança da Assembleia Legislativa, Ronaldo Santini, representando também o presidente da casa.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Sul Online | Geral | 14

Expodireto 2017 será lançada hoje no Piratini

O governador José Ivo Sartori recebe hoje no Palácio Piratini, em Porto Alegre, a direção da Cotrijal para o lançamento da Expodireto 2017. A solenidade ocorre no Galpão Crioulo, a partir das 9h, com a participação de autoridades, jornalistas e patrocinadores.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Pioneiro | Ciro Fabres | 8

4x4 para Caxias

O governador José Ivo Sartori entregou ontem 29 viaturas ao Instituto Geral de Perícias, o IGP. A Mitsubishi 4x4 da foto vem para Caxias do Sul. Outras duas vão para Santa Maria e Passo Fundo. Vacaria receberá um Ford Ka. Os veículos substituem a frota defasada e serão utilizados no atendimento de crime em locais de difícil acesso e para grandes deslocamentos. O investimento foi de R\$ 3,6 milhões.

Entretanto, no mesmo dia, o Diário Oficial publicou decreto de Sartori que suspende realização de concursos, novas nomeações, congela despesas e controla gastos no âmbito do Poder Executivo. Os equipamentos são necessários à prestação do serviço público de qualidade, mas pessoal é fundamental. (Foto: Luiz Chaves, Piratini, divulgação)

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Pioneiro | Ciro Fabres | 8

Agenda II

O governador José Ivo Sartori deve participar sábado, em Flores da Cunha, das aberturas da 13ª FecoUva e 3ª Festa do Moranguinho, no distrito de Otávio Rocha, e da 8ª Mostra Flores.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Pioneiro | Geral | 12

Queixas e ameaça de paralisação

Médicos do município questionam estrutura de trabalho e ratificam greve se a prefeitura não negociar

Restando 14 dias do prazo dado pela prefeitura de Caxias do Sul para que os médicos voltem a bater o cartão-ponto, o sindicato da categoria convocou uma reunião ontem e contra-atacou, listando itens que classificou como "insatisfatórios" e ratificando a data da paralisação – 1º de março – caso a prefeitura não apresente uma contraproposta salarial. As reclamações incluem desde salários até condições de trabalho, entre elas a pouca oferta de exames e de estrutura nas UBSs.

Até o ano passado, um acordo, firmado em 2011 e revogado no final de 2016, possibilitava que os médicos trocassem a disponibilidade no período integral por cotas de atendimento com base em quatro consultas por hora, com um bônus de outras duas por dia.

Em documento entregue pelo Sindicato dos Médicos à Secretaria Municipal da Saúde em meados de janeiro, os profissionais se propunham a cumprir o horário, desde que fosse incorporada a Parcela Autônoma Especial de R\$ 2.056,48 ao vencimento-base (hoje

de R\$ 3.519,38), o que elevaria o vencimento base da categoria a R\$ 5.575,86 para 20 horas semanais.

No dia 1º de março, a prefeitura passará a exigir que os 380 médicos passem a cumprir horário e não mais atendam pelo sistema de cotas. O sindicato defende que esse sistema garante mais qualidade aos atendimentos e um maior número de consultas do que ocorreria se os médicos batessem cartão-ponto. Atualmente, 170 (os 110 restantes, que atuam no Postão e na ESF, já batem ponto) estão liberados de cumprir a carga horária, pois atuam em unidades básicas de saúde (UBSs). Desta forma, atendem ao número de pacientes estipulado por contrato e estão dispensados.

- As cotas aumentam a oferta de consultas à população. Antes do acordo (das cotas), o médico que tem o contrato de 20 horas semanais, por exemplo, deveria fazer 16 consultas por dia, conforme a legislação. Com o acordo das cotas, fazemos 18 consultas afirma o presidente do Sindicato dos Médicos, Marlonei dos Santos.
- É a forma de toda população ser atendida, já que o médico precisa ficar disponível para atendimento em convênios, em outros locais, e muitas vezes ele está de sobreaviso defende a pediatra Geslainer França.

Os médicos afirmam que a greve será por tempo determinado (fala-se em três dias), e com horário definido: urgências serão atendidas de forma integral, e o atendimento em UBSs será restringido pela metade.

O sindicato exige também que a negociação seja feita diretamente com ele, e não via Servidores Municipais (Sindiserv), conforme a prefeitura propõe.

O QUE DIZEM

Estrutura de trabalho

- Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos, Marlonei Silveira dos Santos, as condições de trabalho nas UBSs de Caxias são precárias. Eles reclamam de infiltrações, falta de medicação e de exames, como raio X ou de sangue.
- Eu passei um inverno inteiro sem poder pesar alguns bebês porque não havia sequer uma estufa para aquecer o ambiente. Se lá fora estava 5°C, lá dentro era a mesma temperatura reclama a pediatra Geslainer França.

Horário

- Os médicos alegam também que, caso todos cumpram a carga horária exigida pela prefeitura, não haverá espaço físico para atendimento simultâneo em ambulatórios das UBSs, por exemplo. Também dizem que atendem a uma maior quantidade de pacientes pelo sistema de cotas do que por horário corrido dois a mais por dia.
- Atualmente, médicos que cumprem 12 horas semanais têm de atender a 11 pacientes/dia; contratos de 20 horas semanais exigem atendimento a 18 pacientes, e médicos com carga horária de 33 horas por semana têm de atender a 26 pacientes/dia.

Multa por greve volta ao debate

A prefeitura de Caxias do Sul deverá executar uma multa contra o Sindicato dos Médicos referente à greve realizada durante o governo José Ivo Sartori (PMDB), julgada ilegal, em 2011. O processo de execução, que estava arquivado administrativamente, foi encaminhado para atualização do valor na Contadoria Judicial, no Fórum.

O último cálculo, de 6 de abril do ano passado, definia o débito no valor de R\$ 569.139, 58. O Sindicato dos Médicos, porém, afirma que o cálculo está em analise e ainda não foi julgado.

E já havíamos acordado na gestão passada que pagaríamos este valor à prefeitura, se o Ipam (Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul) nos pagasse o que deve. Só ao sindicato são R\$ 590 mil, e aos médicos, a soma fica entre R\$ 6 milhões e R\$ 7 milhões – afirma Marlonei dos Santos.

Caso o sindicato precise, de fato, pagar o município, o sindicato pretende acionar cada médico para que entre na Justiça e reivindique o valor do Ipam, referente ao pagamento de honorários defasados desde 2012.

'É lei e deverá ser cumprido'

Procurado pelo Pioneiro após a reunião dos médicos, o secretário municipal da Saúde, Darcy Ribeiro Pinto Filho, afirma que sabe das reclamações sobre as condições de trabalho nas UBSs.

Na quarta-feira passada, Ribeiro diz ter enviado uma carta ao presidente do Sindicato dos Médicos, Marlonei dos Santos, solicitando que os profissionais pontuem os problemas estruturais, falta de medicação e de exames. Depois deste levantamento, a prefeitura irá ver como resolver cada questão.

Sobre a possível paralisação daqueles que trabalham no Sistema Único de Saúde (SUS), o secretário adianta que um plano de contingência está sendo montado para que a população não seja prejudicada.

- Não temos condições de aumentar os salários, mas estamos estudando a incorporação da Parcela Autônoma Especial. Sobre o cumprimento da carga horária, não há mais o que discutir. É lei e deverá ser cumprido – avisa Ribeiro.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Rosane de Oliveira | 8

Decreto renovado

Como faz desde o início da gestão, o governador José Ivo Sartori publicou ontem novo decreto de contingenciamento de gastos no âmbito da administração direta, autarquias e fundações. O texto que trata sobre a calamidade financeira, de novembro de 2016, também foi incluído na publicação.

No ano passado, mesmo com o decreto que proíbe nomeações em vigor, 310 concursados entraram para o quadro de servidores em sete áreas. O texto prevê excepcionalidades: contratações são permitidas quando há "necessidade voltada ao interesse público".

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | GPS da economia | 14

Começa a ofensiva pelo IPTU

Um mês após o prefeito Nelson Marchezan confirmar que pretende atualizar a planta de valores de IPTU para fazer frente à crise nas contas públicas, começam os primeiros movimentos mais sólidos para colocar o plano em prática. Porto Alegre é a capital do país onde o valor dos imóveis no cadastro da prefeitura está mais defasado. As cifras são as mesmas desde 1992. O recorde pertencia a Aracaju, que não fazia atualizações desde 1989, mas até os sergipanos andaram revendo sua planta.

Devido ao tremendo desgaste com os eleitores, o mais comum é que prefeitos adotem esse tipo de medida para o início do segundo mandato. Sem ambição de reeleição, as perdas costumam ser menores, diz a tradição política. Não deixa de ser um ato de coragem de Marchezan encarar o tema já nos primeiros três meses de governo. Difícil vai ser convencer os vereadores disso – a revisão precisa ser aprovada por lei municipal.

A saída, então, é conquistar a opinião pública, em uma estratégia semelhante à adotada pelo governador Sartori com o pacote de ajustes no ano passado. Como convencer a população a pagar mais imposto é a pergunta de 1 milhão de dólares.

Um apoio importante o prefeito já conquistou. A Associação de Auditores-fiscais do Município (Aiamu) realiza em março seminário sobre a situação do IPTU em Porto Alegre. O público-alvo são, justamente, vereadores, servidores, representantes de entidades e líderes comunitários.

Dado os 25 anos de defasagem da tabela, nos bastidores da Secretaria da Fazenda o entendimento é de que não será possível mexer no valor venal dos imóveis sem fazer alterações também nas alíquotas do tributo. Caso contrário, a cobrança do IPTU daria um salto gigante. A expectativa é de que as residências mais antigas e aquelas situadas nos bairros mais valorizados, sintam mais o peso do imposto. Sem mudança da alíquota, outra alternativa estudada seria aplicar o recolhimento sobre percentual de 80% do preço de mercado.

O aerolevantamento realizado na Capital, anos atrás, conseguiu suavizar disparidades no valor do IPTU, mas não resolveu o impasse. Permitiu identificar locais que não pagavam imposto ou terrenos onde havia aumento de área construída, mas não teve impacto no valor venal das construções.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Segurança JÁ | 19

Centro de triagem volta a ser adiado

LOCAL QUE RECEBERÁ até 84 presos, na Capital, será entregue segunda-feira, promete Schirmer

O secretário da Segurança Pública, Cezar Schirmer, adiou mais uma vez a entrega do centro de triagem para presos provisórios da Região Metropolitana – a primeira data era 15 de dezembro, antes de ser remarcada para 15 de fevereiro. O novo prazo para que o local possa receber até 84 vagas para detentos é segunda-feira. As informações são da Rádio Gaúcha.

– Dia 20 é o prazo que eu estabeleci e vai sair – garantiu ontem em entrevista coletiva.

A alternativa para desafogar as superlotadas celas de delegacias em Porto Alegre e cidades próximas é anunciada pelo secretário três dias após um grupo de presos fazer motim na Delegacia de Pronto Atendimento de Gravataí. Conforme a Polícia Civil, sete detentos agrediram outros três e colocaram fogo em uma área comum entre as duas celas existentes no local. Os presos utilizaram as próprias roupas para tentar estrangular os colegas.

No final de 2016, em solenidade que apresentou as dependências do centro de triagem, Schirmer havia dito que o local, reformado por militares do Exército, era solução às DPs abarrotadas.

- Isto vai eliminar imediatamente os problemas que enfrentamos referente às vagas nas delegacias - disse em 28 de dezembro.

Ainda ontem, a solenidade na qual o secretário anunciou a entrega do prédio, que funcionará junto ao Instituto Psiquiátrico Forense, na zona leste da Capital, foram entregues 29 viaturas para o Instituto-Geral de Perícias (IGP). O governador José Ivo Sartori também estava presente no evento e informou que haverá 6 mil novas vagas prisionais até o final de 2018.

A compra das viaturas foi viabilizada por meio de R\$ 3,6 milhões do orçamento do Plano Estadual de Segurança Pública. Sartori salientou que a entrega era uma ação singela do governo frente às dificuldades financeiras, embora o orçamento da pasta tenha sido ampliado em 20% e o reajuste firmado em 2014 para brigadianos e policiais civis esteja sendo honrado.

 Sabemos que isso ainda é pouco, mas estamos fazendo além do que poderíamos fazer com o pouco que temos. Tenho certeza que temos uma caminhada positiva pela frente. Apesar das dificuldades, estamos procurando investir – disse Sartori.

SECRETÁRIO ANUNCIOU 554 VAGAS EM NOVEMBRO

No dia 9 de novembro do ano passado, dois presos foram algemados a uma lixeira em frente ao Palácio da Polícia, na Capital.

Naquele dia, Schirmer concedeu entrevista coletiva e prometeu 554 vagas. Destas, 192 seriam em locais provisórios - um

monobloco e um contêiner –, e 362 em prédios considerados definitivos: três centros de triagem, sendo dois na Capital e um em Charqueadas.

Até o momento, nenhuma das alternativas para o caos penitenciário foi inaugurada.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Segurança JÁ | 19

Lei Kiss tem alterações questionadas por sindicato

As alterações na Lei de Incêndios, conhecida como Lei Kiss, motivaram o Sindicato dos Engenheiros (Senge-RS) a mover ação direta de inconstitucionalidade (Adin) com pedido de medida cautelar contra o governador José Ivo Sartori e a Assembleia Legislativa. Antes de acolher a solicitação, o Tribunal de Justiça (TJ) decidiu que o chefe do Executivo e o presidente do Legislativo, Edegar Pretto (PT), têm até 30 dias para se manifestar. As modificações foram aprovadas em agosto de 2016 pelos deputados.

O projeto, cujo texto foi escrito sob orientação do Conselho Estadual de Segurança, Proteção e Prevenção Contra Incêndio, permite agilizar a liberação de alvarás e modifica obrigações de empreendimentos de baixo e médio risco de incêndio. Essa foi a terceira alteração na lei em pouco mais de três anos. Segundo a advogada do Senge, Carla Vitola, após ouvir as autoridades, o juiz decidirá se anula ou não os artigos em questão. Eles dizem respeito, entre outras mudanças, a dispensa de vistorias e de projetos de PPCI para a expedição e renovação de alvarás. O procurador-geral do Estado, Euzébio Ruschel, também foi notificado para se manifestar dentro de um período de 20 dias.

Alguns pontos do projeto que muda a legislação provocam "alterações nas normas de segurança, prevenção e proteção, com o objetivo de instituir procedimento mais célere e menos rigoroso", segundo o pedido do sindicato.

 Quando essa lei complementar entrou em vigor ela alterou alguns artigos da Lei Kiss modificando-os, adequando questões de normas de segurança. O Senge está buscando alertar para o risco à sociedade dessas mudanças – explicou a advogada.

Na decisão, o desembargador Francisco José Moesch, relator do caso, afirma que prefere ouvir os argumentos e esclarecimentos de Sartori, Pretto e Ruschel sobre a medida aprovada e sancionada em 2016 antes de atender ao pedido do Senge:

"Considerando a relevância da matéria e as consequências que poderão advir, entendo que o mais prudente é possibilitar o contraditório", afirma Moesch em sua decisão.

Em nota, o Senge afirmou que "seguirá mantendo seu posicionamento favorável à presença de profissionais de engenharia nas seções técnicas do Corpo de Bombeiros, e seguirá cobrando a uniformização dos processos".

Procurado por ZH, o gabinete do governador afirmou que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) é que está respondendo pelo caso. A PGE informou que, até o momento, o órgão está trabalhando no levantamento de informações e documentos para entregar ao TJ, e "vai encaminhar os devidos esclarecimentos ao Tribunal". O presidente da Assembleia afirmou que está analisando o caso para encaminhar resposta no prazo estabelecido.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Editoriais | 20

Sem paralisações

Entidades de classe representativas do serviço público estadual, notadamente o Cpers e a Associação de Cabos e Soldados da Brigada Militar, ameaçam promover paralisações para pressionar o governo a pagar em dia seus vencimentos e a suspender reformas que os atingem. Os professores têm assembleia geral programada para o dia 8 de março, já com indicativo de greve. A associação dos PMs promete uma mobilização mais intensa do que a realizada dois anos atrás, quando os soldados protagonizaram dois dias de

aquartelamento, com familiares na frente dos batalhões, como ocorre atualmente no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

A causa dos servidores é legítima. Não há quem discorde do fato de que os funcionários públicos, como todos os demais trabalhadores, têm direito a receber em dia e condignamente pelo serviço prestado. Mas adianta paralisar atividades essenciais quando se sabe que o Estado está em crise financeira e o governo parcela salários por absoluta falta de recursos? Prejudicar a população vai fazer o dinheiro aparecer?

Bem que as lideranças das duas bravas categorias poderiam refletir melhor e partir para ações mais criativas, que não incluam a suspensão dos serviços à população. Professores e policiais estão entre as categorias de trabalhadores mais admiradas pelos cidadãos, que invariavelmente reconhecem a importância dos serviços prestados pelos profissionais da educação e da segurança. Por que destruir esta confiança com paralisações que só prejudicam a sociedade?

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Sua vida | 23

Área do Estado junto à orla está abandonada

ESPAÇO NA BEIRA do Guaíba acumula lixo e é alvo de vandalismo desde despejo de escola náutica

Não há naquela margem do Guaíba, em Porto Alegre, nada que lembre a entidade náutica que pelos últimos 20 anos se pretendeu ver erguida e funcionando na Vila Assunção. Da escola de vela, na Avenida Guaíba, 4.477, Zona Sul, onde eram desenvolvidas as atividades da Associação Pró-Esporte, Cultura e Meio Ambiente (Proa), só ficou um amontoado de vigas e tábuas. Gestada pelo menos desde 1997, a sede sociocultural da Proa, criada por um grupo de velejadores com o objetivo de aproximar os porto-alegrenses do mundo náutico e do Guaíba, caiu em decadência após uma série de polêmicas com os moradores do bairro, envolvendo barulho à noite e venda de bebidas alcoólicas.

– Isso aqui era bacana, bem cuidado. É uma pena que tenha virado esse monte de nada – afirma João Carlos de Oliveira, soldador naval aposentado que há 40 anos mora no bairro.

USO PELA ASSOCIAÇÃO SEMPRE FOI POLÊMICO

Oliveira passa quase diariamente pelo local. De 2015 para cá, relata ter visto incontáveis pessoas levando cordas, telhas, janelas, pedras e tudo mais o que houvesse por ali, até que restasse quase nada. Vez que outra, encontra também gente que passa a noite nas ruínas da antiga casa. Aqueles que procuram o local para esporte e lazer passaram a ser raros.

Há menos tempo convivendo com a região, a doméstica Josiane Andrade Ferreira lembra de ter visto ali moradores, banhistas e praticantes de esportes. De uns anos para cá, só enxerga sujeira:

– Dois anos atrás, ainda tinha algum movimento. Mas hoje tu passa e só vê lixo.

A derrocada da associação começou em razão do uso considerado inadequado do local. A escola náutica, que teria autorização para promover o esporte e também comercializar alguns produtos em uma cantina, não poderia funcionar à noite, com música alta e venda de bebida alcoólica – o que acontecia com frequência, segundo moradores.

Outro questionamento diz respeito às reclamações de uso privado da orla, argumento que opunha defensores das margens do Guaíba como bem público e entusiastas de alternativas que permitissem ao público usufruir locais de contato com a natureza.

"Atualmente, existe um Grupo de Trabalho (formado por vários Órgãos do Executivo) que estuda a melhor utilização da área de acordo com a legislação ambiental, por se tratar de terreno marginal, à beira do Guaíba. Já foram vários os pedidos de utilização do local, mas até agora foram negados por não se adequarem à legislação ambiental", afirmou a assessoria de comunicação da Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos, do governo estadual.

Haveria pelo menos três processos junto à secretaria solicitando autorização para uso da área: do Sindicato de Administração

Tributária (Sindifisco-RS), que tem uma sede logo ao lado do terreno, da Federação Gaúcha de Stand Up Paddle, que gostaria de utilizar o espaço para promover o esporte, e da própria Proa, no nome do presidente, Alexandre Hartmann, em uma tentativa de reaver o terreno. Os três processos constam como abertos em 2016.

Clique aqui para acessar a matéria

Segmento: Secretarias

14/02/2017 | Correio de Gravataí | Comunidade | 2

Mudança de data de licitação

O processo de licitação para as obras remanescentes entre os quilômetros 11 e 22 da RS-118 está mantido, mas com nova data para a abertura das propostas. Anunciada na primeira semana de janeiro, a licitação ocorreria hoje. O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) estipulou que o processo de licitação será no dia 17 de março.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio de Gravataí | Comunidade | 2

Novo edital

Por meio da assessoria da imprensa, a autarquia informou que hoje será publicado novo edital, que precisou passar por "ajustes pontuais". "Devido a ques-tionamentos feitos por empresas concorrentes no certame, o texto precisou de complementações no intuito de detalhar serviços que deverão ser realizados para a recuperação da pista antiga da rodovia no trecho previsto em contrato", enviou, em nota, a assessoria do Daer.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Rural | 14

Operação combate roubos

A Operação Avante Rural, contra os crimes de abigeato no Rio Grande do Sul, vai agregar às suas tarefas o combate ao roubo de defensivos agrícolas. A promessa foi feita pelo secretário de Segurança do Estado, Cezar Schirmer, em reunião com representantes do setor, da qual participou o Sindicato dos Comerciantes de Produtos Agrícolas (Sindiagro/RS). Segundo o diretor-executivo da entidade, Alceu Menegola, não há números do montante roubado porque as empresas preferem não divulgá-los. "No entanto, defensivos são produtos muito caros e qualquer camionete pequena pode levar um volume cujo valor ultrapasse os R\$ 300 mil", explica.

O diretor da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav), Juarez Neme da Costa, diz que não é só o prejuízo financeiro que causa preocupação. "Lidamos com a adulteração do que é roubado e depois revendido, o que é um grande risco", lembra. Em março, a Câmara de Deputados deve votar o Projeto de Lei 2079/2015, do deputado Jerônimo Goergen, que transforma em crime inafiançável o roubo de defensivos.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Cidades | 15

Equipes decidem não parar

Depois de decidirem na última semana que entrariam em greve nessa segunda-feira, funcionários da Santa Casa de Rio Grande resolveram na manhã de ontem não parar com as atividades. Os pagamentos de parte do décimo terceiro e dos salários de janeiro estão em atraso. O hospital, que está sob intervenção municipal, tem cerca de 1,5 mil funcionários. Segundo o presidente do SindiSaúde de Rio Grande e Região, Rogério Britto, o município informou que até o dia 23 deve realizar o pagamento.

A data não foi confirmada pelo superintendente da Santa Casa, Maicon Lemos. Ele diz que ontem entrou com a documentação solicitando R\$ 4 milhões pelo Funafir, financiamento realizado pelo Estado para quitar dívidas com hospitais. Com isso, o dinheiro pode ser liberado antes do dia 23 e a dívida, quitada.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Geral | 20

Comissão recebe denúncia

A Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) da Câmara de Vereadores de Porto Alegre recebeu ontem a denúncia de abusos policiais da Brigada Militar e da Guarda Municipal contra manifestantes no protesto contra o aumento da passagem de ônibus, semana passada, em Porto Alegre. O socorrista voluntário Yuri Vince conversou com o vereador Marcelo Sgarbossa (PT), presidente da comissão, e com a vereadora Comandante Nádia (PMDB). No relato, Yuri Vince disse que quando terminou a manifestação, ele voltou para a Esquina Democrática para conversar com os amigos.

Neste momento, teria parado um micro-ônibus da BM e o jovem teria sido perseguido e agredido pelos PMs. Yuri disse que foi detido pela BM e levado para o posto policial da Praça XV no Centro da Capital. Sgarbossa explicou que a comissão pretende se reunir com a BM e a Guarda Municipal. O subcomandante da BM, coronel Mário Ikeda, disse que a corporação não recebeu nenhuma denúncia sobre o caso e lembrou que os órgãos de controle e da Corregedoria estão abertos e a BM fará as devidas apurações.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Cachoeirinha | Comunidade | 2

Mudança de data de licitação

O processo de licitação para as obras remanescentes entre os quilômetros 11 e 22 da RS-118 está mantido, mas com nova data para a abertura das propostas. Anunciada na primeira semana de janeiro, a licitação ocorreria hoje. O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) estipulou que o processo de licitação será no dia 17 de março.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Cachoeirinha | Comunidade | 2

Novo edital

Por meio da assessoria da imprensa, a autarquia informou que hoje será publicado novo edital, que precisou passar por "ajustes pontuais". "Devido a ques-tionamentos feitos por empresas concorrentes no certame, o texto precisou de complementações no intuito de detalhar serviços que deverão ser realizados para a recuperação da pista antiga da rodovia no trecho previsto em contrato", enviou, em nota, a assessoria do Daer.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Canoas | Observatório | 2

Presencial

O atendimento de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) na Agência FGTAS/Sine TudoFácil Centro (Borges de Medeiros, 521), na capital, terá atendimento presencial através de distribuição de senhas desde ontem até 3 de março. No período da manhã, que inicia às 7h30, serão distribuídas 150 senhas. À tarde, às 13h30, serão mais 50 senhas.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Capa | 1

600 vagas para colheitas de arroz e soja em 19 cidades da região

Entre o fim deste mês e o início do próximo, cooperativas vão contratar mão de obra para a safra que deve superar a marca de 180 mil toneladas. Salários variam de R\$ 1.040 a R\$ 1.180. Confira onde estão as oportunidades de emprego

Páginas 8 e 9

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Agronegócio | 9

Milho

Nos últimos cinco anos, a área irrigada com milho dobrou no Estado. mas ainda há um grande espaço para avançar. As estimativas são do programa Mais Água, Mais Renda, criado pela Secretaria Estadual da Agricultura. Atualmente, são em torno de 105 mil hectares plantados.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Agronegócio | 9

Produtividade do arroz pode cair com excesso de chuva

A chuva que atingiu a região nas últimas semanas pode afetar de forma negativa a produtividade do arroz, principalmente em Santa Maria e cidades vizinhas. A previsão negativa foi levantada no boletim de previsão da produtividade do arroz divulgado pelo programa SimulArroz da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Conforme o boletim, até o momento, a probabilidade da safra 2016/2017 ser igual ou acima da produtividade médica histórica para Santa Maria é de 50%.

A situação contrasta com as outras regiões do Estado (Fronteira Oeste, Campanha, Zona Sul e Planície Costeira Externa), onde a probabilidade é de 100%. Para a equipe do SimulArroz, essas probabilidades indicam que as chuvas das últimas semanas apresentaram um efeito negativo, "sobretudo nas lavouras de arroz que se en contram na fase reprodutiva, que demandam maior disponibilidade de radiação solar".

A previsão atual de produtividade média de grãos para o Estado, considerando todas as regiões onde a cultura foi plantada, é de 7.698 kg/ha (154 sacas por hectare), que é similar à média observada pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga) nos cinco anos agrícolas de 2010/11 a 2014/15 (7.544 kg/ha ou 151 sacas por hectare) e 11,6% maior que a produtividade média do Rio Grande do Sul observada na última safra 2015/2016 (6.918 kg/ha ou 138 sacas por hectare).

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Jornal Cidades | 1

Programa Criança Feliz será implantado no município

Diversas pesquisas científicas indicam que os primeiros anos de vida são decisivos para o desenvolvimento humano integral. A realidade de muitas famílias de baixa renda, no entanto, não permite que a primeira infância seja tratada com cuidado e atenção. Pensando nisso, o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), criou o Programa Criança Feliz, que visa acompanhar os primeiros passos de crianças de zero a seis anos junto às suas famílias.

Lançado em outubro de 2016, o programa elegeu os municípios aptos a implantá-lo nesta primeira fase e, entre os 110 escolhidos no Rio Grande do Sul, está Canoas. Por ter um histórico de atuação preventiva no desenvolvimento infantil por meio do Primeira Infância Melhor (PIM), que funciona desde 2003, a cidade é uma das poucas no País com experiência prévia neste tipo de acompanhamento social. Com termo de aceite assinado, o município agora se prepara para a capacitação para realizar o Programa Criança Feliz, que foi oficialmente apresentado na tarde da última quinta-feira, dia 9 de fevereiro, aos profissionais envolvidos na iniciativa intersetorial.

O encontro aconteceu na secretaria de Desenvolvimento Humano e Social – responsável por mediar o projeto –, e contou com a presença do titular da pasta, Vandré Padilha, do coordenador do PIM, Bebeto Azevedo; do secretário de Relações Institucionais, Airton Souza; da secretária de Saúde, Rosa Groenwald; e membros dos setores encarregados. Após 14 anos de trabalho voltado a crianças inseridas em situação de vulnerabilidade social, o PIM vai atuar lado a lado com o Criança Feliz, que surge no âmbito federal para atender ao Marco Legal da Primeira Infância, instituído no ano de 2016 pela Lei nº 13.257. A legislação ressalta a necessidade da integração de esforços da União, dos estados, dos municípios, das famílias e da sociedade no sentido de promover e defender os direitos das crianças e ampliar as políticas que promovam o desenvolvimento na primeira infância.

Na prática, o programa irá acompanhar semanalmente as famílias compostas de crianças de zero a seis anos por meio de visitas a domicílio. As ações vão integrar áreas como saúde, assistência social, educação, justiça e cultura. No município, a meta é assistir a evolução de 500 crianças por ano nesta primeira etapa. O Criança Feliz deverá priorizar gestantes e crianças de até três anos de idade beneficiárias do Programa Bolsa Família, crianças de até seis anos que recebem o Benefício de Prestação Continuada e aquelas afastadas do convívio familiar por medida protetiva.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Jornal Cidades | 2

Tiradentes do Sul

O município foi escolhido pela Rio Grande Energia (RGE), distribuidora do Grupo Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) Energia, para sediar a 14ª Campanha Plante Árvores Nobres. Nesta edição, a concessionária doará 45 mil mudas de 12 espécies nobres e raras à comunidade do município e de cidades vizinhas. A campanha acontecerá em junho. O projeto da RGE acontece em parceria com a secretaria estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema), por meio do departamento de Biodiversidade (Dbio), com apoio da prefeitura.

Na lista de árvores nobres, estão Cerejeira, Angico Vermelho, Uvaia, Guabijú, Ipê da Serra, Ipê Roxo, Ipê Amarelo, Louro, Cedro, Caroba, Grápia, Cabreúva e Canjerana. O anúncio e as tratativas para a realização da campanha em Tiradentes do Sul aconteceram recentemente, na prefeitura. No encontro, o Consultor Ambiental da RGE, Fabrício Stefens, e o Consultor de Negócios da concessionária Jonathan Koenemann, acertaram os detalhes do evento com o prefeito Alceu Diel.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 12

Valor bruto da produção agropecuária deve crescer 2,9% em 2017 e atingir R\$ 545,9 bilhões

O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária em 2017 deve atingir R\$ 545,9 bilhões, 2,9% acima do registrado em 2016, que foi de R\$ 530 bilhões. Segundo o Ministério da Agricultura, a projeção leva em conta a expectativa de uma safra recorde de 219,1 milhões de toneladas e de aumento da produtividade. "O aumento previsto para a produção de milho, soja, arroz, algodão e feijão é a principal fonte desse crescimento da renda da agricultura em 2017", disse, em nota, o coordenador-geral de Estudos e Análises da Secretaria de Política Agrícola, José Garcia Gasques.

As lavouras representam 66,8% do VBP, e a pecuária, 33,2%. Em relação a 2016, as lavouras tiveram crescimento real no valor de 5,6%, e a pecuária, decréscimo de 2,2%. Entre os produtos que devem ter maior crescimento de VBP estão algodão herbáceo, com aumento real de 14,9%; amendoim, 25,9%; banana, 16,5%; feijão, 38%; milho, 33%; fumo, 22,2%; soja, 5,7%; e uva, 30,3%. Na pecuária, o desempenho deve ser puxado por carne suína, leite e ovos. Ainda conforme o Ministério da Agricultura, entre os produtos com desempenho negativo estão a batata-inglesa, com redução de 28,7% no valor da produção; cebola (-53,1%); laranja (-8,9%); café (-9,6%); pimentado-reino (-12,9%); tomate (-35,5%) e trigo (-37,9%). "Especialmente cebola, tomate e trigo têm decréscimo no valor da produção atribuído à queda de preços. Na pecuária, a maior queda de valor vem ocorrendo na carne de frango (-9,9%) e na carne bovina (-2,3%)."

Clique aqui para acessar a matéria

Obra da nova sede do IGP será retomada nos próximos dias

A construção do Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais do Sul, nova sede do IGP, deve ser retomada nos próximos dias. A obra, cuja conclusão estava prevista para o segundo semestre deste ano, ainda não avançou das fundações. No entanto, de acordo com o diretor-geral do IGP, Cleber Muller, a entrega do prédio de sete andares não passa do ano que vem. Segundo o diretor, a obra faz parte de um projeto do Ministério da Justiça, que previa a construção de cinco centros de referência de perícia no País.

"O único estado que conseguiu cumprir todas as etapas foi o Rio Grande do Sul. Montamos uma equipe de projetos, com engenheiros e arquitetos, e houve apoio do governo, com investimento sob forma de convênio. Houve alguns problemas da parte técnica, que já foram resolvidos, e esse será um dos melhores centros de referência da América Latina", garantiu. O investimento total na construção é de R\$ 30 milhões. A ordem de início dos trabalhos foi dada em 29 de julho de 2015. A empresa vencedora da licitação, a Kaefe Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda., tinha um prazo de 24 meses para a conclusão.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Contracapa | 28

Leia amanhã - JC Contabilidade

O subsecretário da Receita Estadual, Paulo Cestari, explica como aderir ao Refaz 2017 para quitar dívidas de ICMS vencidas até junho de 2016

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Jornal Cidades | 1

Programa Criança Feliz será implantado no município

Diversas pesquisas científicas indicam que os primeiros anos de vida são decisivos para o desenvolvimento humano integral. A realidade de muitas famílias de baixa renda, no entanto, não permite que a primeira infância seja tratada com cuidado e atenção. Pensando nisso, o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), criou o Programa Criança Feliz, que visa acompanhar os primeiros passos de crianças de zero a seis anos junto às suas famílias.

Lançado em outubro de 2016, o programa elegeu os municípios aptos a implantá-lo nesta primeira fase e, entre os 110 escolhidos no Rio Grande do Sul, está Canoas. Por ter um histórico de atuação preventiva no desenvolvimento infantil por meio do Primeira Infância Melhor (PIM), que funciona desde 2003, a cidade é uma das poucas no País com experiência prévia neste tipo de acompanhamento social. Com termo de aceite assinado, o município agora se prepara para a capacitação para realizar o Programa Criança Feliz, que foi oficialmente apresentado na tarde da última quinta-feira, dia 9 de fevereiro, aos profissionais envolvidos na iniciativa intersetorial.

O encontro aconteceu na secretaria de Desenvolvimento Humano e Social – responsável por mediar o projeto –, e contou com a presença do titular da pasta, Vandré Padilha, do coordenador do PIM, Bebeto Azevedo; do secretário de Relações Institucionais, Airton Souza; da secretária de Saúde, Rosa Groenwald; e membros dos setores encarregados. Após 14 anos de trabalho voltado a crianças inseridas em situação de vulnerabilidade social, o PIM vai atuar lado a lado com o Criança Feliz, que surge no âmbito federal para atender ao Marco Legal da Primeira Infância, instituído no ano de 2016 pela Lei nº 13.257. A legislação ressalta a necessidade da integração de esforços da União, dos estados, dos municípios, das famílias e da sociedade no sentido de promover e defender os direitos das crianças e ampliar as políticas que promovam o desenvolvimento na primeira infância.

Na prática, o programa irá acompanhar semanalmente as famílias compostas de crianças de zero a seis anos por meio de visitas a domicílio. As ações vão integrar áreas como saúde, assistência social, educação, justiça e cultura. No município, a meta é assistir a evolução de 500 crianças por ano nesta primeira etapa. O Criança Feliz deverá priorizar gestantes e crianças de até três anos de idade beneficiárias do Programa Bolsa Família, crianças de até seis anos que recebem o Benefício de Prestação Continuada e aquelas afastadas do convívio familiar por medida protetiva.

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Jornal Cidades | 2

Tiradentes do Sul

O município foi escolhido pela Rio Grande Energia (RGE), distribuidora do Grupo Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) Energia, para sediar a 14ª Campanha Plante Árvores Nobres. Nesta edição, a concessionária doará 45 mil mudas de 12 espécies nobres e raras à comunidade do município e de cidades vizinhas. A campanha acontecerá em junho. O projeto da RGE acontece em parceria com a secretaria estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema), por meio do departamento de Biodiversidade (Dbio), com apoio da prefeitura.

Na lista de árvores nobres, estão Cerejeira, Angico Vermelho, Uvaia, Guabijú, Ipê da Serra, Ipê Roxo, Ipê Amarelo, Louro, Cedro, Caroba, Grápia, Cabreúva e Canjerana. O anúncio e as tratativas para a realização da campanha em Tiradentes do Sul aconteceram recentemente, na prefeitura. No encontro, o Consultor Ambiental da RGE, Fabrício Stefens, e o Consultor de Negócios da concessionária Jonathan Koenemann, acertaram os detalhes do evento com o prefeito Alceu Diel.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Economia | 12

Valor bruto da produção agropecuária deve crescer 2,9% em 2017 e atingir R\$ 545,9 bilhões

O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária em 2017 deve atingir R\$ 545,9 bilhões, 2,9% acima do registrado em 2016, que foi de R\$ 530 bilhões. Segundo o Ministério da Agricultura, a projeção leva em conta a expectativa de uma safra recorde de 219,1 milhões de toneladas e de aumento da produtividade. "O aumento previsto para a produção de milho, soja, arroz, algodão e feijão é a principal fonte desse crescimento da renda da agricultura em 2017", disse, em nota, o coordenador-geral de Estudos e Análises da Secretaria de Política Agrícola, José Garcia Gasques.

As lavouras representam 66,8% do VBP, e a pecuária, 33,2%. Em relação a 2016, as lavouras tiveram crescimento real no valor de 5,6%, e a pecuária, decréscimo de 2,2%. Entre os produtos que devem ter maior crescimento de VBP estão algodão herbáceo, com aumento real de 14,9%; amendoim, 25,9%; banana, 16,5%; feijão, 38%; milho, 33%; fumo, 22,2%; soja, 5,7%; e uva, 30,3%. Na pecuária, o desempenho deve ser puxado por carne suína, leite e ovos. Ainda conforme o Ministério da Agricultura, entre os produtos com desempenho negativo estão a batata-inglesa, com redução de 28,7% no valor da produção; cebola (-53,1%); laranja (-8,9%); café (-9,6%); pimentado-reino (-12,9%); tomate (-35,5%) e trigo (-37,9%). "Especialmente cebola, tomate e trigo têm decréscimo no valor da produção atribuído à queda de preços. Na pecuária, a maior queda de valor vem ocorrendo na carne de frango (-9,9%) e na carne bovina (-2,3%)."

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Geral | 21

Obra da nova sede do IGP será retomada nos próximos dias

A construção do Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais do Sul, nova sede do IGP, deve ser retomada nos próximos dias. A obra, cuja conclusão estava prevista para o segundo semestre deste ano, ainda não avançou das fundações. No entanto, de acordo com o diretor-geral do IGP, Cleber Muller, a entrega do prédio de sete andares não passa do ano que vem. Segundo o diretor, a obra faz parte de um projeto do Ministério da Justiça, que previa a construção de cinco centros de referência de perícia no País.

"O único estado que conseguiu cumprir todas as etapas foi o Rio Grande do Sul. Montamos uma equipe de projetos, com engenheiros e arquitetos, e houve apoio do governo, com investimento sob forma de convênio. Houve alguns problemas da parte técnica, que já foram resolvidos, e esse será um dos melhores centros de referência da América Latina", garantiu. O investimento total na construção é de R\$ 30 milhões. A ordem de início dos trabalhos foi dada em 29 de julho de 2015. A empresa vencedora da

licitação, a Kaefe Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda., tinha um prazo de 24 meses para a conclusão.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Contracapa | 28

Leia amanhã - JC Contabilidade

O subsecretário da Receita Estadual, Paulo Cestari, explica como aderir ao Refaz 2017 para quitar dívidas de ICMS vencidas até junho de 2016

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | Capa | 1

Blitze flagram até 8% dos motoristas alcoolizados

Página 29

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | Política | 6

Barragem das Laranjeiras preocupa prefeito Orlando

As prioridades Três Coroas - O prefeito Orlando Teixeira teve uma série de audiências com lideranças estaduais para defender interesses do município na área da Saúde, Educação, Segurança, Agricultura, Tugis-mo e geração de emprego. Acompanhado do seu vice, Eraldo Araújo, e do vereador Roque Werner, Teixeira teve encontros com o vice-governador, José Paulo Cairei, com o secretário Estadual de Administração, Raffaele Dia Camela, com o deputado estadual Edu Oliveira, além do chefe de gabinete do deputado federal Danrlei de Deus.

Uma das pautas mais importantes tratada nas reuniões é uma antiga demanda do município: uma avaliação técnica das condições estruturais da Barragem das Laranjeiras. A usina hidrelétrica foi construída na década de 60 para a geração de energia, mas o projeto não teve continuidade. Desde então, a estrutura está sem manutenção, gerando preocupação e desconfiança da população, que teme pelo seu rompimento. A barragem está no município de Canela, mas Três Coroas seria a principal cidade afetada, caso ocorra algum incidente.

Na reunião, o prefeito Orlando conseguiu obter um sinal positivo para essa questão. Ele foi informado que há estudos para a barragem ser ativada para a geração de energia elétrica. Além disso, o secretário Di Cameli adiantou que no Rio Grande do Sul existem em torno de 30 barragens e que todas serão vistoriadas. A das Laranjeiras será a primeira a receber os técnicos.

A VISTORIA PODE SER EM MARÇO

O vice-governador Cairori disse que está acompanhando de perto a questão, pois o secretário responsável pela pasta foi seu assessor, O prefeito aproveitou a visita para agradecer o apoio que Cairoli deu para a destinação de conjuntos de classes e cadeiras para o Colégio Estadual 12 de Maio, que beneficiou 695 estudantes. Em breve, o prefeito se reunirá com o secretário da Segurança Pública do RS, Cezar Schirmer, quando tratará questões da segurança do município e região. Apesar de ter assumido recentemente um novo mandato, Teixeira reativou diversos contatos com deputados, assessores e agentes do poder executivo conquistados nos seus mandatos anteriores.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal NH | Comunidade | 29

Balada Segura flagra até 8% de motoristas bêbados

Estatística da Balada Segura no RS se refere a 2016

Apesar do aumento da fiscalização e do endurecimento das punições a quem mistura álcool e direção, muita gente ainda insiste em manter um hábito que responde por milhares de mortes no trânsito no País. No domingo, uma mulher foi presa em flagrante após atropelar um motociclista em Novo Hamburgo, que acabou morrendo. Teste do bafômetro indicou que ela estava embriagada (leia mais na página 33). E a situação é mais comum do que se imagina. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) estima que 8% dos acidentes com morte em estradas federais ocorrem por ingestão de álcool.

No Rio Grande do Sul, mais de 28 mil motoristas embriagados foram retirados das ruas nos seis anos da campanha Balada Segura. Em 2016, de cada cem condutores abordados, oito estavam bêbados. Sob a coordenação executiva do Departamento Estadual de Trânsito (Detran/RS), a Balada Segura faz blitze de fiscalização e educação, em especial ao consumo de álcool no trânsito. Assessor da Diretoria Institucional do Detran/RS, o tenente-coronel André Luis Córdova informa que apenas em Novo Hamburgo a Balada Segura autuou 561 motoristas bêbados nos últimos três anos. "Evitamos uni número razoável de acidentes fatais", afirma.

PERCEPÇÃO

Segundo a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), o álcool reduz a capacidade de percepção da velocidade e dos obstáculos, diminui a habilidade de controlar o veículo, manter a trajetória e realizar curvas. O consumo de álcool compromete ainda sobrevivência dos envolvidos em um acidente de trânsito. "E comprovado por estudos e análises de que a ingestão de álcool contamina a percepção do condutor e a sua capacidade de resposta", confirma Córdova.

Punições que a legislação prevê (VER IMAGEM)

Fiscalização cresceu mais de 400%

Com crescimento médio de 42% ao ano, a Balada Segura comemorou seis anos no Estado neste mês. O número de abordagens nas blitze focadas na embriaguez aumentou 422% em 2016 comparado a 2011, quando o programa começou em Porto Alegre. Hoje em 27 municípios, a operação que envolve Detran, Brigada Militar e órgãos de trânsito municipais já retirou de circulação 28,5 mil condutores que dirigiam sob o efeito de álcool ou recusaram-se a realizar o teste e comprovar as condições necessárias para trafegar com segurança. Somente no ano passado, 8,1 mil motoristas foram autuados, de 96,6 mil abordados.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal VS | Capa | 1

Presídio quer convênio para apenado trabalhar

Instituto Penal de São Leopoldo quer renovar documento para que condenados do semiaberto possam ser mão de obra na limpeza urbana. Em contrapartida, uma oportunidade de ressocialização dos detentos.

Página 27

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal VS | Olho vivo | 2

Transporte escolar

O Alvará de Tráfego e Atendimento precisa ser providenciado pelos condutores de vans que fazem o transporte escolar em São Leopoldo. O documento é obtido no Departamento de Cadastro e Vistorias, no Ginásio Municipal Celso Morbach, sala 7. O alvará tem validade de seis meses. A Guarda Civil Municipal (GCM) faz as vistorias de segunda a sexta-feira, das 9 às 11h30 e das 13h30 às 16h30.

Para realizar o transporte, condutores precisam passar por três vistorias: Inmetro, Detran e Guarda Civil Municipal (GCM). O motorista não pode ter nenhuma infração grave nem duas infrações médias registradas na CNH. Segundo o chefe de Cadastro e Vistoria da Guarda, Cristiano Vargas, o objetivo da vistoria semestral é proporcionar segurança aos estudantes e tranquilidade para os pais.

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do serviço é feita nas próprias instituições de ensino durante as rondas escolares da GCM. Irregularidades podem resultar em notificações, retenção da documentação ou, conforme a gravidade, no recolhimento do veículo. Sem alvará a situação se agrava por configurar transporte clandestino.

CRITÉRIOS

Para obter o Alvará de Tráfego e Atendimento é preciso seguir critérios rígidos. O carro não pode ter mais do que 15 anos de uso e todos os itens de segurança devem estar verificados.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal VS | Thiago Padilha | 6

Causa animal entra em pauta

Os secretários de Gestão e Governo, Marcel Frison e de Proteção Animal, Anderson Ribeiro, estiveram reunidos ontem com a deputada estadual Regina Becker Fortunati (Rede) para tratar da causa animal em São Leopoldo. A parlamentar diz que quer evitar que "equívocos possam ter reflexos ruins" para os bichos.

Segundo ela, é preciso que o Município faça parceria com protetores para a busca de adotantes, ao invés de fechar o canil. Além disso, Regina sugeriu uma visita técnica à Secretaria Especial dos Direitos dos Animais (Seda) de Porto Alegre, para que conheçam o trabalho desenvolvido. "A causa animal é maior que a partidária", resume.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal VS | Negócios | 24

Nota Fiscal Gaúcha

Assim como ocorreu em Imbé no mês de janeiro, a escola móvel da Agas voltará a sediar um sorteio da Nota Fiscal Gaúcha em fevereiro. O sorteio ocorrerá às 14 horas do dia 23, na Praça do Farol (Rua Andira, s/n°), na Beira-Mar de Capão da Canoa, e contará com a presença do corpo técnico da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz/RS), de autoridades locais e da diretoria da Agas.

Verão Premiado até o fim do mês

A campanha capitaneada pela Agas em parceria com a Secretaria Estadual da Fazenda do RS para alavancar a Nota Fiscal Gaúcha no verão terá a participação de dezenas de redes supermercadistas gaúchas associadas à entidade. Os supermercados participantes vão poder sortear um automóvel zero-quilômetro entre os seus clientes cadastrados no programa e que incluírem seu CPF nas notas fiscais de compra. O Verão Premiado busca reduzir a informalidade, despertar a cidadania fiscal dos contribuintes e aumentar a arrecadação de tributos para os cofres públicos.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal VS | Polícia | 27

Presídio de São Leopoldo tenta firmar convênio com a Prefeitura

Medida permite que apenados possam trabalhar remuneradamente para o Município

São Leopoldo - "A gente convive com as pessoas e volta a ter uma vida", diz um morador de Sapucaia do Sul de 35 anos que atua na limpeza de Novo Hamburgo e que nesta semana está trabalhando em uma escola daquele município. Detento do regime semiaberto, ele realiza o serviço remunerado por meio de um convênio entre a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e a prefeitura de Novo Hamburgo. Preso por tráfico de drogas há 10 meses e com pena prevista até 2018, o ex-vigilante está na nova profissão desde junho de 2016. "Eu nem imaginava que existia este projeto. Para mim está sendo ótimo. Tenho uma filha de cinco meses e consigo ajudar minha família com esta renda. Já fiz limpeza em praças, escolas e postos de saúde. Sei que quando sair não conseguirei mais atuar como vigilante, que era o que eu fazia antes de errar, então estou tendo a chance de aprender um novo ofício. Agora sei que posso trilhar outros caminhos", diz.

São Lepoldo aguarda começo da parceria

Em São Leopoldo convênio semelhante já está pronto à espera de ser firmado. De acordo com o diretor do Instituto Penal da cidade, Márcio Jocemar Corrêa, as tratativas iniciaram na gestão do prefeito Anibal Moacir da Silva. Agora, a direção do presídio tenta renovar o documento para que as oportunidades aos detentos saiam do papel durante a gestão de Ary Vanazzi. "Sugerimos junto a Administração a renovação do convênio e a partir daí dialogarmos sobre como incrementar esta parceria", explica o secretário de Desenvolvimento Social, Rodrigo de Mello Castilhos.

Através do convênio os detentos do regime semiaberto se tornam mão de obra para a administração municipal. Em contrapartida, a Prefeitura pagaria pelo menos 75% de um salário-mínimo, que é o que exige a Lei de Execuções Penais. Alguns municípios ainda oferecem uma cesta básica mensal como beneficio aos apenados que não faltam ao trabalho. "Estamos unindo todos os esforços para que este convênio aconteça. Hoje dos nossos 165 presos 100 já estão no serviço externo. O restante é essa mão de obra que queremos direcionar", diz Corrêa.

Apenados precisam ter carteira assinada

Para poder sair do Instituto Penal, os detentos devem ter a carteira de trabalho assinada ou uma carta de emprego. "Se não estiverem trabalhando, eles têm três dias por mês para saída temporária, que só podem ser usadas quando homologadas pelo juiz. Eventualmente, eles têm ainda uma saída autorizada, para participarem, por exemplo, de uma entrevista de emprego", explica Márcio Jocemar Corrêa. Os benefícios para os presos que trabalham vão além do auxílio financeiro.

"De todas as cadeias que trabalhei as que tinham alternativas de trabalho foram as que mais contribuíram com a disciplina do apenado. Ele se sente mais valorizado, diminui o ócio. O trabalho é tudo dentro de uma cadeia. O preso entra em uma rotina, começa a ter responsabilidades com horários. É um dos preceitos mais importantes que está na lei de execuções penais", opina.

MÃO DE OBRA PARA FÁBRICAS CALCADISTAS

Para o diretor do Instituto Penal de Novo Hamburgo (IPNH), César Corrales, o convênio existe para permitir outra escolha para aqueles que acabam entrando no mundo do crime. "Em vez de ficar um, três anos sem fazer nada ao menos estão trabalhando e quando sai rem terão uma escolha. Temos 30 trabalhando nas ruas de Novo Hamburgo, 20 do município e 10 de apenados que moravam em outras cidades, e a ideia é aumentar este número", projeta Curai es.

Ainda segundo o diretor do IPNH o trabalho remunerado evita que os apenados cometam delitos enquanto cumprem a pena no semiaberto. "A gente já percebe uma mudança grande e uma das coisas que contribuiu foi colocá-los para trabalhar. Em um prédio de 450 metros quadrados, que fica nos fundos do IPNH, outros 50 detentos do semiaberto trabalham para importantes fábricas calçadistas da região.

TRABALHO PARA PRESOS SIGNIFICA RESSOCIALIZAR

O trabalho prisional é realidade para quase 12 mil presos em todo o Estado. Na região os apenados do regime semiaberto trabalham na limpeza e manutenção de vias públicas por meio deste convênio. Além de Novo Hamburgo, o serviço existe em Montenegro, Taquara, São Francisco de Paula e recentemente passou a valer também em Igrejinha.

De acordo com a Susepe, o convênio é o instrumento utilizado para formalizar parceria com as prefeituras que queiram contratar o trabalho prisional. Para isso, é necessário que encaminhem alguns documentos, bem como uma Carta Proposta onde informam o número de vagas que pretendem utilizar, remuneração, atividades a serem desenvolvidas pelos apenados. Alguns locais optam por pagar um valor maior. O trabalho prisional é um dos mecanismos que a Susepe dispõe para a integração social do apenado.

Outras cidades

Novo Hamburgo

Novo Hamburgo participa do convênio desde 2007 e o contrato atual tem validade até 2019. São 30 amados que recebem um salário mínimo atuando na limpeza e manutenção da cidade."O convênio é importante, pois é uma mão de obra onde essas pessoas estão sendo incluídas no dia a dia da nossa comunidade através do trabalho e estão tendo benefícios em decorrência da redução da pena Além de produzirem para sociedade, há ações de malho-rias para cidade. Uma mão de obra bastante acessível e quando fiscalizados dão bom retorno ao contratante", afirmou o Secretário de Obras Públicas, Serviços Urbanos e Viários, Faisal Karam.

Igrejinha

Em Igrejinha, são 25 vagas e atualmente nove detentos atuam na limpeza de canteiros e praças da cidade, oito do regime semiaberto de Taquara e um monitorado pela tornozeleira eletrônica. Segundo a prefeitura de Igrejinha, todos recebem um salário de R\$900,00, além do transporte, do presidio até Igrejinha e retorno ao presídio no final do expediente, almoço, uniforme e todos equipamentos de segurança "A iniciativa é muito importante porque além de colocar mais uma equipe cuidando da limpeza e embelezamento da cidade, oportuniza aos detentos uma ocupação e a possibilidade de uma reinserção na sociedade através do trabalho", avalia o prefeito Joel WiI hel m. Os apenados recebem ainda acompanhamento psicológico e com assistente social. O expediente é de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11 h30 e das 13 ás 17 horas.

Montenegro

Em Montenegro das 50 vagas oferecidas pela Susepe, atualmente 10 são utilizadas para serviços gerais coordenados pela Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos (SMVSU) e Secretaria do Meio Ambiente (SMMA). Os apenados trabalham 9 horas por dia e recebem cerca de R\$800 mensais. "O convênio com a Susepe vem se mantendo há vários anos, e é positivo para a administração, além de colaborar na socialização dos detentos, contribuindo com a redução do custeio da prefeitura", salienta o titular da SMVSU, e que responde também pela SMMA, Ricardo Endres.

Tramandaí

A prefeitura de Tramandaí também oferece esta possibilidade aos presos, por meio de parceria com a Susepe. A ação inédita na cidade litorânea conta com apenados do regime semiaberto da Penitenciária Modulada de Osório (PMO) que estão prestando serviços de limpeza, conservação e asseio dos logradouros públicos desde o mês passado. O coordenador do regime semiaberto da Modulada de Osório, Silvio Ferreira, ressaltou que a escolha dos apenados integrantes do projeto levou em consideração alguns critérios como comportamento e histórico pessoal. Os apenados começam a trabalhar às 8 horas e o convênio segue até o mês de março. O serviço não ocorre com remuneração, mas a cada três dias trabalhados, o detento recebe como benefício a diminuição de um dia de sua pena. Conforme o Prefeito Luiz Carlos Gauto da Silva a prefeitura fornece o transporte, alimentação e equipamentos de segurança como protetor solar e luvas. A Susepe explicou que em Tramandaí, ocorre a primeira etapa do convênio, quando o serviço ocorre de forma voluntária na limpeza da orla.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Informativo do Vale | Pelo Vale | 3

Fisco

Porto Alegre - De olho nos valores recebidos em operações com cartões de crédito ou débito, a Receita Estadual identificou divergências na movimentação financeira declarada por parte de empresas do Simples Nacional. O monitoramento atinge cerca de dois mil contribuintes que, no período entre janeiro de 2012 a junho de 2016, teriam deixado de registrar receitas brutas de R\$ 600 milhões, consequentemente sem recolher o ICMS sobre esse montante. Diante disso, a Receita Estadual lançou, ontem, um novo Programa de Autorregularização, abrindo prazo de até 30 dias para corrigir a situação no fisco. Quem não aproveitar o prazo, corre o risco de ser excluído do Simples Nacional, um regime de tributação unificado que beneficia micro e pequenas empresas.

Vagas

Porto Alegre - As Agências FGTAS/Sine dispõem de 3.739 vagas de emprego em todo o Estado. Interessados em se candidatar às oportunidades de trabalho devem comparecer à unidade mais próxima com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Das vagas abertas, 79% não exigem experiência. Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) administra 135 Agências FGTAS/Sine em 132 municípios gaúchos. O principal serviço gratuito oferecido nas unidades é a intermediação de mão de obra.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Sul Online | Caderno Colunistas | 3

Diagnóstico

A reunião da Comissão Especial da Segurança Pública no Estado lotou o plenarinho da Assembleia ontem à tarde. Os depoimentos apontaram a rota para que o controle nos presídios volte a ser da polícia.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Sul Online | Geral | 14

Secretaria de Saúde do Estado investiga novas mortes de bugios

A Secretaria Estadual de Saúde investiga a morte de bugios em Garruchos. A suspeita é de que os casos possam ter relação com a febre amarela. Até agora, o Centro Estadual de Vigilância em Saúde não comprova a relação.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Pioneiro | Geral | 11

Integração marca retomada das aulas

A abertura do ano letivo nas escolas da rede municipal de Caxias do Sul está programada para a próxima segunda-feira. Mas amanhã haverá uma atividade no UCS Teatro para diretores e vice-diretores dos colégios, além das coordenadoras das escolas de Educação Infantil conveniadas.

A integração é promovida pela Secretaria Municipal da Educação (Smed) em parceria com outras pastas do município e do Senac. A rede estadual abre o semestre somente na quarta-feira, dia 22. No total, cerca de 60 mil alunos serão atendidos nas escolas do município e do Estado.

Ontem, o movimento na área central de Caxias do Sul ficou mais agitado com a retomada das atividades em pelo menos quatro escolas privadas. Os colégios São José, Murialdo, La Salle Carmo e La Salle Caxias abriram as portas para os alunos dos turnos da manhã e tarde.

Amanhã, as demais escolas da rede particular reiniciam o ano letivo. Segundo o Sindicato do Ensino Privado (Sinepe), cerca de 20 mil alunos estão matriculados em 18 colégios.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Pioneiro | Polícia | 17

Brigada prendeu mais de 9 mil

A Brigada Militar (BM) efetuou mais de 9 mil prisões na Serra em 2016. O levantamento do Serviço de Inteligência do Comando Regional de Policiamento Ostensivo (CRPO), que abrange 66 municípios, foi divulgado na tarde de ontem. No total, foram 9.457 detenções. Destas, 1.339 são relativas ao tráfico de entorpecentes, que é apontado como motivador de outros crimes – como roubo a

pedestre e homicídios.

Na região, ainda foram capturados 1.022 foragidos e apreendidas 596 armas de fogo. O CRPO ainda reforça a problemática das prisões repetidas de criminosos reincidentes como um fator que impede a redução dos índices da violência.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Sua vida | 25

Surto nacional alerta autoridades gaúchas

DO INÍCIO DE DEZEMBRO ATÉ ONTEM, foram confirmados 234 casos na região Sudeste, com 79 mortes. No Estado, não há registros desde 2009

O maior surto de febre amarela desde que começaram os registros do Ministério da Saúde, há 37 anos, acendeu o alerta em secretarias da saúde de todo o país. Foram 79 mortes confirmadas desde o início de dezembro, com 1.214 casos notificados e 234 confirmados em cinco Estados – média de cinco novos pacientes e quase duas mortes por dia no país em janeiro. Mesmo sem registros de febre amarela desde 2009, o Rio Grande do Sul está em alerta devido ao grande número de casos suspeitos da doença no país.

Como a enfermidade não é contagiosa, ou seja, não há transmissão de pessoa para pessoa – somente pela picada de mosquitos infectados –, o risco não é de a doença se espalhar para o Sul, mas de algum paciente infectado viajar para outro Estado ou de uma pessoa contaminada em uma das áreas afetadas servir como "hospedeira" do vírus em uma nova região.

Especialistas atentam para a importância de vacinar pessoas que vivem, trabalham ou estão viajando para áreas de risco. Os mais vulneráveis são residentes em zonas rurais e silvestres, especialmente aqueles que não se deslocam até as cidades para tomar a vacina.

Estamos vacinando as populações mais expostas e orientando os médicos a notificarem casos suspeitos. O trabalho nunca para,
mas está reforçado diante dos casos no Sudeste – diz Marilina Bercini, diretora do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS)
da Secretaria Estadual de Saúde.

Marilina lembra que o Rio Grande do Sul passou por situação semelhante à de alguns desses Estados há nove anos, quando registrou 21 casos da doença e nove mortes. Em 2017, o surto no país provocou uma corrida pela vacina: em Porto Alegre, o número de doses aplicadas em janeiro, conforme dados ainda parciais, aumentou oito vezes na comparação com o mesmo período do ano passado.

Segundo o Ministério da Saúde, não há necessidade de corrida aos postos de saúde, pois as doses são suficientes para atender às regiões com recomendação de vacinação.

No país, a maioria das mortes ocorreu em Minas Gerais, epicentro do surto, onde 69 pessoas morreram da doença, conforme boletim do Ministério da Saúde. Também na região Sudeste, o Espírito Santo – considerado fora da região de risco – registrou sete mortes por febre amarela, e São Paulo, três. Antes do surto atual, os 85 casos e 40 mortes registradas no ano 2000 lideravam os registros do governo. Em 2016, sete pessoas foram infectadas e cinco morreram.

SEM CONTROLE MAIOR, HÁ RISCO DE FEBRE URBANA

Os casos confirmados até agora no Brasil são de febre amarela do tipo silvestre, transmitida para os humanos após uma epidemia em macacos – a transmissão do vírus se dá pelos mosquitos dos gêneros Haemagogus e Sabethes. A doença está nas regiões rurais, silvestres e de mata. Se já não estiverem imunizadas, pessoas que moram nesses locais ou vão viajar a algum lugar de risco devem ir a uma unidade de saúde e receber uma dose da vacina, distribuída de graça. A maioria dos infectados são homens com idades entre 40 e 60 anos que trabalham em áreas rurais, de acordo com um perfil elaborado pelo Ministério da Saúde.

Por enquanto, as secretarias de saúde dos Estados e o Ministério da Saúde dizem que não há registros da doença em zonas urbanas. Mas o que assusta os profissionais da saúde é justamente o risco de a doença "de ciclo urbano" voltar a ser registrada, saindo das

áreas rurais, onde os doentes estão concentrados até agora, para chegar às cidades, e então ser transmitida para humanos pelo mosquito Aedes aegypti. Essa versão urbana não é detectada no país desde 1942, mas há o risco de reaparecer.

 Pode acontecer se não houver medidas de controle – diz o infectologista Claudio Stadnik, da Santa Casa de Misericórdia da Capital.

Segundo Stadnik, a doença urbana aconteceria se uma pessoa infectada em área rural viajasse a uma cidade e ali fosse também picada pelo Aedes aegypti (transmissor, ainda, da dengue, zika e chikungunya). O mosquito poderia transmitir a doença no centro urbano, provocando uma situação sanitária de difícil controle.

Para a Fundação Oswaldo Cruz, que bateu o recorde de produção de vacinas após o surto, a doença será contida porque a chance de se propagar seria pequena.

TIRA-DÚVIDAS

O QUE É A FEBRE AMARELA?

É uma doença infecciosa febril aguda, causada por um arbovírus (vírus transmitido por artrópodes), que pode levar à morte em cerca de uma semana, se não for tratada rapidamente. Os casos de febre amarela no Brasil são classificados como febre amarela silvestre ou febre amarela urbana. O vírus e a doença são os mesmos. A diferença é o mosquito vetor envolvido na transmissão. Na febre amarela silvestre, os mosquitos dos gêneros Haemagogus e Sabethes transmitem o vírus, e os macacos são os principais hospedeiros. Os casos humanos ocorrem quando uma pessoa não vacinada é picada por mosquito contaminado. Na versão urbana, o vírus é transmitido pelo mosquito Aedes aegypti.

A DOENÇA É CONTAGIOSA?

Não. Não há transmissão de pessoa a pessoa. Somente pela picada de mosquitos infectados com o vírus.

QUALQUER PESSOA ESTÁ EM RISCO?

Sim. Qualquer pessoa que não tenha sido vacinada que more ou visite áreas onde há transmissão da doença pode ter febre amarela.

QUAIS OS SINTOMAS?

Febre súbita, calafrios, dor de cabeça, nas costas, no corpo em geral, náuseas e vômitos, fadiga e fraqueza. Em casos graves, pode ocorrer febre alta, icterícia (pele e branco dos olhos amarelados), hemorragia e até choque e insuficiência de múltiplos órgãos. Fonte: Ministério da Saúde

Clique aqui para acessar a matéria

Segmento: Vinculadas

14/02/2017 | Correio do Povo | Capa | 1

Filas e senhas para fazer carteira de trabalho

Senhas para fazer carteira do trabalho

Página 8

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Economia | 8

Distribuição de senhas para evitar longas filas

Desde ontem e pelas próximas três semanas, quem procurar a agência do TudoFácil, no centro de Porto Alegre, para fazer a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) deverá pegar senha. Diariamente serão 150 distribuídas a partir das 7h30min e outras 150 a partir das 13h30min. A medida valerá até o dia 3 de março. A intenção é evitar as grandes filas registradas neste período em função

do aumento na procura. Na manhã de ontem houve intensa movimentação no local, inclusive com o esgotamento das fichas do turno da manhã e filas na avenida Borges de Medeiros.

É possível também fazer o agendamento pelo endereço www.fgtas.rs.gov.br no link de serviços e informações. São 80 horários agendados por dia. Segundo a coordenadora do departamento responsável pela Carteira de Trabalho na unidade do TudoFácil, Olga Teresinha Cruz de Oliveira, tradicionalmente há procura maior em janeiro e fevereiro. Isso se deve, muitas vezes, às férias escolares no caso do pedido de primeira via. "A ideia é garantir agilidade no atendimento e evitar longas esperas", explicou.

Parte da demanda, porém, não evolui. Uma das principais dificuldades, destacou a coordenadora, se dá pela ausência de documentos obrigatórios que precisam ser apresentados (ver quadro). "Não há como encaminhar o protocolo sem os documentos, e isso faz com que muitos atendimentos sejam frustrados", enfatizou Olga. Além disso, a recomendação é que o serviço seja solicitado pelo trabalhador que esteja precisando do documento com urgência, como no caso de admissão ou solicitação de benefício. Sem custo, a CTPS fica pronta no prazo de 15 dias. Olga explicou ainda que o sistema do Ministério do Trabalho que apresentava instabilidade no ano passado está normalizado.

DOCUMENTOS EXIGIDOS

Para todos os casos

■ Carteira de Identidade ou Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação, desde que conste a data de expedição, ou Carteira de Registro Profissional (trazer original e cópia legível);

■ Certidão de Nascimento para solteiros ou Certidão de Casamento, com averbações, se tiver (trazer original e cópia legível);

■ CPF (se for primeira via deve ter no mínimo sete dias do cadastramento);

■ Comprovante de residência com o CEP da rua. Se for 2ª via (continuação ou inutilização)

■ É preciso apresentar a Carteira de Trabalho anterior; Se for por perda, roubo ou extravio

■ Boletim de ocorrência da Polícia Civil;

■ Documento com número e série da Carteira de Trabalho anterior (cópia, termo de rescisão, contrato de trabalho, ficha de registro de empregado, extrato de FGTS, extrato do PIS ou INSS ou Seguro Desemprego).

Outros

■ Em adicional, título de eleitor e CNH podem ser incluídos, desde que se apresentem originais, os dados cadastrais de PIS e CPF devem estar corretos e atualizados, conforme identidade e certidão; os documentos originais devem ser originais e em bom estado. Fonte: FGTAS

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Rural | 14

Um salto puxado pela soja

As exportações do agronegócio gaúcho cresceram 39,1% em valor e 42% em volume no mês passado, na comparação com janeiro de 2016. De acordo com dados divulgados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) ontem, as vendas do setor ao exterior totalizaram 677,3 milhões de dólares, com o embarque de 1,3 milhão de toneladas. O resultado, segundo a FEE, está ligado sobretudo ao complexo soja, que registrou um aumento de 164% em volume e faturou 234,8 milhões de dólares, 150,7 milhões de dólares a mais do que em janeiro de 2016. Outros setores que tiveram incremento, em relação ao mesmo período do ano anterior, foram as carnes (163,6 milhões de dólares) e cereais, farinhas e preparações (56,7 milhões de dólares).

14/02/2017 | Correio do Povo | Cidades | 15

Aguardadas obras em vias na vila Boqueirão

Nove meses após o início das obras de infraestrutura, pavimentação e calçamento da vila Boqueirão, no bairro Jardim Planalto, em Esteio, moradores relatam que ruas, travessas e vielas seguem sem pavimento, concretagem ou colocação de blocos intertravados, como prevê o projeto original começado pela prefeitura. A preocupação da comunidade é de que os trabalhos não sejam encerrados dentro do cronograma, estimado em dez meses. Além da construção do passeio, com rampas de acessibilidade e alargamento de ruas, haviam sido anunciadas uma nova rede de drenagem e a canalização do arroio Boqueirão.

O investimento nas obras foi orçado em R\$ 3,3 milhões. A moradora Rosa Maria Barcelos, de 62 anos, diz que de maio do ano passado até agora não viu mudança significativa ou melhoria para as famílias "Continuamos a conviver com o barro e a poeira. Ainda não vi uma rua asfaltada aqui. Só transtorno e reclamação." A prefeitura informou que as máquinas estão escavando na travessa Alvina Francisca, principal via de acesso da vila, para a aplicação da base de areia e a posterior instalação do meio-fio. Essa será a única rua asfaltada e, nas demais travessas, a pavimentação terá a instalação de blocos intertravados.

Segundo a prefeitura, o projeto engloba, além da canalização do arroio e a construção de rede de drenagem, a urbanização dos espaços públicos. Informou que os trabalhos beneficiarão pelo menos 400 famílias diretamente. Já a Corsan, que realiza obras de redes coletoras e ramais prediais no local, esclarece que existem trechos de difícil acesso, pois há casas em situação irregular, além de ruas sem pavimentação, impedindo serviços em períodos de chuvas. Ressalta que em reunião na semana passada foi definido que a prefeitura ficará responsável por solucionar questões referentes às áreas invadidas, para viabilizar a conclusão de toda a rede.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Cidades | 15

Autorizada instalação de ponte provisória

O Comando Militar do Sul do Exército autorizou ontem o 3˚ Batalhão de Engenharia de Combate, de Cachoeira do Sul, a iniciar a instalação da ponte móvel no km 153 da RSC 287, entre Candelária e Novo Cabrais. A passagem de veículos de todos os tipos está bloqueada desde 29 de janeiro por medida de segurança devido à desestabilização de uma galeria. A Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) prevê a liberação do tráfego ainda nesta semana. O pedido para a instalação da estrutura metálica partiu da EGR para viabilizar o trânsito até a conclusão da ponte definitiva.

Com a interrupção do tráfego, o desvio por asfalto pelas BRs 153, 290 e 471 aumenta a distância em mais de 100 quilômetros. Diante disso, muitos motoristas recorrem a vias vicinais de chão batido pelo interior de Candelária. Enquanto aguardava a autorização do Comando Militar do Exército, a EGR realizou na semana passada a colocação de pedras e asfalto onde haverá a instalação da ponte provisória, até que o pontilhão permanente para substituir a galeria danificada esteja pronto. A EGR informou que a estrutura emergencial terá 34 metros de extensão, com duas rampas de 7 m em cada extremidade. A ponte permitirá a passagem de carros de passeio e veículos de carga de até quatro eixos e 30 toneladas.

Os demais devem continuar utilizando as rotas como as BRs 392, 471, 153 e 290 para o trajeto entre Porto Alegre e Santa Maria. A EGR arcará com custos de logística dos militares e prestará o apoio necessário. O diretor-presidente da EGR, Nelson Lidio Nunes, alerta que, mesmo após a liberação do trecho, com a ponte provisória, é esperada lentidão no tráfego, pois haverá necessidade de semáforo. O fluxo será intercalado e os veículos de carga deverão passar um por vez. A velocidade será limitada a 20 quilômetro horários. Segundo a EGR, a elaboração do projeto da ponte definitiva está em fase final e uma empresa será contratada em caráter emergencial para o serviço, que deverá levar cerca de 90 dias.

Alerta da Amrigs para vacinação

O surto de febre amarela registrado em algumas regiões do Brasil, com maior abrangência na zona rural de Minas Gerais, preocupa as autoridades de saúde em todo o país. No Rio Grande do Sul, o Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEV/RS) já emitiu alerta epidemiológico sobre a doença. Para o presidente da Associação Médica (Amrigs), Alfredo Floro Cantalice Neto, é importante que as pessoas que pretendem viajar para regiões silvestres, rurais ou de mata busquem a imunização, para evitar que contraiam a enfermidade. "A dose é disponibilizada nos postos de saúde. Portanto, quem puder atualizar sua situação vacinal deve fazê-lo", enfatiza. Em casos de suspeita de febre amarela, é muito importante realizar exame de sangue para confirmar a presença do vírus e não tomar nenhum medicamento em casa, pois podem conter substâncias que piorem os sintomas.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Canoas | Observatório | 2

Vai faltar água

Nessa terça-feira (14) entre 13e 18 horas, a concessionária de energia RGE Sul fará a manutenção da rede elétrica localizada na Rua Santa Sofia, bairro Estância Velha, onde fica uma estação de bombeamento de água da Corsan. Em decorrência da falta de energia elétrica, o abastecimento de água poderá ser interrompido no Olaria, Planalto Canoense, Rincão Gaúcho, Loteamento São João e Estância \Telha. O sistema deverá estar normalizado por completo até as 22 horas, segundo a Corsan.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Capa | 1

Ponte do Exército na 287 deve ser instalada hoje

PÁGINA 17

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Capa | 1

Projeto diminui arrombamentos em até 80%

EM CAMOBI Iniciativa da Brigada Militar chamada Férias Tranquilas pode ser estendida para outros bairros de Santa Maria e municípios da região. O mecânico Orestes Pulcinelli (de preto, na foto) atesta resultado do patrulhamento dizendo que dias longe de casa nunca foram tão calmos. Página 21

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Deni Zolin | 6

Com PDV no Banrisul como ficará o atendimento aos clientes?

Depois do Banco do Brasil e da Caixa Federal anunciarem seus planos de demissão voluntária, ontem foi a vez do Banrisul prever que até 700 funcionários se aposentem com um plano de benefícios. É claro que é preciso avaliar a questão do negócio, mas o que preocupa é o atendimento aos clientes. Se já há longas filas no Banrisul, como ficará o atendimento se haverá menos funcionários? O diretor do Sindicato dos Bancários de Santa Maria e Região, Claudenir Freitas, critica os cortes.

— Cada vez estão enxugando mais. Quem vai sofrer com isso são os colegas que ficam e os clientes que vão chegar com um problema e não vão conseguir resolver. No Banco do Brasil, a situação é mais grave, pois estão tirando comissionamentos sem consultar os funcionários, o que reduz os salários até pela metade. São funcionários que tinham alguma comissão por cargo de gerência e que estão ficando sem, em todo o país — afirma Freitas, lembrando com o fechamento da agência do BB na Avenida Medianeira, nesta sexta, cerca de 4 mil clientes serão transferidos para outra agência, aumentando ainda mais o movimento.

Região tem 600 vagas abertas para trabalhar na colheita

As cooperativas da Região Central estão se preparando para as colheitas do arroz e da soja, que começam entre o fim deste mês e o início do próximo Só Santa Maria tem previsão de superar a marca 180 mil toneladas produzidas entre o cereal e a oleaginosa. Por causa disso, será necessária mão de obra que dê conta dessa quantidade. E aí que entram os sacristas e a oferta de vagas de emprego para esses profissionais. Conforme levantamento feito pelo Diário, são até 600 vagas de emprego abertas em 19 cidades para quem estiver disponível para trabalhar nas safras (veja no quadro).

Os salários variam de R\$ 1.040 até R\$ 1.180. E a tendência, desde o ano passado, é que o agronegócio continue positivo no saldo de empregos. Conforme a Fundação de Economia e Estatística (FEE), foram criados mais de 1,7 mil postos formais de trabalho no agronegócio gaúcho em 2016, representando aumento de 0,6% no estoque de empregos do setor. Em 2015,o saldo foi negativo quando mais de quatro mil postos de trabalho foram perdidos.

NA COTRISEL

Uma das cooperativas que mais oferta vagas é a Cooperativa Tritícola Sepeense (Cotrisel que já está em fase de seleção e pretende preencher até 150 vagas nas cidades de Formigueiro, Restinga Seca, São Sepé e Vila Nova do Sul. Conforme o presidente da Cotrisel, José Paulo Kraemer Salerno, não é necessário ter experiência na área, mas prefere que haja, pois se trata de um trabalho pesado. Os safristas vão trabalhar nas unidades da cooperativa, mas é uma atividade cansa braçal mesmo, que exige resistência. Eles trabalham duro - explica Galerno. O setor de Recursos Humanos da Cooperativa Triticola Caçapavana (Co trisul), de Caçapava do Sul, pretende começar a colheita no fim de fevereiro, e ela deve se estender até abril. A cooperativa prioriza trabalhadores que residam na cidade justamente por estes dois motivos: o trabalho é pesado e se estende um período limitado.

Esses fatores levaram a Cooperativa Agrícola de Tupanciretã (Agropan) a definir experiência anterior como um pré-requisito. É a cooperativa com o maior número de vagas abertas (230), já que tem 14 unidades em Tupanciretã, em Joia e Santiago. A ênfase é na colheita de soja, mas já pretende atualizar o banco de dados para facilitar a seleção para as futuras colheitas: de cevada e trigo. O regime de trabalho vai de 6 horas até 8 horas diárias por cinco a seis dias semanais. Por se tratarem de vagas temporárias, a previsão é que os sacristas recebam até três salários, com possibilidade de efetivação no cargo.

TRABALHO RURAL

Conforme a advogada trabalhista Jeane Turbo, o contrato com safristas geralmente é feito com período de vigência pré-fixado. - O trabalho rural possui características próprias, como próprias são as relações que se dão entre empregador e empregado. A legislação estabelece que contrato por safra é aquele cuja duração depende de variações estacionais das atividades agrárias, sendo as tarefas normalmente executadas no período entre o preparo do solo para o cultivo e a colheita - explica. As cooperativas anunciaram vagas tanto por agências da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) dentro do Sistema Nacional de Emprego (Sine) quanto junto às cooperativas.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Agronegócio | 9

Exportações

As exportações do agronegócio do Rio Grande do Sul totalizaram US\$ 677,3 milhões em janeiro de 2017. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, ocorreram elevações em valor (39,1%) e volume (42,0%) e queda nos preços médios (2,0%). Os dados foram divulgados ontem pela FEE.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Geral | 17

Ponte móvel começa a ser montada hoje

A preparação para a colocação da ponte móvel na RSC-287, caminho que liga a Região Central até a Capital, deve ser finalizada na manhã de hoje. De acordo com Luis Fernando Vanacor, engenheiro da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) responsável pela obra, a montagem da passagem provisória começa em seguida. A colocação da ponte deve durar em torno de um dia. Segundo Vanacor, a previsão para o trânsito ser liberado é sexta-feira. Já o tenente-coronel Guilherme Stagi Hossmarm, do 3° Batalhão de Engenharia de Combate, de Cachoeira do Sul, que montará a ponte móvel, é mais otimista.

Segundo ele, a expectativa é que a ponte esteja liberada para passagem de veículos até o final da manhã amanhã. Três viaturas do Exército se deslocaram até o trecho onde um bueiro rompeu, em Novos Cabrais. Os militares fizeram o transporte de materiais para a obra e a instalação no local.

O FICARÁ O TRÂNSITO

A estrutura metálica tem 30 metros de comprimento e é formada por painéis que somados terão 3,6 metros de largura. O que significa que o trânsito será liberado em uma pista

Uma sinaleira controlará o fluxo de veículos nos acessos à ponte

A EGR contratou uma empresa que disponibilizará um funcionário para ficar 24 horas no local

A velocidade para passagem será de 10km/h

Veículos leves terão passagem livre. Ônibus e caminhões com até 30 toneladas terão que passar um de cada vez. Os com peso superior terão de usar desvios

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Região | 20

Sine de Caçapava é destaque

A Agência FGTAS/Sine de Caçapava do Sul prestou 6.257 atendimentos em 2016. O índice alcançado superou as metas estabelecidas para o ano. Durante nove meses do ano passado, a unidade permaneceu em 1º lugar no ranking de metas semestral das Agências FGTAS/ Sine do Estado, divulgado pela Seção de Informação e Pesquisa da FGTAS. O ranking considera o número de habitantes do município e os dados do Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho. A unidade também teve destaque na colocação de trabalhadores no mercado de trabalho, atingindo o 1º lugar geral no âmbito estadual o mês de junho de 2016.

A intermediação de mão de obra é o principal serviço prestado e envolve a captação de vagas de trabalho junto aos empregadores e o encaminhamento de trabalhadores. O objetivo é aproximar empresas que necessitam contratar processionais dos trabalhadores que buscam uma oportunidade. Entre as vantagens, estão o encaminhamento de trabalhadores de acordo com o perfil desejado e a divulgação das vagas em outras cidades. (Gazeta de Caçapava)

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Segurança | 21

Iniciativa reduz em 80% arrombamentos

Para quem não mora em condomínios fechados, há sempre aquela preocupação na hora de sair em férias. Por mais segura que a casa seja, com grades, alarmes e outros dispositivos, o medo de voltar da viagem e ter uma surpresa desagradável sempre existe. Pensando nisso, desde o dia 20 de dezembro, a Brigada Militar coloca em prática, no 3° Esquadrão, responsável pelo policiamento na região de Camobi, a Operação Férias Tranquilas. O projeto-piloto, que será analisado ao fim da operação, no dia 28 de fevereiro, poderá ser implementado em outras regiões da cidade e também em outros municípios da região. Ele funciona da seguinte maneira: quem for sair de férias precisa ir até a sede do 3° Esquadrão (veja no quadro) e fazer urna inscrição. A partir disso, um policial fará tundas constantes pela casa da pessoa cadastrada no período em que a residência estiver desocupada em razão das férias dos seus

moradores.

Uni cupom é deixado na caixa de correio da casa que foi monitorada com o dia e o horário que o policial passou por lá. — E um projeto de proximidade com a comunidade e uma ideia de policiamento comunitário preventivo. Mas não é uma zeladoria, não vamos em uma casa apenas, é uma grande patrulha — diz o capitão Rodrigo Fontoura de Oliveira, comandante interino do 3° Esquadrão. O responsável por realizar as rondas diariamente, o soldado Diego Farias Garin, diz que, desde o início do projeto, mais de 100 pessoas já se cadastraram. No dia a dia, são entre cinco e 10 casas vistoriadas, aumentando o número aos finais de semana. E como tem dado certo, quem viajou no Natal e vai tirar férias de novo fez um novo cadastro. — A maioria são pessoas que saem mais de uma semana. A gente não vai fazer um serviço de zeladoria, mas se sei que não tem gente em casa, não vai ter janela aberta ou um portão.

Aí sei que tem algo errado, e tomamos uma providência. Sem talar que facilita em um possível flagrante — relata Garin. O soldado acrescenta que tem acompanhado a estatística de perto. Desde que o projeto começou, nenhuma das casas cadastradas foi arrombada. E o crime, nesse mesmo período, reduziu cerca de 80%. — O índice baixou gritantemente porque, não rua que tem uma casa cadastrada, fizemos ronda em todas, não só naquelas. Além disso, passamos em vários horários diferentes — reforça.

APROVADO

Para o mecânico Orestes Pulcinelli, 52 anos, que há 27 tem a sua própria oficina, as férias nunca foram tão tranquilas. A casa dele fica nos fundos da oficina. No dia 15 de janeiro, ele resolveu tirar alguns dias de férias, mas, dessa vez, não precisou incomodar os vizinhos. - Ainda avisei o vizinho, mas não liguei quase todo o dia para ver se estava tudo bem. Foi uma novidade excelente, dá uma tranquilidade bem maior para sair. Não digo que vai resolver, mas essa presença é importante porque inibe bastante a ação dos criminosos — conta Pulcinelli.

Dicas para deixar a sua casa mais segura

- Certificar-se de que portas, janelas e portões estão bem trancados
- Não deixar lâmpadas ligadas, já que, ao dia, elas dão sinal de que não tem ninguém em casa
- Peça a um vizinho ou familiar que vá todos os dias para ligar e desligar as luzes Também peça para que a pessoa recolha jornais, revistas e correspondência que podem se acumular, pois isso também é um sinal de que não há ninguém em casa
- Não deixe disponível ferramentas, escadas ou outros objetos que facilitem a entrada de pessoas

Onde se cadastrar para receber a ronda da Brigada Militar

- Local No Quartel da Brigada Militar em Camobi, na Rua Erli de Almeida Lima, próximo à rótula da UFSM
- Horário De segunda a sexta-feira, das 12h30min às 18h30min
- Até quando 28 de fevereiro

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Comunidade | 30

Bueiros entupidos na Tancredo Neves

Os moradores da Rua Rio Grande do Norte, no Bairro Tancredo Neves, reclamaram de três bueiros que estavam vazando no local. Segundo uma leitora, o problema ocorria desde 31 de janeiro de 2016.

O que diz a Corsan

O Diário entrou em contato com a Corsan na sexta-feira, que constatou a responsabilidade no caso. Segundo a companhia, tratava-se de uma obstrução. Foi informado que os caminhões hidrojato da empresa iriam até o local. A reportagem entrou em contato com a leitora, que informou que o problema foi resolvido ainda na sexta-feira.

Concursos

Estão abertas as inscrições para concursos públicos para todos os níveis de ensino. Os salários vão R\$ 1.727,04 a R\$ 9.114,67. Abaixo, as informações e as datas de encerramento das inscrições.

- Ceasa A Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa-RS) publicou edital com processo seletivo para cinco vagas para advogado, contador, engenherio civil e eletricista, com remuneração de até R\$ 6.026,62. Para concorrer a uma vaga é preciso fazer a inscrição até o dia 15 de fevereiro. pelo site da Fundatec. A seleção será por meio de prova de títulos.
- UFRGS As inscrições para o processo seletivo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul seguem até 15 de fevereiro. Os interessados podem se inscrever por meio do site ufrgs.br. As remunerações podem variar de R\$ 4.234,77 a R\$ 9.114,67, correspondente a jornadas de trabalho desempenhadas em regime de 40 horas semanais, com Dedicação Exclusiva.
- Hospital das Clínicas de Porto Alegre Até o dia 20 de fevereiro, estão abertas as inscrições para o concurso do Hospital das Clínicas de Porto Alegre. Há vagas para cursos de níveis médio e superior, na área médica, com jornada de trabalho de 150 a 200 horas mensais. Os salários variam de R\$ 3.004,76 a R\$ 5.794.73. As inscrições podem ser realizadas portalfaurgs.com.br.
- Furg A Universidade Federal do Rio Grande está com processo seletivo aberto para o cargo de professor auxiliar nas áreas de Medicina e Clínica Médica. A remuneração varia de R\$ 2.968,78 a R\$ 3.359,89. Os interessados têm até 20 de fevereiro para se inscrever, pelo site furg.br.
- Prefeitura de Pelotas Até o dia 28 de fevereiro, estão abertas as inscrições para a prefeitura de Pelotas. A prova deve ser realizada no dia 23 de março. A remuneração varia de R\$ 937 até R\$ 5.547,87. São mais de 300 vagas para níveis fundamental, médio ou superior. Mais informações no edital nº 08/2017. disponível no site legalleconcursos.com.br.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Comunidade | 30

Empregos

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (Sine) funciona das 8h ás 17h, na Rua Silva Jardim, 1.994. As vagas abaixo estão disponíveis para hoje. Outras informações pelo telefone (55) 3222-9005.

- Auxiliar Administrativo
- Confeiteiro
- Consultor de Vendas
- Costureira de Máquinas Industriais
- Cozinheiro Doméstico
- Cozinheiro Geral
- Eletricista Automotivo (Auxiliar)
- Geometrista
- Jardineiro Doméstico
- Mecânico de Caminhão
- Mecânico
- Montador de Estruturas
- Montador de Móveis
- Padeiro
- Pintor de Letreiros
- Torneiro Mecânico
- Técnico Mecânico em Ar Condicionado

Vagas para pessoas com deficiência (PCD)

- Atendente de Lojas
- Auxiliar Administrativo
- Auxiliar de Manutenção Predial
- Magarefe
- Representante Técnico de Vendas

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Capa | 1

Exportações do Estado crescem 39% em valor e 42% em volume

Página 12

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Jornal Cidades | 2

Não-Me-Toque

Extensionistas da Emater têm intensificado o trabalho a fim de concluir obras em 13 Espaços Temáticos que serão vistos por milhares de pessoas durante a Expodireto 2017. A feira se realiza de 6 a 10 de março, no Parque da Cotrijal. Diariamente, o coordenador da Emater na feira, Celso Siebert, orienta as equipes, em atividades que vão do paisagismo à terraplanagem de açude. Para manter o interesse do público em alta, a Emater tem o respaldo da Cotrijal para inovar.

Novos Espaços Temáticos podem surgir, a exemplo do inédito MIP-Tecnologia de Aplicação-Solos, e mesmo os espaços consolidados, como Florestas Comerciais, Bovinocultura de Leite e Turismo Rural, destacando um ângulo diferente para convidar o visitante à reflexão. O espaço da Emater/RS-Ascar durante a Expodireto se tornou referência, especialmente para agricultores familiares, pesquisadores, estudantes, professores, imprensa e representações de outros países. Localizado em uma das extremidades do parque, o espaço recebe a visita diária de milhares de pessoas.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 9

Banrisul lança plano de aposentadoria voluntária

O Banrisul anunciou ontem o seu Plano de Aposentadoria Voluntária (PAV), que será limitado a 700 funcionários, com prioridade aos que possuem mais tempo de serviço no banco. Poderão aderir os empregados aposentados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) ou aptos para tanto. O prazo é de 15 de fevereiro até 25 de março, e os desligamentos ocorrerão de 10 de março até 30 de junho deste ano.

O Banrisul não se pronunciou se o PAV poderá resultar no fechamento de agências e nem detalhou as economias que serão geradas com esses desligamentos. Em fato relevante assinado pelo diretor Financeiro e de Relações com Investidores do Banrisul, Ricardo Richiniti Hingel, a instituição financeira informa que a proposta do PAV foi "planejada para permitir que os desligamentos atendam aos interesses do banco e compatibilizem as expectativas dos empregados". O texto afirma ainda que o banco manterá os seus acionistas e demais interessados informados sobre o desenvolvimento do plano.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 12

Agropecuária gaúcha exporta mais em janeiro

Desempenho positivo no Rio Grande do Sul foi registrado em valor e volume, segundo levantamento da FEE

As exportações do agronegócio gaúcho totalizaram US\$ 677,3 milhões em janeiro de 2017. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, ocorreram elevações em valor (39,1%) e volume (42,0%), e queda nos preços médios (2,0%). Os dados foram divulgados ontem pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Tradicionalmente, janeiro é um mês de menor movimentação comercial para o agronegócio gaúcho. Segundo o economista da FEE Sérgio Leusin Júnior, "isso ocorre pela menor disponibilidade de produtos agrícolas para a exportação e porque a demanda externa está mais voltada para a safra norte-americana". Contudo, comparativamente aos anos anteriores, o volume embarcado em 2017 pode ser considerado elevado, especialmente no complexo soja, que exportou 164% a mais do que em janeiro de 2016.

Em termos de valor, houve aumento nas exportações do complexo soja (mais US\$ 150,7 milhões; 179,3%), nas carnes (mais US\$ 43,1 milhões; 35,8%) e nos cereais, farinhas e preparações (mais US\$ 10,1 milhões; 21,7%). Por outro lado, as maiores quedas no valor exportado ocorreram nos setores de fumo e seus produtos (menos US\$ 10,6 milhões; -18,0%) e produtos florestais (menos US\$ 7,0 milhões; -7,5%). Os principais destinos das exportações do agronegócio do Rio Grande do Sul em janeiro foram China (29,1%), União Europeia (15,6%), Coreia do Sul (7,5%) e Rússia (4,0%), que, juntos, concentraram 56,3% dos embarques.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 14

Transferências para distribuidoras serão menores

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou ontem a Resolução Normativa nº 758/2017, que estabelece as regras gerais para a incorporação das chamadas Demais Instalações de Transmissão (DIT), detidas atualmente pelas transmissoras, para as distribuidoras. A operação ficará menor que a inicialmente prevista pela autarquia. Conforme ficou definido, serão objeto de transferência um conjunto de 17 subestações e 1,357 mil quilômetros de linhas, que correspondem a uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 29 milhões e resultarão em indenizações estimadas em R\$ 65 milhões às transmissoras envolvidas.

Quando iniciou as discussões sobre o tema, em 2015, a Aneel previa uma operação envolvendo 118 subestações e 14.675 quilômetros de linha, que correspondiam a uma RAP de R\$ 628 milhões e resultariam em indenizações que somariam R\$ 1,502 bilhão. Reclamações por parte das transmissoras, que perdem receita com a transferência, já tinham levado a Aneel a reduzir o volume de ativos abrangidos, mas o corte foi reforçado depois que o governo federal regulamentou regras para o cálculo da indenização para ativos de transmissão, o que resultou num forte aumento dos custos potenciais da operação em relação aos previstos pela Aneel quando elaborou a proposta.

Na lista de ativos que serão compulsoriamente objeto de transferência, publicada nesta segunda pela Aneel, consta que empresas como a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep), as subsidiárias da Eletrobras Chesf, Eletrosul, Furnas e a estatal gaúcha CEEE-GT deverão transferir algumas de suas subestações e linhas de transmissão para distribuidoras como Ampla, CEEE-D, Celesc, Celpe, Coelba, CPFL Leste, CPFL Paulista, CPFL Sul, Elektro, Escelsa, Light e RGE, entre outras. Porém há o risco de que a relação possa passar por ajustes. A razão para a operação, segundo a agência, é que "a existência das DIT gera trechos de rede entre o sistema de transmissão e o usuário final sobre os quais a distribuidora não pode executar plenamente suas atividades, comprometendo o atendimento ao consumidor".

A autarquia entende que a operação melhorará a eficiência operacional do sistema elétrico. A incorporação das DIT pelas distribuidoras será feita na primeira revisão tarifária a ocorrer a partir de janeiro de 2019. Na ocasião, essas linhas de transmissão e subestações serão contabilizadas como parte dos ativos imobilizados da concessionária, passando a ser consideradas para fins de cálculo das tarifas. O pagamento da indenização para as distribuidoras corresponderá ao valor não depreciado dos ativos transferidos. O montante deverá ser pago em até 30 dias após a revisão tarifária da distribuidora na qual a DIT for incorporada.

A resolução salienta que, até a data da incorporação das DIT pela distribuidora, a transmissora permanece responsável por cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato de concessão e nas normas da Aneel, inclusive pela operação e manutenção do ativo. As partes podem acertar a transferência prévia dos ativos em relação à incorporação dos ativos, mas as distribuidoras não terão direito a qualquer antecipação de receitas e de custos operacionais nos processos tarifários.

Uergs

– A Uergs está com as inscrições abertas para três cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) que serão oferecidos em Bagé, Bento Gonçalves e Porto Alegre. Na Capital será aberta mais uma turma do curso de especialização em Gestão Pública. No interior, serão ofertados os cursos de especialização em Qualificação Docente em Ciências da Natureza e Matemática, em Bento Gonçalves, e de especialização em Docência no Ensino Religioso, em Bagé. Site: uergs.rs.gov.br/especialização.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Capa | 1

Exportações do Estado crescem 39% em valor e 42% em volume

Página 12

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Jornal Cidades | 2

Não-Me-Toque

Extensionistas da Emater têm intensificado o trabalho a fim de concluir obras em 13 Espaços Temáticos que serão vistos por milhares de pessoas durante a Expodireto 2017. A feira se realiza de 6 a 10 de março, no Parque da Cotrijal. Diariamente, o coordenador da Emater na feira, Celso Siebert, orienta as equipes, em atividades que vão do paisagismo à terraplanagem de açude. Para manter o interesse do público em alta, a Emater tem o respaldo da Cotrijal para inovar.

Novos Espaços Temáticos podem surgir, a exemplo do inédito MIP-Tecnologia de Aplicação-Solos, e mesmo os espaços consolidados, como Florestas Comerciais, Bovinocultura de Leite e Turismo Rural, destacando um ângulo diferente para convidar o visitante à reflexão. O espaço da Emater/RS-Ascar durante a Expodireto se tornou referência, especialmente para agricultores familiares, pesquisadores, estudantes, professores, imprensa e representações de outros países. Localizado em uma das extremidades do parque, o espaço recebe a visita diária de milhares de pessoas.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Economia | 9

Banrisul lança plano de aposentadoria voluntária

O Banrisul anunciou ontem o seu Plano de Aposentadoria Voluntária (PAV), que será limitado a 700 funcionários, com prioridade aos que possuem mais tempo de serviço no banco. Poderão aderir os empregados aposentados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) ou aptos para tanto. O prazo é de 15 de fevereiro até 25 de março, e os desligamentos ocorrerão de 10 de março até 30 de junho deste ano.

O Banrisul não se pronunciou se o PAV poderá resultar no fechamento de agências e nem detalhou as economias que serão geradas com esses desligamentos. Em fato relevante assinado pelo diretor Financeiro e de Relações com Investidores do Banrisul, Ricardo Richiniti Hingel, a instituição financeira informa que a proposta do PAV foi "planejada para permitir que os desligamentos atendam aos interesses do banco e compatibilizem as expectativas dos empregados". O texto afirma ainda que o banco manterá os seus acionistas e demais interessados informados sobre o desenvolvimento do plano.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Economia | 12

Agropecuária gaúcha exporta mais em janeiro

As exportações do agronegócio gaúcho totalizaram US\$ 677,3 milhões em janeiro de 2017. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, ocorreram elevações em valor (39,1%) e volume (42,0%), e queda nos preços médios (2,0%). Os dados foram divulgados ontem pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Tradicionalmente, janeiro é um mês de menor movimentação comercial para o agronegócio gaúcho. Segundo o economista da FEE Sérgio Leusin Júnior, "isso ocorre pela menor disponibilidade de produtos agrícolas para a exportação e porque a demanda externa está mais voltada para a safra norte-americana". Contudo, comparativamente aos anos anteriores, o volume embarcado em 2017 pode ser considerado elevado, especialmente no complexo soja, que exportou 164% a mais do que em janeiro de 2016.

Em termos de valor, houve aumento nas exportações do complexo soja (mais US\$ 150,7 milhões; 179,3%), nas carnes (mais US\$ 43,1 milhões; 35,8%) e nos cereais, farinhas e preparações (mais US\$ 10,1 milhões; 21,7%). Por outro lado, as maiores quedas no valor exportado ocorreram nos setores de fumo e seus produtos (menos US\$ 10,6 milhões; -18,0%) e produtos florestais (menos US\$ 7,0 milhões; -7,5%). Os principais destinos das exportações do agronegócio do Rio Grande do Sul em janeiro foram China (29,1%), União Europeia (15,6%), Coreia do Sul (7,5%) e Rússia (4,0%), que, juntos, concentraram 56,3% dos embarques.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Economia | 14

Transferências para distribuidoras serão menores

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou ontem a Resolução Normativa nº 758/2017, que estabelece as regras gerais para a incorporação das chamadas Demais Instalações de Transmissão (DIT), detidas atualmente pelas transmissoras, para as distribuidoras. A operação ficará menor que a inicialmente prevista pela autarquia. Conforme ficou definido, serão objeto de transferência um conjunto de 17 subestações e 1,357 mil quilômetros de linhas, que correspondem a uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 29 milhões e resultarão em indenizações estimadas em R\$ 65 milhões às transmissoras envolvidas.

Quando iniciou as discussões sobre o tema, em 2015, a Aneel previa uma operação envolvendo 118 subestações e 14.675 quilômetros de linha, que correspondiam a uma RAP de R\$ 628 milhões e resultariam em indenizações que somariam R\$ 1,502 bilhão. Reclamações por parte das transmissoras, que perdem receita com a transferência, já tinham levado a Aneel a reduzir o volume de ativos abrangidos, mas o corte foi reforçado depois que o governo federal regulamentou regras para o cálculo da indenização para ativos de transmissão, o que resultou num forte aumento dos custos potenciais da operação em relação aos previstos pela Aneel quando elaborou a proposta.

Na lista de ativos que serão compulsoriamente objeto de transferência, publicada nesta segunda pela Aneel, consta que empresas como a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep), as subsidiárias da Eletrobras Chesf, Eletrosul, Furnas e a estatal gaúcha CEEE-GT deverão transferir algumas de suas subestações e linhas de transmissão para distribuidoras como Ampla, CEEE-D, Celesc, Celpe, Coelba, CPFL Leste, CPFL Paulista, CPFL Sul, Elektro, Escelsa, Light e RGE, entre outras. Porém há o risco de que a relação possa passar por ajustes. A razão para a operação, segundo a agência, é que "a existência das DIT gera trechos de rede entre o sistema de transmissão e o usuário final sobre os quais a distribuidora não pode executar plenamente suas atividades, comprometendo o atendimento ao consumidor".

A autarquia entende que a operação melhorará a eficiência operacional do sistema elétrico. A incorporação das DIT pelas distribuidoras será feita na primeira revisão tarifária a ocorrer a partir de janeiro de 2019. Na ocasião, essas linhas de transmissão e subestações serão contabilizadas como parte dos ativos imobilizados da concessionária, passando a ser consideradas para fins de cálculo das tarifas. O pagamento da indenização para as distribuidoras corresponderá ao valor não depreciado dos ativos transferidos. O montante deverá ser pago em até 30 dias após a revisão tarifária da distribuidora na qual a DIT for incorporada.

A resolução salienta que, até a data da incorporação das DIT pela distribuidora, a transmissora permanece responsável por cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato de concessão e nas normas da Aneel, inclusive pela operação e manutenção do ativo. As partes podem acertar a transferência prévia dos ativos em relação à incorporação dos ativos, mas as distribuidoras não terão direito a qualquer antecipação de receitas e de custos operacionais nos processos tarifários.

Uergs

– A Uergs está com as inscrições abertas para três cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) que serão oferecidos em Bagé, Bento Gonçalves e Porto Alegre. Na Capital será aberta mais uma turma do curso de especialização em Gestão Pública. No interior, serão ofertados os cursos de especialização em Qualificação Docente em Ciências da Natureza e Matemática, em Bento Gonçalves, e de especialização em Docência no Ensino Religioso, em Bagé. Site: uergs.rs.gov.br/especialização.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal VS | Política | 6

Daer muda data de licitação da RS-118

Processo estava previsto para ocorrer hoje, mas foi adiado para o dia 17 de março

Sapucaia do Sul - O processo de licitação para as obras remanescentes entre os quilômetros 11 e 22 da RS-118 está mantido, mas com nova data para a abertura das propostas. Anunciada na primeira semana de janeiro, a licitação ocorreria hoje. O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) estipulou que o processo de licitação será no dia 17 de março. Por meio da assessoria da imprensa, a autarquia informou que hoje será publicado novo edital, que precisou passar por "ajustes pontuais".

"Devido a questionamentos feitos por empresas concorrentes no certame, o texto precisou de complementações no intuito de detalhar serviços que deverão ser realizados para a recuperação da pista antiga da rodovia no trecho previsto em contrato", enviou, em nota, a assessoria do Daer. A autarquia reforça que o adiamento da apresentação das propostas, que seria hoje, não prejudica a licitação. Segundo o Daer, as mudanças tiveram o objetivo de "garantir todas as condições favoráveis ao bom andamento do processo".

EM OBRAS

A obra de duplicação da RS-118 entra em novo capítulo, cujo enredo é marcado por atrasos na execução do projeto. A rodovia liga a BR-116, em Sapucaia do Sul, a RS-040, em Viamão, passando pela free way (BR-290), em Gravataí canteiro de obras está dividido em três lotes, sendo que cada um deles é operado por uma empresa. Ainda no ano passado, duas das empresas contratadas para executar a duplicação haviam rescindido o contrato.

Na época, o governo do Estado havia alegado que a empresa Triunfo, que detinha a obra do trecho que compreende o município de Sapucaia do Sul, não tinha mais interesse em continuar o serviço. Além da execução da obra, o governo do Estado tem de lidar com as famílias que foram removidas das margens da RS-116. Eles aguardam a construção de moradias para que sejam reassentados, enquanto custeiam as despesas com auxilio do aluguel social.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Informativo do Vale | Pelo Vale | 3

Uergs

Porto Alegre - A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) abriu as inscrições para três cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) em Bagé, Bento Gonçalves e Porto Alegre. As inscrições podem ser feitas até 10 de março no site. As aulas se iniciam em abril.

Na capital, será aberta mais uma turma do curso de especialização em Gestão Pública. No interior, serão ofertados os cursos de especialização em Qualificação Docente em Ciências da Natureza e Matemática, em Bento Gonçalves, e de especialização em Docência no Ensino Religioso, em Bagé.

As seleções ocorrerão em duas etapas, que compreendem a análise do currículo dos candidatos e entrevista. Mais informações e os editais estão disponíveis no site.

14/02/2017 | O Informativo do Vale | Geral | 4

Lideranças correm contra o tempo para debater pedagiamento da 386

Comitiva do Vale se prepara para audiência pública na quinta-feira, quando apresentará uma carta de reivindicações e negociará melhores condições para a região caso a rodovia tenha novas taxas

Na iminência da primeira audiência para discutir os termos da instalação de quatro pedágios na BR386 - dois deles interferindo diretamente no trânsito do Vale para a capital gaúcha -, lideranças regionais correm contra o tempo em busca de consenso, numa tentativa de minimizar o prejuízo para os moradores do Vale do Taquari.

Chamada de "Rodovia da Produção", a BR-386 é uma estrada estratégica: é a principal via federal de ligação do noroeste gaúcho com a Região Metropolitana, responsável por escoar alimentos e outros tipos de produtos do Vale para o restante do Estado, e por servir de passagem para o escoamento logístico de outras regiões.

Não à toa, por 15 anos, a rodovia esteve sob a responsabilidade da Univias, com duas praças de pedágio na região - em Fazenda Vilanova e em Marques de Souza -, até que a via federal voltou para a União. Para os líderes regionais, porém, ficaram lembranças de promessas contratualizadas e não cumpridas, e, agora, representantes de diversas entidades regionais temem justamente que o drama se repita.

DEBATE

Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari, Cíntia Agostini encabeçou o debate ocorrido na manhã de ontem, no teatro do prédio 16 da Univates, que reuniu prefeitos, vereadores, assessores, representantes de deputados e outros líderes regionais para discutir sobre o futuro da BR-386. Na quinta-feira, uma comitiva do Vale vai a Porto Alegre para a primeira audiência pública sobre a concessão da rodovia e apresentará as propostas da região.

"A comissão tem de hoje até quinta-feira para preparar os documentos. As melhorias nas entradas, especificamente, cada município vai ter que levantar e trazer. Não temos condições de fazer. Queremos um conselho deliberativo e sabemos o quanto isso é complexo, mas podemos tentar. Temos que pedir mais tempo para discutir isso, para amadurecer o debate", ressalta.

Ito Lanius, presidente da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Taquari (CIC-VT), preocupa-se com o quanto do valor arrecadado retornará à região em forma de investimento. "Se realmente tiver melhorias, vai ser um investimento, e isso é necessário. Não somos contra o pedágio, mas defendemos que seja feito um bom contrato."

Demandas

A comissão criada na reunião de ontem elaborará dois documentos, a serem apresentados na audiência pública de quinta-feira: no primeiro, discutirão a necessidade de se estender o prazo para discussão do assunto e de se fazer uma audiência pública no interior do Estado, com representantes de todas as cidades afetadas pelo pedageamento - provavelmente em Lajeado. Caso não se amplie o prazo, a próxima reunião será realizada na semana seguinte, em Brasília.

O segundo documento será apresentado caso o primeiro não receba uma resposta positiva. Nele, a comissão discorrerá sobre as principais demandas do Vale em relação à concessão, como a possibilidade de se criar um conselho deliberativo de usuários, que tenha poder para cobrar as melhorias prometidas na minuta do edital; as obras de melhorias, especialmente em acessos às cidades que margeiam a BR-386; o prazo para início da duplicação - estabelecido no documento original como sendo a partir do 11° ano de concessão; e os cálculos em relação às tarifas, ao número de veículos que trafegam pela estrada e o quanto do arrecadado será reinvestido.

Além disso, o grupo deverá debater dois pontos críticos previstos na minuta do edital: um deles trata do custeio da BR-448, a

Rodovia do Parque; o outro diz respeito à manutenção da ponte do Guaíba. Nos dois casos, está previsto que serão custeados com parte da arrecadação dos pedágios a serem implementados na BR-386.

Perda de competitividade

Com a experiência da antiga concessão da BR-386 e a partir dos problemas enfrentados com a EGR nas rodovias estaduais, nos pedágios de Encantado e Cruzeiro do Sul, as lideranças locais temem que o pedagiamento da BR-386 traga mais cobranças do que retorno em forma de melhorias na via.

Para o engenheiro Ivandro Rosa, o problema da concessão é sua "engenharia econômica". "Em outros locais, a empresa faz o desembolso inicial e depois busca o ressarcimento. Aqui, não. Primeiro vão cobrar e se capitalizar, e só depois vão iniciar as obras", alerta.

Prefeito de Fazenda Vilanova, José Luiz Cenci sugeriu que se faça um esforço para que o pedágio de Montenegro vá para a BR-448, para que as praças do Vale não tenham que custear aquela rodovia também. Para Emanuel Hassen de Jesus, prefeito de Taquari, o problema dos pedágios é reduzir a competitividade da região ao tentar atrair novos empreendimentos, pois vai encarecer a logística local.

Na opinião de Vlad Martines, representante de empresa logística, não há como comparar a atual possibilidade de concessão com o contrato antigo. "Está lá, bem claro, na cláusula 20, todas as garantias para nós. Se a empresa não cumprir, vai ter que pagar. Esse documento não foi feito de qualquer jeito. Drenagem, nivelamento das pistas, uma série de questões está prevista para os primeiros 12 meses. Não é a quantidade de praças que temos que discutir, mas o valor a ser cobrado."

BR-386 "fora" do pacote?

Inspetor-chefe da 4ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Lajeado, Ronaldo Brito pediu para que os participantes da reunião olhassem para todo o Estado, não apenas para a região. "Os pedágios são uma realidade no mundo inteiro, não apenas no Brasil. Não entendo por que a rodovia foi feita numa serra terrível. Percebam o custo da duplicação nessa serra, tendo que quebrar pedras. Olhamos a duplicação apenas aqui, mas e no resto? Ela é importante para todo o Estado", argumenta.

"Drenagem, recuperação de asfalto estragado, recolocação de guard rails, isso tudo eles terão 12 meses para fazer. Em até cinco anos, devem cuidar das vias laterais, obras extras. E não são obras baratas. Asfalto não é barato. Colocação de fibra óptica, controle de placas, segurança, iluminação, são investimentos importantes que beneficiarão o Estado todo. O que estranhamos é se levar 11 anos para aquilo que julgamos ser mais importante."

O comandante da PRF também alertou sobre a possibilidade de a região ficar de fora do "pacote" de concessões. "A 386 sempre esteve em questão em razão do custo dela, a dificuldade que oferece para sua manutenção e duplicação. O que tem de dificuldade nesse polo (que ainda inclui dois pedágios na BR-290 e um na BR-101)? A BR-386, de Lajeado a Carazinho. Esse é o 'X' da questão. E toda a manutenção de Lajeado a Porto Alegre", opina.

"Ela foi incluída no pacote para contrabalancear e que fosse um projeto para o desenvolvimento do Estado. Então, temos que ter bastante cuidado com o que vamos fazer, porque, senão, eles vão ficar só com o 'filé'. Temos que ser céticos com os valores e os prazos. Se eles são coerentes? Isso é o que precisamos analisar. Precisamos cuidar, se não ficamos de fora, e eles querem ficar só com o 'filé' e deixar o grande custo, que é a 386, para o governo terminar - e o governo não vai ter como fazer."

Saiba Mais

O projeto prevê a instalação, ainda no primeiro semestre, de quatro praças de pedágio ao longo da BR-386: a praça 4 ficará em Montenegro, no km 426, com tarifa máxima de R\$ 6,20; a praça 5, em Fazenda Vilanova, no km 370, custará até R\$ 9,70; a praça 6 ficará em Soledade, no km 260, com tarifa máxima de R\$ 8,40; e a praça 7, em Tio Hugo, no km 226, poderá cobrar até R\$ 7,60 - em todos os casos, os valores se referem a automóveis e serão corridos para veículos de maior porte com base em um porcentual determinado no edital.

Além de a Rodovia do Parque e da ponte do Guaíba serem custeadas pelos pedágios da BR-386 na minuta do edital, publicado no fi m de janeiro, também há prazos para as obras nos trechos que cortam a região - e esses são pontos críticos na discussão. O trajeto entre São José do Herval e Progresso, por exemplo, deve ter pelo menos 15% da sua ampliação concluída no 11º ano de concessão; já entre Progresso e Lajeado, o término deve ser de, no mínimo, 20% no mesmo ano - considerando 2018 como ano 1, esses porcentuais teriam que ser cumpridos apenas em 2028. O documento projeta, ainda, uma série de melhorias a acessos e reparos na estrada, com prazo de conclusão até 15 anos.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Sul Online | Geral | 14

Banrisul lança plano de aposentadoria voluntária

A diretoria do Banrisul aprovou a implementação de um Plano de Aposentadoria Voluntária para até 700 empregados, com prioridade aos que possuem mais tempo de serviço no banco, de acordo com fato relevante divulgado ontem.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | O Sul Online | Geral | 14

Ponte móvel começa a ser instalada em trecho bloqueado da RS-287

Equipes do Exército iniciaram ontem a instalação de uma ponte móvel no trecho bloqueado da RS-287, em Novo Cabrais. A montagem da estrutura, de 34 metros de extensão, foi autorizada pelo Ministério da Defesa após pedido da Empresa Gaúcha de Rodovias.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Pioneiro | Economia | 5

Banco lança plano para aposentadoria

O Banrisul lançou ontem o plano de desligamento de empregados, denominado Plano de Aposentadoria Voluntária (PAV). As informações são da Rádio Gaúcha.

- A proposta do PAV foi planejada para permitir que os desligamentos atendam aos interesses do banco e compatibilizem, ao mesmo tempo, expectativas dos empregados que se inscreverem no programa com a preservação dos conhecimentos existentes na companhia - diz o documento.

Poderão aderir os funcionários já aposentados pelo INSS ou que estejam aptos. Vale para até 700 empregados. A prioridade será para quem tem mais tempo de serviço. A adesão deverá ser realizada entre 15 de fevereiro e 25 de março de 2017. Desligamentos entre 10 de março e 30 de junho de 2017.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Pioneiro | Geral | 16

Uergs de Bento Gonçalves oferta pós em docência

A unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) em Bento Gonçalves abriu inscrições para a primeira turma do curso de especialização em Qualificação Docente em Ciências Naturais e Matemática. O curso de pós-graduação é dirigido a professores do Ensino Médio e dos anos finais do Ensino Fundamental. As inscrições poderão ser feitas até 10 de março.

São ofertadas 25 vagas. Mais informações pelo telefone (54) 3452.0389. O edital está disponível no site uergs.rs.gov.br/especializacao.

Banrisul lança plano de demissão voluntária

Prioridade será para quem tem mais tempo de serviço e já está aposentado pelo INSS. Página 12

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | 360 graus | 2

Continuidade

"Mesmo que a Selic siga caindo em 2017, a taxa de juros ao consumidor não deve cair a ponto de compensar tudo o que subiu em 2016." Esta é uma das observações do estudo assinado pelo economista Bruno Paim na Carta de Conjuntura, que será divulgada hoje pela Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Em clima de incerteza depois da aprovação de sua extinção pela Assembleia Legislativa em dezembro, a instituição segue trabalhando.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Notícias | 12

Banrisul lança plano de aposentadoria voluntária

O Banrisul abre amanhã um plano de demissão incentivada para até 700 empregados. Segundo comunicado divulgado ontem pelo diretor financeiro e de relações com investidores, Ricardo Hingel, a prioridade será dada para quem tem mais tempo de serviço e já esteja aposentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou apto para tanto.

A adesão ao programa chamado de Plano de Aposentadoria Voluntária (PAV) deverá ser feita até 25 de março. O período de rescisão será de 10 de março até 30 de junho.

"A proposta do PAV foi planejada para permitir que os desligamentos atendam aos interesses do banco e compatibilizem, ao mesmo tempo, expectativas dos empregados que se inscreverem no programa com a preservação dos conhecimentos existentes na companhia", diz documento da instituição financeira. A nota não informa se há incentivos financeiros para a demissão.

Na semana passada, a Caixa Econômica Federal lançou um plano de demissão voluntária, com meta de cortar até 10 mil funcionários. O prazo de adesão começou no último dia 7 e vai até o dia 20 deste mês. Podem participar aposentados pelo INSS ou que estejam aptos ao pedido, empregados com no mínimo 15 anos de trabalho no banco ou tenham adicional de incorporação de função de confiança até a data de desligamento. Como incentivo, a empresa oferece o pagamento de 10 remuneração-base do empregado, limitado até R\$ 500 mil. A economia estimada para 2018 é de R\$ 1,8 bilhão.

NO BB, META DE CORTE DE ATÉ 18 MIL FUNCIONÁRIOS

Outra estatal que abriu plano de demissão incentivada, em outubro do ano passado, foi o Banco do Brasil. A meta é cortar até 18 mil funcionários e obter economia de R\$ 3,8 bilhões por ano. O programa inclui a reestruturação de agências – a previsão é fechar 402 delas e transformar outras 379 em postos de atendimento. Também está previsto o fim de 31 superintendências.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Gisele Loeblein | 16

E tinha soja guardada...

Os números da exportação gaúcha do agronegócio no primeiro mês do ano confirmam que sobrou estoque de soja da safra passada. Usualmente mês de menor movimentação, janeiro teve alta de 42% em volume e de 39,1% na receita nos embarques totais em

relação ao mesmo mês do ano passado, segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE). No complexo soja, a quantidade negociada foi 164% superior.

O grão também aparece como destaque nos números do porto de Rio Grande. Foram 610,81 mil toneladas do complexo soja, alta de 264%.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Gisele Loeblein | 16

Sob medida

Os produtores de soja estão comemorando cada gota de chuva que cai sobre as lavouras do Estado. Como fevereiro é o mês em que ocorre o enchimento de grão, as precipitações são mais do que bem-vindas. É agora que se definirá o tamanho da produção.

Nesta fase, a demanda é de cinco a seis milímetros de água por dia – explica Cláudio Dóro, assistente técnico regional de produção vegetal da Emater.

Na região de Passo Fundo (foto), a chuva já chegou a 55% do volume médio para o mês. O técnico da Emater diz que se o clima continuar colaborando, o Estado poderá ter produtividade recorde:

- O clima está bem equilibrado, atendendo a todas as necessidades hídricas da planta.

Segundo o consultor climático Glauco Freitas, os próximos 15 dias deverão ter ciclo de temperaturas altas e umidade, com pancadas de chuva bem distribuídas e alguns pontos de forte intensidade.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Gisele Loeblein | 16

US\$ 677,3 milhões

US\$ 677,3 milhões foi a receita registrada com as exportações do agronegócio em janeiro, segundo dados da FEE. Em volume, foi 1,3 milhão de toneladas.

Clique aqui para acessar a matéria

Segmento: Interesse

14/02/2017 | Correio do Povo | Economia | 9

Mudança será votada até junho

Em um pronunciamento realizado ontem na sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), em Porto Alegre, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, assinalou que a expectativa do governo é que o projeto para a modernização trabalhista seja votado pelo Congresso ainda no primeiro semestre deste ano. Para o presidente da Fiergs, Heitor José Müller, uma modernização da legislação trabalhista não significa perda de direitos do empregado, mas permitirá equilíbrio, segurança e transparência entre as partes envolvidas e maior competitividade das empresas.

Müller apresentou ao ministro os resultados da pesquisa inédita encomendada pela entidade ao Instituto Methodus, cujos dados revelam que 65% dos trabalhadores gaúchos aceitariam negociar a carga horária diária entre empregador e empregado, com o objetivo de reduzir os dias trabalhados na semana. Esta é uma das propostas previstas na reforma do governo federal para criar condições de geração de 5 milhões de empregos novos no país.

Além disso, segundo a pesquisa, mais de 20% dos entrevistados são favoráveis à modernização das leis trabalhistas no Brasil, e 55%

aceitam alterações, dependendo das condições oferecidas. "A pesquisa da Fiergs referenda o que estamos fazendo há meses pelo Brasil. Nossa proposta foi fruto de longas conversas com todas as centrais sindicais e confederações patronais e, com isso, costuramos uma proposta na qual todos os envolvidos foram contemplados. Nossa proposta está pacificada", afirmou Nogueira. Segundo o ministro, a proposta se baseia em três eixos: segurança jurídica, consolidação de direitos e oportunidade de ocupação e renda para todos.

49,5% apoiam jornada maior

A apuração da pesquisa, com mil entrevistas, foi realizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, na Serra gaúcha e vales do Sinos, Taquari e Paranhana, entre 29 de dezembro e 10 de janeiro. Já a viabilidade de o empregado trabalhar além da jornada diária para acumular horas de folga teve a adesão de 49,5% dos participantes do levantamento feito pelo Instituto Methodus. Outros 43,7% não concordam com a medida e 6,6% a aceitam em parte. Ainda de acordo com o estudo da Fiergs, 45,7% entendem que o desemprego seria diminuído caso os sindicatos e centrais sindicais apoiassem a modernização das leis trabalhistas.

Para 30,3%, o desemprego aumentaria caso isso ocorresse, e 24% não souberam opinar. A amostragem foi calculada tomando-se como base um nível de confiança de 95% para uma margem de erro máxima estimada em até 3,1 pontos percentuais – para mais ou para menos – sobre os resultados obtidos no total da amostra. O coordenador do Conselho de Relações do Trabalho e Previdência Social (Contrab) da Fiergs, Paulo Garcia, também participou do encontro no qual foi relatada a situação das relações do trabalho no Estado e no país.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Correio do Povo | Geral | 19

Contrato deve ser prorrogado

Empresa aguarda detalhes sobre as condições e período, que não poderá ultrapassar 24meses

O contrato de concessão com a Triunfo Concepa, que administra desde 2007 os mais de 120 quilômetros de extensão da BR 290 (freeway), deve ser prorrogado. O fim do contrato seria dia 4 de julho de 2017. A Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) avalia que a prorrogação do contrato de concessão "é uma das opções tecnicamente viáveis e preservaria os serviços prestados aos usuários". A ANTT ressalta que a questão é um assunto de política pública, "cuja formulação está sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)". O MTPA disse que deve promover a extensão do prazo contratual pelo tempo necessário. Ainda conforme o Ministério, o novo leilão deve ocorrer no segundo semestre de 2017. A Triunfo Concepa informou que está aguardando detalhes sobre a prorrogação.

Até o momento a concessionária não foi informada sobre as condições nem sobre o período de prorrogação, que pode chegar a 24 meses, no máximo. A ANTT irá realizar audiência pública amanhã, no auditório do Sest/Senat. No encontro será apresentado o edital e contrato do Programa de Exploração da Rodovia (PER) e dos estudos de viabilidade, para concessão da rodovia BR 101/290/386/448/SC/RS, no trecho da BR 101/SC, do km 455,9 até a divisa SC/RS; da BR 101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR 290 (Osório); da BR 290/RS, no entroncamento com a BR 101 (A) (Osório) até o km 98; da BR 386, no entroncamento com a BR 285/377 (B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR 448; e da BR 448, no entroncamento com a BR 386 até o entroncamento com a BR 116/290. Serão implantados 22 quilômetros de vias marginais, 60 melhorias em acesso, interconexões, retornos, trevos e passarelas. Estão previstos investimentos na ordem de R\$ 7,9 bilhões.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Deni Zolin | 6

A burocracia vai continuar?

O dono da rede catarinense de lojas Havan, Luciano Hang, falou em novembro passado que não investiu no Rio Grande do Sul porque aqui há muita burocracia. Citou como exemplo que tentou abrir a primeira filial em Porto Alegre, em 2000, mas que o projeto ficou seis anos sendo analisado. Em Santa Maria, as queixas quanto à burocracia também são grandes e faltam técnicos para analisar projetos. Mas fica a dúvida: o que os governantes gaúchos fizeram depois disso para tentar mudar essa realidade?

14/02/2017 | Diário de Santa Maria | Política | 10

Ex-prefeito de São Gabriel pagará multa, segundo TCE

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) condenou um ex-prefeito de São Gabriel ao pagamento de multa por ir regularidades nas contas de gestão referentes ao exercício de 2014. Roque Montagner (PT) terá de pagar R\$ 1,5 mil. Como não se reelegeu, a orientação para evitar futuros problemas foi repassada para a atual administração, que tem como prefeito Rossano Dono Gonçalves (PDT). O TCE apontou em relatório oito problemas nas contas. Entre eles estão a regulariza-ção irregular de mão de obra nos serviços de fiscalização escolar, monitoria de creche, agente de ação social, auxiliar de saúde bucal e atendeste de farmácia, pois os cargos deveriam ser preenchidos por concursados

Outro problema era que servidores que ocupavam cargos em comissão (CCs) exerciam atividades burocráticas, técnicas ou operacionais, funções que, por lei, deveriam ser desempenhadas por con-cutsados. Também houve casos de nomeação de uma sobrinha para exercer função gratificada enquanto servidora estatutária, segundo o TCE, além de pagamento de gratificação especial e função gratificada; doação de área em que se instalaria uma empresa que, depois de receber a área, vendeu ela com o consentimento da prefeitura; incorreto uso de recursos, o que resultou em diferenças na movimentação financeira em 2014 e o saldo nos bancos; deficiências na contabilização da dívida ativa; e atraso nos repasses, inadimplência e parcelamento irregular do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de São Gabriel (Ipresg).

AUDITORIA

Além da orientação repassada à atual administração, a prefeitura passará por uma auditoria, que será feita pelo TCE, para verificar se medidas foram implementadas para evitar futuros problemas. O Diário tentou contato com o ex-prefeito Roque Montagner por telefone, mas ele não atendeu às ligações.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Folha de S. Paulo | Painel | 4

Um por todos

O Conselhão de Michel Temer vai sugerir à equipe econômica a criação de um imposto sobre valor agregado federal para substituir atuais tributos sobre consumo e produção. A proposta é a principal do comitê que discute a melhoria do ambiente de negócios no colegiado. Ela será apresentada nesta terça à Fazenda e à Receita e, se passar pelo crivo dos técnicos, será submetida a Temer. O grupo também vai propor uma PEC para dar segurança jurídica a matérias de tributação e regulação.

Vocês por aqui? O comitê do Conselhão que formulou a proposta conta com queridinhos do Planalto como Jorge Gerdau e Roberto Setúbal.

Muita calma Um dos motivos pelos quais Temer desistiu de enviar um novo projeto de lei sobre o direito de greve de servidores públicos foi o receio de despertar mais animosidade nos sindicatos.

Para inglês ver Na prática, entretanto, a proposta com mais força hoje no Planalto não difere disso: emplacar seu projeto como um substitutivo ao texto de Aloysio Nunes, líder no Senado.

Me dê motivo Antes de marcar o ato de 26 de março, o Vem Pra Rua vinha sendo pressionado a voltar às ruas. A retomada da discussão da anistia ao caixa dois e o projeto que tiraria poderes do TSE acenderam o sinal de alerta.

Acelera "São demonstrações de que querem se perpetuar no poder", diz Rogério Chequer, líder do movimento.

Em partes O Planalto concorda com Rodrigo Maia quando o presidente da Câmara diz que precisa de alguém na liderança do governo com quem tenha afinidade, mas avalia que a disputa já foi mais longe do que devia.

Recordar é viver Palacianos lembram que ele foi eleito — senão com apoio — ao menos em sintonia com o Planalto. E que não pode virar as costas completamente para a vontade de Temer.

Assim, sim O relator da reforma da Previdência, Arthur Maia, e o presidente do PPS, ministro Roberto Freire, se insurgem contra parlamentares da sigla que veem necessidade de mudar o texto.

Nem aí Cristovam Buarque, o único senador do PPS, dá de ombros. "Partido que tem ministros na Esplanada tem a obrigação de alertar o governo de seus erros", diz.

Vistas Lindbergh Farias vai pedir que seja adiada a sabatina com Alexandre de Moraes para a vaga no STF. O senador entrou com representação na PGR para que seja investigada a fala do ministro de que havia novidades na Lava Jato na véspera da prisão de Antonio Palocci.

Olho no lance O petista também cobra explicações sobre a apuração da tentativa de um hacker de chantagear Marcela Temer ter ficado concentrada em São Paulo, na Divisão Anti-Sequestro, sob o comando de Moraes.

Marinheiro Anfitrião da sabatina informal com Moraes, Wilder Morais (PP-GO) gosta de passear pelo lago Paranoá. Sua chalana Champagne já foi vista ancorada na casa de outros senadores.

Passos curtos Vereadores de SP correm para instalar uma CPI para apurar prejuízos com recapeamento na cidade. O prazo vence na quarta (15), mas PT, PRB e DEM não indicaram membros, embora já o tenham feito para outras duas comissões.

Precedentes Nos bastidores, vereadores desconfiam de tentativa de extorsão dos investigados. O presidente da CPI, Eduardo Tuma (PSDB), diz que ela "muito provavelmente será instalada" e que a suspeita é "grave e além do meu conhecimento".

Focado Outra das comissões que serão instaladas será voltada ao estudo da migração em São Paulo. Vem sendo tratada nos corredores da Câmara como "terapia ocupacional" para Eduardo Suplicy (PT), que a presidirá.

TIROTEIO

Não existe vedação prévia na Constituição. Que o erro, pela notoriedade dos envolvidos, sirva para que não mais se adote essa prática.

DO DEPUTADO MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ), sobre decisão da Justiça, a pedido do Planalto, de censurar reportagens da Folha e de 'O Globo' sobre tentativa de extorsão a Marcela Temer.

CONTRAPONTO

Quem é o pai?

Em sua exposição na Fundação FHC, na última sexta, o presidente do TST, Ives Gandra Filho, dizia esperar que a reforma trabalhista fosse aprovada no primeiro semestre. Em seguida, viriam mudanças na Previdência e a reforma sindical — o cerne, disse, deve ser o imposto para evitar que sejam criadas corporações sem representatividade, a chamada "fábrica de sindicatos". Ricardo Patah, presidente da UGT, o interrompeu:

— Mas a própria Justiça do Trabalho colabora com a fábrica. Aprova sindicatos sem certificar a documentação.

Ainda com a plateia atenta, o sindicalista prometeu:

— E vou levar as provas para o senhor em Brasília!

14/02/2017 | Folha de S. Paulo | Mercado | 15

STF adia decisão, e Rio fica sem acesso imediato a socorro federal

Liminar para antecipar ajuda a governo do Estado será analisada em 30 dias por ministro do Supremo

Expectativa é que nesse prazo Assembleia local aprove contrapartidas, e Congresso, projeto de recuperação de Estados

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux não atendeu ao pedido do Rio que permitiria antecipar o socorro acertado entre o Estado e o governo federal. Comisso,o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) continuaimpedidodebuscar empréstimos com instituições financeirase terá de continuara pagar suadívida com a União até que as medidas previstas no acordo com o presidente Michel Temer tenham sido aprovadas pelo Poder Legislativo. Em audiência de conciliação realizadanesta segundafeira (13) comoministroHenrique Meirelles (Fazenda) e Pezão, Fux decidiu adiar por 30 dias a decisão sobre a liminar solicitada pelo Estado para antecipar o socorro.

A expectativa é que, nesse período, o Estado consiga votar, na Assembleia Legislativa, as contrapartidas previstas no acordo com a União. Entre elas, estão a privatização da estatal de água e esgoto Cedae (que ocorreria nesta segunda, mas foi adiada), que serviria como garantia de novos empréstimos ao Estado, cortesde gastos e aumentoda contribuição previdenciária de servidores. Esses são os principais pontos acordados com o Ministério da Fazenda em troca de suspensão temporária do pagamento de dívidas com a União e do aval para tomada de novos empréstimos.

Segundo Meirelles,aexpectativa é que o Congresso também aprove nesse prazo o projeto de lei que institui o programade recuperaçãofiscal para Estados em grave situação financeira, como o Rio.De acordo comele, o texto será enviado até sexta (17). Questionado sobre a possibilidade de o Rio aguentar mais 30 dias sem uma ajuda emergencial, Meirelles afirmou que a questão está nas mãos do Congresso e da Assembleia Legislativa. "Essa é uma pergunta que certamente deverá ser endereçada aos parlamentares que votarão e discutirão isso em ambas as casas em regime de urgência", disse.

PRIVATIZAÇÃO

A expectativa do governador do Rio era que o projeto que prevê a privatização da Cedae fosse votado até esta quarta-feira (15). No entanto, nesta segunda, a Assembleia fluminense adiou a análise para odia20(leiaà pág.A16). Pezão declarou ainda que a expectativa do Estado é pagar até esta terça-feira (14) a folha de pagamento de toda a área de segurança. "Vamos pagar. Mesmo comdificuldade, quero colocar o 13° em dia", afirmouaodeixaro STF.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 10

Supremo nega socorro imediato ao Rio de Janeiro

Processo de antecipação de ajuda financeira foi suspenso por 30 dias

Em audiência de conciliação realizada ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, não atendeu ao pedido do Rio de Janeiro de uma liminar antecipando o socorro ao estado. No encontro entre Fux, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), a opção foi por adiar por 30 dias a decisão de conceder ou não uma liminar - no período, a expectativa é que o estado consiga votar, na sua Assembleia Legislativa, as contrapartidas previstas no acordo com a União. Entre elas, estão a privatização da estatal de água e esgoto Cedae, que serviria como garantia de novos empréstimos, cortes de gastos e o aumento da contribuição previdenciária.

Esses são os principais pontos acordados com o Ministério da Fazenda em troca de suspensão temporária dos pagamentos de dívidas com a União e aval para a concessão de novos empréstimos. De acordo com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a expectativa é que o Congresso Nacional também aprove o projeto de lei complementar que institui a recuperação fiscal de estados em grave situação financeira, como o Rio, que segundo ele será enviado a próxima sexta-feira. Esse projeto prevê a suspensão

temporária do pagamento dos entes da federação com a União, e será reapresentado, já que foi vetado pelo presidente Michel Temer no final de 2016 por ter sido aprovado na Câmara sem as contrapartidas de controle de gastos e exigência de privatização de ativos definidas pela equipe econômica.

Questionado sobre a possibilidade de Rio aguentar mais 30 dias sem uma ajuda emergencial, Meirelles afirmou que a questão está nas mãos do Congresso e da Assembleia Legislativa. "Essa é uma pergunta que certamente deverá ser endereçada aos parlamentares que votarão e discutirão isso em ambas casas em regime de urgência", disse o ministro. A expectativa do governador do Rio é que o projeto que prevê a privatização da Cedae seja votado até amanhã. "Esta pronto pra ser votado, já discutiram, abriram pauta, emendas já foram feitas. Iam discutir hoje (segunda-feira), mas houve problemas na Assembleia. Acredito que até quarta-feira votem", disse o governador. Ele declarou ainda que a expectativa do estado é pagar nesta terça-feira a folha de pagamento de "toda a área de segurança".

Pezão afirmou que pediu ao presidente Michel Temer reforços das Forças Armadas para ajudarem na segurança do estado até depois do Carnaval. "São mais de 2 milhões de pessoas na rua nesse período", disse. Em entrevista após a audiência, o ministro do STF declarou que o prazo de 30 dias foi necessário entre outros fatores porque as contrapartidas acordadas entre Rio de Janeiro e União não foram nem colocadas no pedido de liminar. "Precisa constar dos autos as providências que se comprometeram a adotar. É preciso judicializar isso", declarou Fux. "Outra providência é que, para evitar guerra de liminares nessas decisões, fixamos a prevenção do Supremo para decidir todas as questões relativas a esse compromisso", disse.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 14

Porto do Rio Grande movimentou 2,7 milhões de toneladas em janeiro

Volume de carga no mês passado teve crescimento de 29,1% ante o mesmo período de 2016

O porto do Rio Grande apresentou melhora em todos os segmentos de cargas neste início de 2017, movimentando mais de 2,7 milhões de toneladas em janeiro. O número representa crescimento de 29,1% quando comparado ao mesmo período de 2016, segundo dados do setor de estatística do porto. "Estamos muito satisfeitos com a movimentação de janeiro, foi a melhor de todas que temos registro. Iniciar o ano já com um crescimento acima dos 20% nos traz boas perspectivas para o ano. No entanto, sabendo das dificuldades do momento econômico, seguiremos cautelosos e trabalhando forte para aumentar a competitividade do complexo", afirma o diretor-superintendente do porto, Janir Branco.

No total, foram 2.788.872 toneladas divididas em carga geral, granel sólido e líquido. Todas com alta de movimentação: respectivamente, 9,7%, 50,2% e 19,5%. Os destaques foram o trigo, embarque e desembarque, com crescimento de 12,3%; e o complexo soja (óleo, farelo e grão), que teve aumento de 264%, ultrapassando as 610 mil toneladas. "O Rio Grande do Sul ainda tem soja da última safra, o que explica esses números atípicos. A projeção da safra 2017 é boa, e por isso acreditamos em um bom ano para os grãos", conclui Branco.

As embarcações também aumentaram no complexo portuário: em janeiro de 2016, foram 232; e em 2017, foram 267. Os contêineres tiveram crescimento de 0,5%. A China segue sendo o principal destino dos produtos que partem de Rio Grande. Em janeiro, o país asiático recebeu 579.329 toneladas de produtos, sendo a soja o principal. Coreia do Sul (132.916), Japão (95.792), Espanha (81.504) e Indonésia (64.431) completam a lista dos cinco principais destinos. Já nas importações, a Argentina aparece como principal cliente com 120.804 toneladas. Completam a lista das principais origens: Estados Unidos (46.861), Algéria (46.227), Argélia (45.899) e Catar (934.838).

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Edgar Lisboa | 17

Curta

A concessão das BRs 101, 290 e 386 será tema de audiência pública em Porto Alegre no dia 16 de fevereiro.

14/02/2017 | Jornal do Comércio | Política | 19

Alerj adia votação de privatização da companhia estadual de águas e esgoto

A Presidência da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) adiou a votação do projeto de lei que autoriza a privatização da Cedae, a estatal de águas e esgoto, inicialmente prevista para a sessão ordinária de hoje. Mais cedo, a Alerj anunciou o adiamento, por causa de um princípio de incêndio, de uma reunião do colégio de líderes partidários, inicialmente marcada para as 14h de ontem. Agora, a reunião de líderes será hoje, às 13h. O presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), pretende tentar um acordo em torno do projeto de lei, que recebeu 211 emendas na primeira sessão de discussão, na quinta-feira passada.

A privatização da Cedae é a primeira das medidas de contrapartida exigidas pelo governo federal no plano de recuperação fiscal do estado a ser enviada à Alerj. O projeto autoriza o governo estadual a privatizar a Cedae, dada como garantia para novos empréstimos, no valor de até R\$ 3,5 bilhões, com aval da União.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Economia | 10

Supremo nega socorro imediato ao Rio de Janeiro

Processo de antecipação de ajuda financeira foi suspenso por 30 dias

Em audiência de conciliação realizada ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, não atendeu ao pedido do Rio de Janeiro de uma liminar antecipando o socorro ao estado. No encontro entre Fux, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), a opção foi por adiar por 30 dias a decisão de conceder ou não uma liminar - no período, a expectativa é que o estado consiga votar, na sua Assembleia Legislativa, as contrapartidas previstas no acordo com a União. Entre elas, estão a privatização da estatal de água e esgoto Cedae, que serviria como garantia de novos empréstimos, cortes de gastos e o aumento da contribuição previdenciária.

Esses são os principais pontos acordados com o Ministério da Fazenda em troca de suspensão temporária dos pagamentos de dívidas com a União e aval para a concessão de novos empréstimos. De acordo com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a expectativa é que o Congresso Nacional também aprove o projeto de lei complementar que institui a recuperação fiscal de estados em grave situação financeira, como o Rio, que segundo ele será enviado a próxima sexta-feira. Esse projeto prevê a suspensão temporária do pagamento dos entes da federação com a União, e será reapresentado, já que foi vetado pelo presidente Michel Temer no final de 2016 por ter sido aprovado na Câmara sem as contrapartidas de controle de gastos e exigência de privatização de ativos definidas pela equipe econômica.

Questionado sobre a possibilidade de Rio aguentar mais 30 dias sem uma ajuda emergencial, Meirelles afirmou que a questão está nas mãos do Congresso e da Assembleia Legislativa. "Essa é uma pergunta que certamente deverá ser endereçada aos parlamentares que votarão e discutirão isso em ambas casas em regime de urgência", disse o ministro. A expectativa do governador do Rio é que o projeto que prevê a privatização da Cedae seja votado até amanhã. "Esta pronto pra ser votado, já discutiram, abriram pauta, emendas já foram feitas. Iam discutir hoje (segunda-feira), mas houve problemas na Assembleia. Acredito que até quarta-feira votem", disse o governador. Ele declarou ainda que a expectativa do estado é pagar nesta terça-feira a folha de pagamento de "toda a área de segurança".

Pezão afirmou que pediu ao presidente Michel Temer reforços das Forças Armadas para ajudarem na segurança do estado até depois do Carnaval. "São mais de 2 milhões de pessoas na rua nesse período", disse. Em entrevista após a audiência, o ministro do STF declarou que o prazo de 30 dias foi necessário entre outros fatores porque as contrapartidas acordadas entre Rio de Janeiro e União não foram nem colocadas no pedido de liminar. "Precisa constar dos autos as providências que se comprometeram a adotar. É preciso judicializar isso", declarou Fux. "Outra providência é que, para evitar guerra de liminares nessas decisões, fixamos a prevenção do Supremo para decidir todas as questões relativas a esse compromisso", disse.

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Economia | 14

Porto do Rio Grande movimentou 2,7 milhões de toneladas em janeiro

Volume de carga no mês passado teve crescimento de 29,1% ante o mesmo período de 2016

O porto do Rio Grande apresentou melhora em todos os segmentos de cargas neste início de 2017, movimentando mais de 2,7 milhões de toneladas em janeiro. O número representa crescimento de 29,1% quando comparado ao mesmo período de 2016, segundo dados do setor de estatística do porto. "Estamos muito satisfeitos com a movimentação de janeiro, foi a melhor de todas que temos registro. Iniciar o ano já com um crescimento acima dos 20% nos traz boas perspectivas para o ano. No entanto, sabendo das dificuldades do momento econômico, seguiremos cautelosos e trabalhando forte para aumentar a competitividade do complexo", afirma o diretor-superintendente do porto, Janir Branco.

No total, foram 2.788.872 toneladas divididas em carga geral, granel sólido e líquido. Todas com alta de movimentação: respectivamente, 9,7%, 50,2% e 19,5%. Os destaques foram o trigo, embarque e desembarque, com crescimento de 12,3%; e o complexo soja (óleo, farelo e grão), que teve aumento de 264%, ultrapassando as 610 mil toneladas. "O Rio Grande do Sul ainda tem soja da última safra, o que explica esses números atípicos. A projeção da safra 2017 é boa, e por isso acreditamos em um bom ano para os grãos", conclui Branco.

As embarcações também aumentaram no complexo portuário: em janeiro de 2016, foram 232; e em 2017, foram 267. Os contêineres tiveram crescimento de 0,5%. A China segue sendo o principal destino dos produtos que partem de Rio Grande. Em janeiro, o país asiático recebeu 579.329 toneladas de produtos, sendo a soja o principal. Coreia do Sul (132.916), Japão (95.792), Espanha (81.504) e Indonésia (64.431) completam a lista dos cinco principais destinos. Já nas importações, a Argentina aparece como principal cliente com 120.804 toneladas. Completam a lista das principais origens: Estados Unidos (46.861), Algéria (46.227), Argélia (45.899) e Catar (934.838).

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Edgar Lisboa | 17

Curta

A concessão das BRs 101, 290 e 386 será tema de audiência pública em Porto Alegre no dia 16 de fevereiro.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Jornal do Comércio Online | Política | 19

Alerj adia votação de privatização da companhia estadual de águas e esgoto

A Presidência da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) adiou a votação do projeto de lei que autoriza a privatização da Cedae, a estatal de águas e esgoto, inicialmente prevista para a sessão ordinária de hoje. Mais cedo, a Alerj anunciou o adiamento, por causa de um princípio de incêndio, de uma reunião do colégio de líderes partidários, inicialmente marcada para as 14h de ontem. Agora, a reunião de líderes será hoje, às 13h. O presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), pretende tentar um acordo em torno do projeto de lei, que recebeu 211 emendas na primeira sessão de discussão, na quinta-feira passada.

A privatização da Cedae é a primeira das medidas de contrapartida exigidas pelo governo federal no plano de recuperação fiscal do estado a ser enviada à Alerj. O projeto autoriza o governo estadual a privatizar a Cedae, dada como garantia para novos empréstimos, no valor de até R\$ 3,5 bilhões, com aval da União.

A bomba já explodiu

Diante da crise econômica e política brutal que enfrentamos – e sobretudo da nossa impotência para mudar no curto prazo –, volta e meia ouço alguém dizer: "Esta bomba vai explodir", "o Brasil é uma bomba-relógio" e outras coisas do tipo. Grande equívoco. A bomba já explodiu. Comparado no curso da história com outros países que admiramos, é bem claro que o Brasil nunca convulsionou de forma convencional, aliando instituições fraturadas com indignação social que levaram a um descalabro quase sem fim. No fim das contas sempre nos ajeitamos e o país seguiu com seus arremedos.

Foi assim na Independência, na República, Estado Novo, 1964 e outros períodos. Chama atenção que em todos os episódios o protagonismo sempre foi dos militares. Por procuração tácita do povo ou por iniciativa própria, as Forças Armadas eram decisivas nos momentos de crise política dos últimos dois séculos, coisa que parece não estar posta agora.

Mas se aqui não tem queda da Bastilha, nos dias de hoje há um componente novo: as redes sociais, que conectam milhões com propósitos semelhantes e mantêm a brasa da indignação social acesa. Foram os cidadãos nas redes que, mobilizados, estiveram nas ruas para mandar embora o moribundo governo Dilma e legitimar o impeachment. Falando na bomba, a que explodiu aqui é do tipo "suja", que combina material radioativo com explosivos convencionais – uma metáfora, claro. Não faz o cogumelo fatal, mas mata por contaminação de radiação. Quando ela explode resta descontaminar o local.

No nosso dia a dia os efeitos dela já são sentidos. O aumento descomunal da violência, o descontrole nos presídios, a ascensão das facções criminosas, a greve da PM, a quebradeira dos Estados e municípios, o desemprego e a recessão que insistem em não nos abandonar. Some-se a isso o pior: o desalento e a falta de crença em soluções vindas da apodrecida classe política.

A bola foi parar nas mãos de Temer e ele teve a chance de limpar a área. Pegou o caminho errado. Achou que focando unicamente na economia pacificaria os brasileiros. Impossível em tempos de Lava Jato. Ao invés de se aliançar com quem trabalha, produz e leva o país nas costas, optou por se cercar de gatunos peemedebistas e protegê-los. Ninguém suporta mais a velha política. A conta vai chegar.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Metro | Foco | 6

Chineses querem Trensurb para ampliar aeromóvel

Mobilidade. Bem recebida pela União, proposta é asiáticos assumirem administração da estatal por 30 anos e construírem 8 linhas ligadas aos trilhos atuais. Quatro seriam em Porto Alegre

Após enterrar o sonho do metrô, Porto Alegre pode encontrar as desejadas melhorias no transporte público em um projeto da China. Interessados em investimentos no Brasil, os chineses da China Railway Engineering Group procuraram o ministrochefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para apresentar a ideia de criar linhas de aeromóvel na região metropolitana interligadas aos trilhos atuais da Trensurb. Em troca, o governo federal cederia a concessão da Trensurb por um período de 30 anos. Em Porto Alegre, a proposta chinesa prevê a criação de quatro linhas. O projeto ainda inclui a troca da frota de trens por veículos novos, além da reforma e manutenção das estações atuais da Trensurb.

De acordo com o diretor executivo da Aeromovel do Brasil – que toca o projeto em parceria com os chineses –, Marcos Coester, a proposta seria autossuficiente economicamente, pois a renda proveniente do volume de usuários (estimado em 1,04 milhão por dia) seria o bastante para pagar a construção, a operação e a manutenção do novo sistema no prazo de 30 anos. Na capital, a primeira linha do aeromóvel ligaria o Mercado Público ao Terminal Triângulo. De lá, o passageiro teria a opção de seguir viagem até Cachoeirinha, ou utilizar outra linha em direção a Alvorada. A terceira iria da esquina da avenida Borges de Medeiros com a Ipiranga, passando pelos campus central da PUCRS e pelo campus do Vale (UFRGS) até chegar a Viamão.

A quarta conectaria o Mercado Público ao bairro Tristeza, passando pelo estádio Beira-Rio – e cumprindo, em parte, o projeto da Trensurb e da prefeitura apresentado em 2011 que ligaria o Centro Histórico à avenida Juca Batista. A ideia, porém, nunca saiu do papel por falta de recursos. A Trensurb, atualmente, é um sistema deficitário para o governo federal. A estatal trabalha com uma

tarifa social – ou seja, o valor arrecadado com as passagens é inferior aos custos da operação. Por isso, nos últimos anos, o governo federal vem subsidiando pouco mais da metade da quantia necessária para manter o serviço (arcou com 50,6% em 2013 e 50,4% em 2014).

Proposta bem aceita

Até o momento, porém, o projeto ainda se encontra no campo das ideias, sem prazos ou custos definidos. Nos bastidores, sabe-se que o ministro Eliseu Padilha gostou do projeto apresentado. Os chineses contam com a pressa do governo federal em abrir mão da Trensurb, que, por ser um sistema deficitário, é visto pelo Planalto como um problema – uma conta que precisa ser encerrada. Procurada pelo Metro, a Trensurb não quis comentar o tema.

Sindimetrô faz críticas

Segundo o vice-presidente do Sindimetrô (Sindicato dos Metroviários do Rio Grande do Sul), Clóvis Pinheiro, a privatização da Trensurb é um desejo antigo do governo federal. "Todos os últimos presidentes tentaram privatizar a Trensurb, mas não tiveram êxito. Eles sugam todos os recursos das empresas do governo para, mais tarde, terem motivos para privatizar", critica.

O PLANO

Confira a linha atual da Trensurb e as extensões previstas pelos chineses na região metropolitana (Ver imagem)

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Metro | Brasil | 8

Governo federal e RJ não entram em acordo

Fracassou a tentativa do governo do Rio de Janeiro de antecipar as medidas para começar a tirar as contas estaduais do vermelho. Após receber negativa do governo e bancos para colocar o acordo em prática o quanto antes, o Estado terá que aguardar que o projeto de renegociação das dívidas com a União seja aprovado na Alerj (Assembleia Legislativa) e no Congresso. Relator do caso, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux acredita que o aval legislativo pode ocorrer em até 30 dias.

Com a dívida estimada em R\$ 50 bilhões, o Rio busca obter uma liminar no STF para antecipar as contrapartidas e bloquear por 36 meses a dívida com a União. O dinheiro seria usado, por exemplo, para o pagamento de salários, que estão atrasados. Fux promoveu uma audiência de conciliação ontem com a presença do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e dos presidentes do Banco do Brasil e da Caixa, e do TCU (Tribunal de Contas da União) mas não houve avanços. Uma nova reunião será em março. "Em até 30 dias, voltamos a nos reunir para ver o que foi feito no período", informou Meirelles. Até lá, o caso fica com o julgamento suspenso e todas as liminares sobre o tema serão analisadas pelo STF.

Pré-condição para os acordos de renegociação de dívidas, o projeto que promove mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal e permite a recuperação fiscal, mediante contrapartidas, está em fase final de elaboração pela equipe econômica e deve ser encaminhado ao Congresso até sexta-feira.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Metro | Publimetro | 14

Fundos de pensão

Segundo noticiário, o rombo acumulado dos principais fundos de pensão de estatais ultrapassou R\$ 46 bilhões, até 2015. O rombo de R\$ 46 bilhões é o deficit atuarial, ou seja, se o fundo fosse obrigado a pagar hoje todos os benefícios atuais e futuros, esse seria o tamanho da fatura. Parte da fatura começou a ser repassada aos participantes (ativos e aposentados) para cobrir esse rombo. A adoção de um plano para tapar os buracos dos fundos de pensão é uma exigência legal, que prevê aportes adicionais dos trabalhadores e das estatais patrocinadoras. Para especialistas e analistas, o rombo é ocasionado por má gestão, investimentos em projetos de alto risco e sem retorno, ingerência política e desvio de recursos das entidades. Funcionários (ativos e aposentados) dessas estatais aguardam com maior interesse que seja normalizada essa incômoda situação.

14/02/2017 | O Estado de S. Paulo | Economia & Negócios | 3

STF adia acordo entre Rio e União por 30 dias

Supremo quer que, nesse período, sejam aprovados, no Congresso e na Assembleia do Rio, os projetos necessários à recuperação fiscal do Estado

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu 30 dias para que o Estado do Rio e a União encaminhem e aprovem as medidas necessárias para viabilizar a recuperação fiscal do governo fluminense. Até lá, não haverá qualquer antecipação dos benefícios acertados entre o Rio e a União, como a suspensão da cobrança da dívida do Estado ou a concessão de novo empréstimo para que os salários de servidores sejam colocados em dia. Com o adiamento da decisão, a situação do Rio se complica um pouco mais.

No Congresso Nacional, embora o plano do governo seja enviar o projeto de recuperação fiscal até o fim desta semana e pedir tramitação em regime de urgência, os parlamentares estão com as atenções voltadas para as reformas trabalhista e da Previdência. Na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), a votação do projeto de lei que autoriza a venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) – fundamental para que o Estado receba um novo empréstimo avaliado em cerca de R\$ 6,5 bilhões – tem sido constantemente adiada.

O novo prazo agora é na semana que vem, segundo o presidente da Alerj, Jorge Picciani. Além disso, Picciani já deixou claro que só aceita votar as demais medidas de ajuste depois que o governo do Rio pagar os salários atrasados, um passivo de R\$ 3,2 bilhões que envolve o 13.º salário e a folha de janeiro. Entre as iniciativas que terão de passar pela Alerj estão o aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo de 11% para 14% e a criação de uma alíquota extra de 8%, medidas que vão trazer R\$ 15,8 bilhões aos cofres do Rio até 2019, mas que enfrentam forte resistência de parlamentares e da população. "A liminar (pedida pelo Rio para antecipar o acordo fechado com a União) não era passível de ser apreciada porque não havia nada de concreto. Precisava constar dos autos as providências que eles se comprometiam a adotar. E era preciso judicializar isto", justificou o ministro do STF Luiz Fux, relator da ação do Rio.

Durante o prazo de 30 dias, o processo ficará suspenso. Ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, chegou a recomendar aos jornalistas que direcionassem as perguntas sobre como fica a situação do Rio nesses 30 dias aos deputados. "Pergunta sobre a situação do Rio deve ser endereçada a parlamentares que votarão as medidas", disse Meirelles. Para o ministro, a decisão de Fux de estabelecer um prazo é uma "declaração de urgência" aos Legislativos. Limite legal. Por mais que tenha a intenção de ajudar, o governo federal vê "limite fiscal e legal" para socorrer o Estado do Rio.

Além disso, a avaliação da área econômica é de que o governo fluminense ainda não entregou o ajuste que prometeu quando assinou o termo de compromisso. Depois da venda da Cedae, nenhum outro projeto de lei foi enviado à Alerj. Apesar do aparente beco sem saída, uma vez que Picciani resiste a votar outras medidas além da Cedae, o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, garantiu que a Alerj está pronta para votar as medidas. "Continuamos em dificuldades, mas estamos trabalhando", disse Pezão, após reunião no STF sobre o acordo. "Temos de votar o mais rápido possível as demais medidas."

A União, por sua vez, trabalha no texto que será enviado ao Congresso Nacional até o fim desta semana para criar o regime de recuperação fiscal. O texto deve ser semelhante ao que tramitou no Congresso no fim de 2016 e acabou vetado pelo presidente Michel Temer depois que a Câmara retirou as contrapartidas da proposta, deixando apenas os benefícios. Embora haja vários projetos prioritários para o governo, a promessa é trabalhar pela aprovação do texto o mais rápido possível.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Rosane de Oliveira | 8

Nereu pede desfiliação do PDT

Depois de 37 anos no PDT, Nereu D'Ávila pediu ontem sua desfiliação à executiva estadual do partido. Por meio de ofício,

informou "profundas divergências ideológicas e programáticas" com as cúpulas regional e nacional do PDT, esta liderada por Carlos Lupi.

À coluna, Nereu se disse desconfortável com as decisões "unilaterais" da direção do partido, como a indicação do ex-prefeito de Canoas Jairo Jorge como candidato ao governo do Estado em 2018. O ex-presidente do PDT em Porto Alegre afirmou que não foi consultado sobre a candidatura e que o assunto não foi debatido. Ele também divergiu sobre a posição contrária do partido em relação ao impeachment de Dilma Rousseff.

- Não há discussão sobre nada, só decisões unilaterais. Os incomodados que se retirem e foi o que eu fiz - contou.

Vereador por 34 anos, Nereu sai do partido dois meses depois da desfiliação do senador Lasier Martins e oito meses após a expulsão de Giovani Cherini.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Notícias | 10

Calote ao IPTU pode gerar perda de imóvel

Mesmo residência única está sujeita à penhora em caso de não quitação do tributo, um dos principais componentes da dívida ativa dos municípios

Muitos não sabem, mas quem deixa de quitar o IPTU pode até perder o imóvel na Justiça. A falta de pagamento do tributo é um dos principais itens da dívida ativa – de pessoas e empresas – das prefeituras. O passivo no Rio Grande do Sul supera R\$ 4,1 bilhões, segundo levantamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE) divulgado ontem por ZH.

Os prefeitos são obrigados pela Lei de Responsabilidade Fiscal a cobrar de inadimplentes – se não o fizerem, podem ser responsabilizados por renúncia de receita. Após medidas administrativas (leia no quadro), se os débitos não forem sanados, a saída é a Justiça. O caminho é mais lento, mas pode resultar em consequências graves, como a perda do imóvel no fim do processo, inclusive nos casos em que se tratar da única residência.

O IPTU é uma dívida que acompanha o bem, por isso, mesmo que for um bem de família, estará sujeito à penhora – afirma o advogado Rafael Nichele, professor da PUCRS e presidente do Instituto de Estudos Tributários.

Cobrança nem sempre é feita de forma eficaz

Ainda que o devedor tente vender o imóvel, a penhora aparecerá na matrícula atualizada, inviabilizando o negócio. Por isso, é bom ter cuidado ao priorizar outras contas e deixar o IPTU de lado por acreditar que a punição é branda.

Não vejo estímulo à sonegação, porque instrumentos legais para cobrar e forçar o devedor a pagar o débito existem. A questão é como as prefeituras usam esses instrumentos – avalia Nichele.

E nem sempre os municípios cobram de forma eficiente, o que tem sido acompanhado pelo TCE desde 2013, na gestão do ex-presidente Cezar Miola, que sintetiza:

É preciso que haja determinação política dos prefeitos.

Muitos temem se indispor com eleitores, mas o presidente da Federação das Associações dos Municípios do Estado (Famurs), Luciano Pinto, alerta:

- Se os prefeitos deixarem de cobrar e os débitos prescreverem, correm o risco de ter de pagar do próprio bolso.

Figue ATENTO

O IPTU

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é de competência dos municípios e incide sobre a propriedade imobiliária, incluindo terrenos, imóveis residenciais e não residenciais.

O imposto na dívida ativa

No caso das prefeituras, o IPTU não pago é um dos principais itens da dívida ativa – o montante que pessoas e empresas devem ao poder público. Segundo levantamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o calote aos municípios do RS equivale a 12% da soma dos orçamentos:

R\$ 4,1 bilhões.

O que acontece com quem não paga

A prefeitura deve notificar o contribuinte para que regularize a situação. Caso isso não aconteça, o débito vira dívida ativa.

A partir daí, várias medidas podem ser adotadas, como a inscrição do passivo em cadastros de inadimplência (como SPC e Serasa) e o protesto em cartório.

Isso vem dando resultado, segundo o TCE, porque o devedor protestado não consegue obter empréstimos nem fazer compras no crediário e se vê forçado a regularizar a situação. Ele também não consegue emitir certidão negativa de débito, caso tente vender o imóvel.

Caso nada disso surta efeito, a prefeitura deve ingressar na Justiça. A ação pode se arrastar por anos, mas o devedor corre o risco de ter o imóvel penhorado.

Prefeituras priorizam ação administrativa

Para reaver recursos pendentes, prefeituras do Rio Grande do Sul priorizam a cobrança administrativa dos débitos da dívida ativa. A judicialização é considerada a última alternativa.

Em Porto Alegre, que acumula a dívida ativa mais alta do Estado (R\$ 1,98 bilhão), os maiores devedores de IPTU passaram a ser protestados em cartório no fim de 2016. Naquele ano, o índice de inadimplência chegou a 21,7%.

Em 2017, além de reforçar a medida e de notificar mais de 50 mil devedores a partir deste mês, a Receita Municipal pretende iniciar a inclusão de maus pagadores em cadastros de proteção ao crédito.

Em Cachoeira do Sul, na Região Central, onde o passivo (R\$ 335,7 milhões) corresponde a 138% do orçamento, um em cada três contribuintes não quitou o IPTU em 2016. A exemplo de Porto Alegre, a prefeitura também planeja iniciar a inscrição de devedores no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Outras administrações, como a de Capão da Canoa, no Litoral Norte, avaliam lançar programas de parcelamento de débitos para estimular a regularização. Segundo o secretário da Fazenda do município, João Bassani, Capão atualizou a planta do IPTU em 2014 e, desde então, a inadimplência passou de 20% para 30%. A dívida ativa chega a R\$ 160 milhões, e 95% desse valor tem relação com o imposto.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Artigo | 21

Parcerias com o setor privado

GUILHERME SOCIAS VILLELA - Economista, ex-prefeito de Porto Alegre

Municípios, Estados, União e sociedade brasileira. Todos em dificuldades. Em crises que não começaram recentemente. Em geral, suas causas têm origem nos governos populistas. Federais e estaduais. Isto posto, diga-se que alguns dirigentes municipais vêm afirmando que vão solucionar problemas financeiros públicos através de parcerias públicas privadas (PPPs – public private partnerships), que seriam o condão para resolver problemas. (Mas dizer que vão calçar uma rua urbana através de uma PPP não tem sentido.)

Ocorre que há confusão entre terceirização, concessão e PPPs.

A terceirização se dá quando uma instituição, por exemplo, fabricante de produtos metalúrgicos, decide encomendar, de outra empresa, refeições para seus funcionários. Isso escapa à sua vocação – além de elevar custos marginais. É quando terceiriza essa função. A concessão ocorre quanto um ente estatal outorga autorização para a gestão, por exemplo, de uma rodovia como a freeway. Em termos técnicos, trata-se de um contrato de meios (outputs).

As PPPs, enfim, objetivam serviços colocados aos usuários. Trata-se de um contrato de resultados (outcomes). Alguns exemplos: a construção (por vezes a administração) – de hospitais, escolas, usinas elétricas, presídios, conjuntos habitacionais, museus e projetos de inovação.

Alguns afirmam que as PPPs são novidades da era britânica de Margaret Thatcher. Mas não são novidades no Brasil: o jovem monarca D. Pedro II assinou uma PPP com empresa do gaúcho (de Arroio Grande) Barão de Mauá para a construção e administração da primeira ferrovia do país (Rio- Petrópolis, 1854). O governo então assegurava aos investidores da ferrovia rendimento anual de 5%. Ocorrendo rendimento inferior, o governo pagaria a diferença. No caso, os rendimentos chegaram a 7% anuais – e o governo não necessitou desembolsos financeiros. Isto é uma PPP!

Num tropo, hoje se pode dizer que a centenária PPP de D. Pedro II inverte a metáfora bíblica (Mateus, Marcos e Lucas): vinhos velhos em odres novos.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Artigo | 21

Uma nova consciência

LUCIANO PINTO - Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs)

É no município que tudo acontece. É onde nascemos, crescemos, vivemos. É, também, onde surge a riqueza gerada em nosso país. Por tal importância, as cidades devem ser protagonistas no debate sobre o futuro do Brasil, rumo à nação que sonhamos. Afinal, muitos serão os desafios até a retomada do desenvolvimento.

Para alcançarmos esse novo Brasil, há uma série de mudanças que precisam ser feitas. Gostaria de elencar cinco delas, que considero fundamentais. Primeiro, a superação das ideologias. Perdemos muito quando bandeiras e partidos se tornam mais importantes do que o bem comum. Precisamos nos unir em torno dos interesses da coletividade.

Temos, ainda, de rediscutir o tamanho do Estado, dimensionando-o ao suficiente para financiar prioridades como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Para tanto, devemos ter a coragem de reduzir cargos e secretarias. Precisamos, também, promover um ambiente empreendedor, abolindo os entraves que comprometem a geração de emprego e renda.

Outra mudança necessária para a consolidação desse modelo de Estado é a eficiência. Planejamento, gestão e metas de trabalho são ferramentas que teriam evitado problemas criados em décadas passadas. Por fim, a reforma do pacto federativo. É urgente descentralizarmos os recursos que hoje se concentram em Brasília, para trazer mais justiça na divisão de tributos. A cada R\$ 100 pagos em impostos, apenas R\$ 18 ficam nos municípios.

Não são soluções fáceis. Mas precisamos encarar esses debates, que estarão em pauta no Seminário dos Novos Gestores, promovido

pela Famurs. Oportunidade para que prefeitos, vices e secretários reflitam sobre questões essenciais como o cenário econômico, o desequilíbrio fiscal e a relação com os órgãos de controle.

Nossa intenção é de que os gestores iniciem bem seus mandatos, em sintonia com o que anseia a população. Ou seja: um Estado que funcione, atendendo às necessidades e investindo bem o dinheiro público. O que está em jogo não é um projeto político, mas o nosso futuro. Uma nova consciência que deve partir de nossos municípios para a construção de um novo Brasil.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Zero Hora | Sua vida | 22

Extras inflam salários de CCs

DEVIDO A ACÚMULO DE GRATIFICAÇÕES, cargos em comissão podem receber até 10 vezes o valor da remuneração básica

Uma das metas anunciadas por Nelson Marchezan ao assumir a prefeitura da Capital – não pagar salário maior do que R\$ 9,3 mil para nenhum ocupante de cargo em comissão (CC) – vai depender de bem mais do que uma assinatura para se tornar realidade. Levantamento feito por ZH no portal da transparência da prefeitura mostrou que, até dezembro, 215 CCs ganhavam mais do que esse limite. São beneficiados por um sistema de gratificações alimentado desde os anos 1980, que chega a multiplicar o valor de salários básicos em até 10 vezes.

Criadas para remunerar serviços extraordinários dos servidores públicos, as gratificações acumuladas geraram nove casos de CCs que recebem mais do que o próprio prefeito, contrariando a Constituição Federal. O assunto está em análise pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Pagamentos que vão bem além da remuneração básica não são exceção na prefeitura. Existem mais de 40 tipos de extras que podem engordar os vencimentos dos servidores, e pelo menos 14 deles podem ser concedidos a CCs – destes, 11 foram criados na última década. As gratificações, que em alguns casos podem ser cumulativas, são as principais responsáveis pelos supersalários de cargos em comissão na Capital. Graças a elas, salários básicos de R\$ 2,2 mil podem passar dos R\$ 22 mil. Conforme a Constituição, o servidor municipal de maior salário deve ser o prefeito – Marchezan hoje recebe R\$ 19,4 mil mensais.

- Tem CCs ganhando muito mais do que isso, por critérios de amizade, de lotação. A regra é demitir todos os comissionados. Só devem ser mantidos os que tiverem alguma questão legal em uma secretaria específica – sinalizou Marchezan.

Até o fim de 2016, o gasto com cargos em confiança representava cerca de R\$ 9 milhões por mês. Em janeiro, cerca de 370 CCs foram exonerados e 49 novos foram nomeados, e o quadro passou de 1.042 para 721, com uma redução no custo de R\$ 3,28 milhões mensais. Segundo o prefeito, a intenção é chegar a 550 cargos.

500 CARGOS ENTRAM RECEBENDO O DOBRO

Muito disso se explica porque mais da metade dos CCs recebem, pelo menos, uma gratificação. Criada nos anos 1990, a chamada Gratificação de Incentivo Técnico (GIT) faz com que pelo menos 500 não concursados, dos mais diversos setores, já ingressem na administração pública recebendo o dobro de seu salário básico, atualmente em torno de R\$ 2,2 mil. O bônus foi criado para gratificar quem tem diploma de nível superior. Apesar disso, é pago em cargos que já exigem nível superior para serem ocupados.

Para começar a enfrentar o problema, a prefeitura deve propor um projeto de lei que desindexe em definitivo as gratificações dos vencimentos dos não concursados. Dessa forma, excetuados os secretários titulares e adjuntos, eles não poderiam ganhar mais do que R\$ 9,3 mil. Sua aprovação, no entanto, não significa que o problema será resolvido de imediato: benefícios como a progressão salarial por tempo de serviço (os chamados avanços) exigirão projetos de lei específicos para serem derrubados. Um grupo da prefeitura trabalha desde o começo do mandato em um estudo que será utilizado como base para a reformulação do sistema de remunerações.

Responsáveis pelas obras da Copa ganham bônus mensal de R\$ 8 mil

Setores ligados à gestão da cidade, que não lidam diretamente com a população, são onde mais gratificações são concedidas – não necessariamente para remunerar funções ou qualificações especiais. Das nove repartições com mais tipos de extras, apenas o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) e a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) são voltadas à prestação de serviços diretos à população.

Há questões de responsabilidade que exigem um pouco mais do servidor. Algumas gratificações, dentro das secretarias de meio, foram criadas para dar conta disso. De fato, as secretarias finalísticas têm menos. Acredito que seja porque têm um volume maior de servidores concursados – reflete o secretário-adjunto da Administração, Carlos Fett Paiva Neto.

Responsável pelas obras de infraestrutura previstas para a Copa de 2014 e ainda não terminadas, a Secretaria de Gestão ganha um incentivo financeiro por ter assumido esse trabalho. Os CCs de nível 8 (o mais alto) vinculados à pasta recebem uma gratificação mensal de R\$ 8 mil. Embora nem a metade dos projetos tenha terminado a tempo do Mundial, a recompensa vem sendo paga há mais de quatro anos.

Titular da pasta à época em que a gratificação foi criada, Urbano Schmitt diz que o bônus veio com a criação de um grupo de trabalho responsável pelas obras – exigência da Confederação Andina de Fomento (CAF) para financiar parte dos trabalhos. A gratificação destinada a eles partiu da prefeitura. Os R\$ 8 mil fixados, mais altos do que a maioria dos benefícios desse tipo, teriam sido definidos pela Secretaria de Administração.

- Eles (a CAF) exigiram a criação do grupo de gestão do financiamento, mas o prefeito não precisa pagar a mais para quem trabalha nele. Foi a administração da prefeitura que decidiu assim, e o valor (da gratificação) foi calculado em cima de parâmetros de outros órgãos que recebem benefícios - disse o ex-secretário.

COMO AS GRATIFICAÇÕES AFETAM A REMUNERAÇÃO DOS CCS

Zero Hora baseou-se no contracheque de dois servidores de órgãos diferentes da prefeitura de Porto Alegre para mostrar como o sistema de gratificações pode afetar sua remuneração. Os dois funcionários em questão são [Cs de nível 5, com curso superior, contratados para o cargo de assistente.

SMAM SERVIDOR A

FAZENDA SERVIDOR B

(VER IMAGEM)

Clique aqui para acessar a matéria

Colunistas





Segmento: Governo RS

14/02/2017 | Affonso Ritter | Jornal do Comércio | 8

O impeachment coreano

A capital da Coreia do Sul, Seul, assistiu neste sábado o 18º protesto contra a presidente Park, presentes três milhões de pessoas. Quem esteve lá foi o gaúcho Luis Felipe Maldaner, criador e o primeiro chefe do escritório do Banco do Brasil da cidade, que destacou a presença de mais idosos que jovens. Chamou a atenção ainda a civilidade dos protestos. A presidente Park recusou prestar depoimento no interrogatório dos procuradores da Suprema Corte, onde o processo de impeachment está correndo, após a aprovação no Parlamento. Mas é consenso entre coreanos que não há como ela permanecer. O povo exige novas eleições. O primeiro ministro assume somente nos seis meses de transcurso do processo na Corte Suprema.

O mesmo preço

Quando o gaúcho Luis Felipe Maldaner chegou a Seul, em 2007, mandava lavar e passar suas camisas num dry cleaning perto do service residence onde morou até 2010. Agora se hospedou no mesmo local e mandou lavar uma camisa na mesma dry cleaning e pagou os mesmos 3 mil KRW de então, após 10 anos.

Centro Integrado

Grupo Uno das academias Sal da Terra e Natasul, Studio Sal da Terra, Pilates Natasul e Ipanema Pilates acaba de abrir o Uno Centro Integrado no Menino Deus. É para reunir profissionais da saúde, serviços e bem-estar num só lugar, segundo o sócio Augusto Geremia. Ele já tem estética, bar natural, ortopedistas, ortodontia, terapeuta floral, moda fitness e estacionamento.

O varejo solidário

Termina amanhã a campanha de doações da rede taQi via site coletivo para pessoas físicas fazerem doações de forma rápida e prática. Para cada real doado a taQi doará outro. É para o Lar de Vovozinhas, em Santa Maria; Lar Padilha (para crianças), em Taquara; e um lar de animais (o Duas Mãos, Quatro Patas) na Capital.

Feira do Estudante

A Casa do Estudante levou ao Iguatemi Porto Alegre a Feira do Estudante para venda de material escolar a preços competitivos até 28 deste mês. O shopping também tem livrarias e papelarias especializadas, que ampliam as opções do retorno às aulas.

Tramontina a marca do churrasco

A Tramontina lança neste ano sua primeira churrasqueira 100% montada. É tirar da caixa e usar. Ela pretende se consolidar como referência em churrasco no Brasil e no mundo. Mas não é de hoje que Tramontina e churrasco andam juntos. A empresa de Carlos Barbosa, que começou como pequena ferraria em 1911, conquistou o mercado com sua ampla coleção de facas, principal instrumento para o preparo e consumo de carnes. O pontapé inicial num projeto totalmente voltado ao churrasco veio em 2010. De lá para cá, ela já lançou mais de 500 itens, entre espetos, talheres, grelhas, churrasqueiras, utensílios, tábuas

Clique aqui para acessar a matéria

Tem blindagem, sim

Depois de chutar o balde e fazer todos os movimentos possíveis para proteger o governo da Lava-Jato, o presidente Michel Temer tentou remendar o óbvio desgaste junto à opinião pública. O efeito, no entanto, é nulo. Como se estivesse garantindo uma faxina na Esplanada, ele afirmou que ministro denunciado ficará fora do cargo provisoriamente, até virar réu e ser demitido definitivamente. Acontece que ministro afastado não perde o foro privilegiado e é essa a proteção que a equipe de Temer tanto quer. Na prática, as ações do presidente da República esvaziam o discurso. Ele recriou um ministério para garantir foro especial a um amigo, apoiou a eleição de Edison Lobão (PMDB-MA) – um aliado fiel – na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e indicou um nome de confiança para o Supremo Tribunal Federal. Quem acompanha o dia a dia de Brasília de perto identifica claramente uma blindagem total, que protege a Esplanada e agrada ao Congresso. Não vamos esquecer que boa parte dos parlamentares é alvo da Lava-Jato ou de outra operação de combate à corrupção. É um time que bate palmas para as manobras contra a Lava-Jato.

REPRESA

O ministro Raul Jungmann (Defesa) não reconhece, mas há uma preocupação do Planalto com o risco de um efeito dominó da crise na segurança do Espírito Santo. O temor é de que em outros Estados, servidores do setor também sigam a estratégia da greve para pressionar os governos. Portanto, a ordem no governo capixaba é endurecer nas negociações e, em Brasília, apertar a legislação sobre direito de greve.

CENSURA

Depois de restringir o trânsito de jornalistas no Palácio do Planalto, o presidente Temer conseguiu a proibição na Justiça de publicação de reportagens sobre ameaças de um hacker à primeira-dama que poderiam atingir a Presidência da República. Engavetar informação de interesse público é censura.

INJEÇÃO

Ao todo, 640 mil trabalhadores gaúchos serão beneficiados pela liberação do FGTS de contas inativas. A previsão é do ministro Ronaldo Nogueira (Trabalho), que estima em R\$ 2,5 bilhões o impacto da medida na economia do Estado. O cronograma dos saques será anunciado com pompa e barulho.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | David Coimbra | Zero Hora | 39

O Brasil sem moral

O nosso problema não é dinheiro. O nosso problema é moral.

A eventual falta de dinheiro complica as coisas, verdade, mas há outros lugares com menos dinheiro e menos dramas.

Seria um defeito congênito das nossas lideranças, talvez? A podridão da elite branca?

Se for, temos também de admitir que as nossas lideranças têm liderança de fato, porque o país inteiro se esforça para imitá-las. Nunca na história do mundo um péssimo exemplo funcionou tanto.

A semana da morte de Marisa Letícia demonstrou com chocante clareza essa característica nacional. Marisa estava agonizante, no hospital, e todos eles se reuniram ao pé do leito, a fim de tramar em harmonia. Todos: Lula, Fernando Henrique, Temer, Sarney, Calheiros. Não havia discordância ali, não havia ninguém chamando ninguém de golpista ou de petralha ou fosse o que fosse. Estavam unidos e solidários não pela morte da companheira de um deles, mas no propósito maior de sufocar a Lava-Jato. É essa a obsessão dos líderes da política nacional hoje em dia: escapar da Justiça.

No mesmo hospital em que Marisa Letícia morria, médicos se comportavam sem ética alguma, tornando públicos inclusive os exames pelos quais ela passou. E fora do hospital, nas redes sociais, uma multidão manifestava sua profunda infelicidade, festejando

a morte alheia, expelindo o fel da sua incapacidade de sentir compaixão.

Enquanto isso, no Espírito Santo, uma polícia que, como todas as demais do país, é malpaga, maltreinada, mal-equipada e maltratada, e tem, por isso, todas as razões para protestar, perdia completamente a razão com a forma como protestou, promovendo um movimento em que chantageava a população, fazendo uma greve ilegal que deixava a cidade à mercê da violência.

E a população, por sua vez, aproveitou-se da greve e saiu às ruas feito horda para saquear lojas e supermercados, comportando-se como os criminosos dos quais tem medo e contra os quais pede proteção.

Tudo isso numa única semana. Pobres, ricos e remediados, políticos, policiais e bandidos, brancos, negros, cafuzos e mamelucos, brasileiros de todas as procedências, todas as idades e todas as religiões, sem nenhum valor que não seja a sua vantagem e a sua conveniência, brasileiros diferentes entre si, mas com algo em comum: a falta de decência.

A falta de moral.

A economia está melhorando. A inflação desabou, o dólar caiu, logo as empresas vão se recuperar e voltar a contratar. O Brasil é grande e forte, tem uma indústria variada, uma agricultura e uma pecuária poderosas, uma população que trabalha. Mas não é a prosperidade que faz uma nação. Não é a justiça social. Não é nem a democracia. É o respeito.

Quando as pessoas se respeitam, quando os valores que movem um país são imateriais, tudo que é material é possível.

Quando os valores são materiais, tudo o que é sólido se desmancha no ar.

Dê uma pensão de R\$ 5 mil por mês a cada brasileiro por toda a sua vida, e os problemas do país não vão diminuir. Talvez aumentem.

Não é o dinheiro o problema do Brasil. Não são os direitos que o brasileiro acha que deveria ter. São os deveres que ele acha que não tem

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Eliane Cantanhêde | O Estado de S. Paulo | 6

Governo de Jucás

Desde ontem, a partir do pronunciamento do presidente Michel Temer pela TV, o governo está nas mãos de uma pessoa: Rodrigo Janot, o procurador-geral da República, a quem cabe oferecer denúncia contra os implicados na Lava Jato. Basta Janot denunciar os ministros "A", "B" ou "C" para que sejam afastados "provisoriamente". E, pelo andar da carruagem, as denúncias podem ser de "A" a "Z". Na fala de Temer, os denunciados sairão apenas provisoriamente, até que o Supremo decida acatar, ou não, a denúncia.

Se acatar, o ministro virará réu e estará permanentemente fora do governo. Se não, volta ao cargo. O horizonte é de um duplo governo: o dos que saírem provisoriamente e os seus substitutos também provisórios. O risco é virar um governo de Jucás, referência a Romero Jucá, que só resistiu uma semana e meia no Planejamento. Suspeito de ter recebido propina da Petrobrás, foi alvejado depois de uma conversa gravada pelo traidor-mor da República, Sérgio Machado, em que falava de um "pacto" para barrar a Lava Jato.

Quando Henrique Alves e Geddel Vieira Lima despencaram, sumiram do mapa. Mas Jucá, igualmente muito próximo de Temer, ficou no limbo. Senador pelo PMDB-RR, ele encenou um velho script. Primeiro, disse que "não devia nada a ninguém" e não havia motivos para se afastar. Pressionado pela opinião pública, anunciou que pediria uma "licença" – que é, por definição, "provisória". Vencido pelos fatos, admitiu a exoneração, já que ele reassumiria sua vaga no Senado. Assim, tornou-se, simultaneamente, líder do governo no Senado e ministro do Planejamento de fato. Até que a realidade se impôs e o "provisório" Dyogo Oliveira assumiu de direito.

Demorou... No pronunciamento de ontem, sem direito a perguntas, Temer colocou o seu governo nas mãos de Janot e diante da

perspectiva de virar um "governo de Jucás" porque precisava desesperadamente reagir à versão comum de que ele comanda a resistência do Congresso, em geral, e do PMDB, em particular, à Lava Jato. Na avaliação palaciana, Temer tinha de se "descolar" desse imenso desgaste. (Até porque ele não tem popularidade para queimar.)

Ao se comprometer em afastar "provisoriamente" ministros denunciados e permanentemente os que se tornarem réus na Lava Jato, Temer fez um cálculo de risco. O mandato de Janot na PGR termina em setembro e, portanto, ele tem sete meses para fazer um "strike provisório" na Esplanada dos Ministérios. Depois, é preciso o Supremo acatar a denúncia para finalizar o jogo. Logo, Temer deu uma resposta à sociedade, mas provavelmente conta com a lentidão na coleta de provas e nos julgamentos.

Detalhe: a maioria dos ministros deve concorrer às eleições de 2018, tendo pouco mais de um ano para desfrutar de foro privilegiado. Hoje, eles são um problemaço para Temer, que governa espiando a PGR, o STF e as manchetes sobre delações da Odebrecht. Depois da desincompatibilização, é cada um por si, Deus por todos e um desses juízes Sérgio Moro no cangote. Tudo parece uma questão de tempo. Ontem, Temer ganhou exatamente isso: tempo.

Cizânia. Está em gestação um pacote que pretende aquecer o turismo no Brasil, mas está é esfriando as relações entre o chanceler José Serra e Eliseu Padilha (Casa Civil) e Marx Beltrão (Turismo). O motivo é uma MP dispensando vistos para turistas dos EUA, Austrália, Canadá e Japão por dois anos. Serra é contra e simplesmente não foi nem enviou representante a uma reunião na Casa Civil, ontem, com Padilha, Beltrão, Dyogo Oliveira e suas equipes. A nova data é terça que vem e Beltrão adverte: "O turismo dá uma resposta rápida para a recuperação econômica, mas não se consegue abrir o País para o mundo sem o Itamaraty como protagonista". Impasse...

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Fernando Albrecht | Jornal do Comércio | 3

Balança mas não cai

No que diz respeito às músicas de Carnaval, marchinhas e sambas, tudo acabou em cinzas antes do tempo. Em priscas eras as emissoras de rádio tocavam as melhores peças já a partir do Ano-Novo. Os sambas-enredo de fácil memorização e melodias de verdade também foram cremadas. O compositor está em extinção.

Para reabastecer a banca de frutas localizada na esquina das avenidas Salgado Filho com Borges de Medeiros, o dono ou os donos transportaram os produtos acondicionados em caixas colocadas uma em cima das outras. Outros três ajudantes se viram em palpos de aranha para evitar que o arranha-céu frutífero desabe pela Salgado Filho. Felizmente para os transeuntes, deu tudo certo. Breve, uma câmara frigorífica, quem sabe.

Dura lex sed lex

Não é greve, não é aquartelamento, é insurreição o que a PM capixaba está fazendo. Nada de anistia, como quer o deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF), ainda que os soldos realmente estejam baixos. Caso o governo passe a mão, abre-se a porteira para o contágio. E aquela vereadora do PSDB que foi flagrada saqueando uma loja por que ainda não foi cassada e presa?

O nó do emprego

Um destravamento nos encargos tributários sobre o emprego formal para fomentar e alavancar a criação de mais postos de trabalho. Esse foi o assunto de reunião entre o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e o presidente e vice do Instituto de Estudos Tributários, Rafael Nichele e Arthur Maria Ferreira Neto, respectivamente.

Pausa térmica

A gaúcha Kieling e Dittrich fechou contrato com a gigante de alimentos BRF para desenvolver um projeto voltado para as pausas térmicas no processo de produção. Vai atingir, só na primeira fase, 18,5 mil colaboradores. O sistema consegue controlar, eletronicamente, o tempo correto de permanência do trabalhador no interior das câmaras frias, utilizando um crachá com chip

Raposas híbridas

O desmatamento da Mata Atlântica causa o surgimento de raposas híbridas em São Paulo devido às mudanças ambientais, segundo pesquisa realizada por Fabricio Garcez, do Programa de Pós-Graduação em Zoologia da Pucrs. E olha que a cruza é estranha: raposinha-de-cerrado com o nosso graxaim-do-campo.

Da enxada ao churrasco I

No dia 10 de janeiro, a página publicou nota e foto sobre a "extinção" da enxada devido à mecanização, mostrando um resistente no comando desta ferramenta, o agricultor Sildo José Dal Pisol (e), de Tuparendi, Em conversa com o jornalista Vilson Winkler (d), Dal Pisol disse que enxada tinha que ser Tramontina.

Da enxada ao churrasco II

Ao ler a nota, enviada à página por Winkler, o presidente da empresa, Clovis Tramontina, ficou encantado e enviou para os dois um kit personalizado de churrasco, com cartão agradecendo o elogio. Dal Pisol se disse duplamente feliz, primeiro por ver sua foto em "jornal renomado da Capital" e pelo presente da Tramontina.

Miúdas

- » AÉREA holandesa KLM iniciou projeto-piloto que utiliza o reconhecimento facial para possibilitar o embarque, sem mostrar passaporte.
- » MAIS um produto com obsolescência programada para durar pouco tempo: prendedores de roupas. O arame se solta.
- » VENDEDORES de lojas de calçados sem calçadeiras é um case de marketing. Muito eficiente para vender menos.
- » BURACO na rua 24 de Outubro quase esquina Dr. Timóteo está firme e fundo há semanas.
- » MARAVILHA sair de casa e às 9h ter que fazer desvios e mais desvios devido às obras na Osvaldo Aranha.

Finais

WALTER Lídio Nunes (Celulose Riograndense) e Luiz Pierry (PGQP) serão palestrantes do seminário Novos Gestores da Famurs. Dia 16/11h/ Centro de Eventos Plaza.

PROFESSOR Jan Brozek (Pesquisas em saúde), da McMaster University, Canadá, fará palestra aberta dia 17/12h30 Hospital Moinhos de Vento.

FUNDATEC firmou parceria com a Softsul para desenvolvimento do curso de Técnico em Informática.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Juremir Machado da Silva | Matinal News | 2

Pouca filosofia

O Senado, agora presidido pelo peemedebista Eunício Oliveira, conhecido nos diários desonrosos da Lava Jato como Índio, aprovou, como herança da gestão do também enrolado em casos de corrupção Renan Calheiros, a reforma do Ensino Médio. A exemplo da reforma trabalhista que entrará em pauta, a reforma na educação seguiu o mantra da flexibilização e da liberdade de escolha. É o palavrório que sempre acompanha as estultices da turma dos camarotes para ludibriar a sempre disponível e ferrada plebe. Nós. Filosofia, sociologia e artes passam a ser obrigatórias, mas opcionais em 40% do currículo.

Nos outros 60% ainda se decidirá o peso delas. Deu para perceber o tamanho do golpe? As escolas serão obrigadas a oferecer essas disciplinas. Os alunos as cursarão se quiserem. Parei, tirei meu chapéu (agora eu uso um) e refleti: quantos adolescentes de moto próprio (não de moto própria) escolherão ter aulas de filosofia e sociologia? Arrisco uma previsão: dois em cada cem. De onde vem esse número? Da minha impressionante imaginação realista. Um oximoro? Bela palavra. Não me darei o trabalho de falar dela. Escrevo para gente culta.

Ficará assim: a escola, que tem problemas de toda ordem, oferece filosofia e sociologia. Os alunos não se interessam por essas

abstrações rotuladas por grande parte como chatice pura. Depois de algum tempo a escola esmorece: para que oferecer o que ninguém quer cursar? Vem a última fase: em situação de escassez de recursos não se pode gastar com professores para disciplinas ociosas. Tchau! Adeus filosofia, sociologia e artes. Para que ir às faculdades estudar tais áreas de conhecimento se o campo de trabalho vai minguar ainda mais.

Os famosos dois andares da sociedade brasileira voltarão a atuar. Escolas privadas de elite oferecerão filosofia, sociologia e artes para filhos de famílias preocupadas com política, pensamento, reflexão, capacidade crítica e outras cerejas que adornam os bolos das elites e pavimentam-lhes o caminho do poder. Pode um adolescente sair bem formado do ensino médio sem uma boa dose de história, filosofia e sociologia? E se o cara quer ser químico, engenheiro civil ou analista de sistemas? Mais uma razão para ter um banho dessas matérias antes da faculdade.

O atual ministro da Educação é do Dem. E daí? O Dem é a antiga Arena, o partido da ditadura militar. O regime dos generais preferia moral e cívica à sociologia. Estamos andando de ré. Não se deve afastar essa hipótese. A corrente dita pragmática acredita que o importante é saber ler, escrever, fazer contas e dominar uma língua estrangeira. Ciências humanas atrapalham? Claro que atrapalham. O jovem aprende que o liberalismo também é uma ideologia. Fica sabendo que o Brasil tem uma tradição patrimonialista empedernida. Ia dizer, como aquele personagem de Graham Greene, em "O Homem de Muitos Nomes", caliginosa. Ele usava as palavras pela sonoridade. O governo retoma um velho projeto conservador: o ensino público como escola técnica. Conta com a preguiça e o desconhecimento dos jovens para atingir seus fins. Aposta que a gurizada fugirá de Platão e de Marx. Está com todas as fichas.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Marta Sfredo | Zero Hora | 14

Começa a ofensiva pelo IPTU

Um mês após o prefeito Nelson Marchezan confirmar que pretende atualizar a planta de valores de IPTU para fazer frente à crise nas contas públicas, começam os primeiros movimentos mais sólidos para colocar o plano em prática. Porto Alegre é a capital do país onde o valor dos imóveis no cadastro da prefeitura está mais defasado. As cifras são as mesmas desde 1992. O recorde pertencia a Aracaju, que não fazia atualizações desde 1989, mas até os sergipanos andaram revendo sua planta.

Devido ao tremendo desgaste com os eleitores, o mais comum é que prefeitos adotem esse tipo de medida para o início do segundo mandato. Sem ambição de reeleição, as perdas costumam ser menores, diz a tradição política. Não deixa de ser um ato de coragem de Marchezan encarar o tema já nos primeiros três meses de governo. Difícil vai ser convencer os vereadores disso – a revisão precisa ser aprovada por lei municipal.

A saída, então, é conquistar a opinião pública, em uma estratégia semelhante à adotada pelo governador Sartori com o pacote de ajustes no ano passado. Como convencer a população a pagar mais imposto é a pergunta de 1 milhão de dólares.

Um apoio importante o prefeito já conquistou. A Associação de Auditores-fiscais do Município (Aiamu) realiza em março seminário sobre a situação do IPTU em Porto Alegre. O público-alvo são, justamente, vereadores, servidores, representantes de entidades e líderes comunitários.

Dado os 25 anos de defasagem da tabela, nos bastidores da Secretaria da Fazenda o entendimento é de que não será possível mexer no valor venal dos imóveis sem fazer alterações também nas alíquotas do tributo. Caso contrário, a cobrança do IPTU daria um salto gigante. A expectativa é de que as residências mais antigas e aquelas situadas nos bairros mais valorizados, sintam mais o peso do imposto. Sem mudança da alíquota, outra alternativa estudada seria aplicar o recolhimento sobre percentual de 80% do preço de mercado.

BRIGA DE PEIXE GRANDE

No gelado mar da cerveja, o maior engole o menor, como mostra a compra da Brasil Kirin pela Heineken.

Presente em mais de 190 países, a gigante holandesa abocanhou a dona das marcas Schin, Eisenbahn e Devassa por cerca de R\$ 2,2 bilhões. Se aprovado por órgãos reguladores, o negócio colocará a Heineken no posto de segunda maior cervejeira no país, com participação de quase 19% do mercado. A líder é a Ambey, dona de marcas como Brahma, Skol e Antarctica, com mais de 65%.

Das 12 fábricas da Brasil Kirin, uma fica no Rio Grande do Sul, em Igrejinha. A empresa é um braço do grupo japonês Kirin Holdings, que adquiriu a Schincariol por R\$ 3,95 bilhões em 2011. Na maré de compra e venda, os orientais devem ter tido alguma ressaca: perderam R\$ 1,75 bilhão.

A Brasil Kirin encerrou o ano passado com lucro de R\$ 247 milhões, revertendo prejuízo de 2015. Mesmo assim, o grupo japonês justificou a venda com os "riscos" da economia do país, afirmando que seria difícil transformar a divisão brasileira em uma atividade "rentável e sustentável".

Pelo visto, o mar da cerveja não está para peixe pequeno.

O aerolevantamento realizado na Capital, anos atrás, conseguiu suavizar disparidades no valor do IPTU, mas não resolveu o impasse. Permitiu identificar locais que não pagavam imposto ou terrenos onde havia aumento de área construída, mas não teve impacto no valor venal das construções.

DEPOIS DA SAÍDA DA COLOMBO DO BARRASHOPPINGSUL PORTO ALEGRE no fim de dezembro, CRESCEM OS BURBURINHOS DE QUE A RIACHUELO TAMBÉM ESTARIA DE MALAS PRONTAS.

Questionada pela coluna, a empresa não confirmou nem negou a informação.

Em 2016, o segmento de franquias

cresceu

8,3%

no país, alcançando faturamento total de R\$ 151 bilhões.

MODA ECOFASHION

A gaúcha DesFaz conquistou o primeiro lugar em concurso promovido por Instituto C&A e Social Good Brasil. As entidades, que buscam iniciativas que tenham impacto positivo na indústria da moda, escolheu o negócio comandado pela designer Aline Cereja Ramos como um dos mais promissores do país. O prêmio de R\$ 30 mil será usado para colocar na vitrine peças cuja fabricação não cause prejuízos à natureza, conta Aline. Algodão orgânico, fibra de bambu e juta são alguns dos materiais mais populares na moda ecofashion.

MC bom EXEMPLO

O McDonald's assinou convênio com a prefeitura de São Paulo para contratar moradores de rua que integram o programa Trabalho

Novo. Segundo Paulo Camargo, presidente do restaurante fast-food no Brasil, a rede tem potencial para oferecer milhares de vagas aos participantes do projeto. Questionada pela coluna, a empresa afirma que, por enquanto, não há planos de expandir a iniciativa para outras capitais. Não seria má ideia. Porto Alegre viu população adulta sem-teto aumentar 75% em oito anos. São 2.115 pessoas nessa situação.

Clique aqui para acessar a matéria

13/02/2017 | Ricardo Noblat | O Globo | 2

Prepara-se o fim da Lava-Jato

"Delação só deve ser admitida com o delator solto" Edison Lobão, presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado

Que não se diga depois que os coveiros da Lava-Jato atuaram em segredo para enterrá-la sem que houvesse a mínima chance de impedi-los. O segredo acabou em maio último, quando foram reveladas gravações de conversas do empresário Sérgio Machado com os senadores Romero Jucá e Renan Calheiros, e o ex-presidente José Sarney. Desde então avançaram as providências para que a Lava-Jato seja velada em breve.

NA SEMANA PASSADA,

o ministro Edson Fachin, novo relator da Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu denúncia da Procuradoria Geral da República e abriu inquérito para investigar Machado, Jucá, Renan e Sarney por tentativa de obstrução da Justiça. Numa das conversas, Jucá diz que é necessário "estancar a sangria" da Lava-Jato, do contrário não restará vivo um só dos atuais políticos.

NOUTRA, RENAN FALA

em restringir as delações, base das acusações mais explosivas contra ele e outros investigados. Com Sarney, Machado discute a derrubada da então presidente Dilma Rousseff e se queixa da falta de acesso ao ministro Teori Zavascki, na época relator da Lava-Jato. Sarney aconselha Machado a procurar um advogado amigo de Teori, o único com livre acesso a ele.

"PRENDE, MAS NÃO ESCULACHA",

pediu Elias Maluco, traficante de drogas e um dos assassinos do jornalista Tim Lopes, ao se render à polícia em setembro de 2002, no Rio. Ao capitão Nascimento, do filme "Tropa de Elite", o traficante de nome Baiano, depois de preso e espancado, suplica antes de ser morto com um tiro à queima-roupa: "Na cara não, chefe, para não estragar o velório".

A LAVA-JATO CORRE

o risco de ser esculachada e de levar um ou mais tiros na cara à luz do dia sem que se manifestem em seu apoio, salvo nas redes sociais, os que celebraram radiantes nas ruas a derrocada de Dilma e do PT. Dilma caiu porque desrespeitou a Constituição ao maquiar as contas do governo e gastar além do que estava autorizada. Mas caiu também pelo "conjunto da obra".

ELA EMPURROU O PAÍS

para o buraco da mais grave recessão econômica de sua história. E para se eleger e se reeleger, beneficiou-se do mais gigantesco esquema de corrupção que jamais existira, responsável também pela degradação da Petrobras, e que garfou até mesmo uma fatia do salário de servidores públicos pendurados em empréstimos consignados.

TAL ESQUEMA FOI

desmontado em parte pela LavaJato. Os que usufruíam, em sua maioria continuam impunes. No máximo, respondem a inquéritos e processos. Essa gente, com assento privilegiado em todos os escalões da República, conspira e age sem pudor para limitar, deter ou se possível sepultar a mais bem-sucedida operação de combate à corrupção que já vimos por aqui.

O STF DARÁ A

palavra final sobre o destino das mais altas autoridades suspeitas de corrupção? Indicase para a vaga de Teori o ministro que assumirá o papel de revisor dos feitos da Lava-Jato. Quem será o ministro? Alguém da inteira confiança dos que mais tarde serão julgados por ele. Quem aprovará seu nome no Senado? Ora, os felizes apoiadores de sua indicação.

O QUE FAZER PARA

aplacar a fúria investigatória da República de Curitiba? Transfere-se para outros lugares quem servia, ali, à Polícia Federal. E o que mais? Vota-se no Congresso a lei de anistia do caixa dois. Por fim, o Congresso acaba com a delação premiada para quem estiver preso. Só valerá para quem estiver solto. Duvidam? Mexam-se!

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Rosane de Oliveira | Zero Hora | 8

Se fosse 2016, Temer já teria reconsiderado nomeação

Uma semana depois de ter nomeado Moreira Franco como ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Michel Temer veio a público informar, ontem, que não tenta interferir na Operação Lava-Jato e que suas ações não servem para blindar seus amigos. O pronunciamento, que chegou depois de um inevitável desgaste com a opinião pública, repete o argumento usado na defesa contra as liminares que anularam a promoção de Moreira, citado 34 vezes na delação do ex-vice-presidente de relações institucionais da Odebrecht, Claudio Melo Filho.

Cogitado desde o ano passado por Temer e sua equipe, o anúncio sobre o "limite" aos integrantes da Esplanada envolvidos na investigação mais famosa do país também veio com alguns dias de atraso. Ficou estabelecida uma "linha de corte". Conforme a decisão do presidente, só serão afastados provisoriamente os ministros que forem denunciados ao Supremo Tribunal Federal, corte de quem tem foro privilegiado. A saída definitiva deve ocorrer se o ministro virar réu, ou seja, se o STF aceitar a denúncia.

O governo vem, desde o afastamento de Geddel Vieira Lima, ressaltando à imprensa que a popularidade não é importante e que o foco está em "botar o país nos trilhos".

Se Moreira estivesse na mesma situação no ano passado e fosse nomeado ministro, Temer já teria desistido de dar a promoção ao amigo. Seguiria o exemplo de Henrique Eduardo Alves, que foi pressionado a pedir demissão em junho do ano passado, quando o acordo de delação de Sergio Machado veio à tona. Investigado na Lava-Jato, Romero Jucá ficou apenas uma semana à frente do Ministério do Planejamento devido à repercussão negativa de sua nomeação. Temer ainda era interino nessa época.

É consenso entre os integrantes do governo que as decisões tomadas agora não podem ser reavaliadas. O Palácio do Planalto percebeu que a reincidência exagerada de reconsiderações havia virado piada na internet e resolveu mudar de rumo. Na segurança de sua cadeira, agora como efetivo, com a economia dando sinais de recuperação e com o respaldo do Congresso, Temer considera que voltar atrás de nomeações ou de medidas polêmicas é atitude de um "governo fraco".

ALIÁS

O PMDB vai escolher o candidato do partido à Presidência da República só em 2018, ano da eleição. Não há como saber qual figura sobreviverá à Operação Lava-Jato neste ano.

NEREU PEDE DESFILIAÇÃO DO PDT

Depois de 37 anos no PDT, Nereu D'Ávila pediu ontem sua desfiliação à executiva estadual do partido. Por meio de ofício, informou "profundas divergências ideológicas e programáticas" com as cúpulas regional e nacional do PDT, esta liderada por Carlos Lupi.

À coluna, Nereu se disse desconfortável com as decisões "unilaterais" da direção do partido, como a indicação do ex-prefeito de Canoas Jairo Jorge como candidato ao governo do Estado em 2018. O ex-presidente do PDT em Porto Alegre afirmou que não foi consultado sobre a candidatura e que o assunto não foi debatido. Ele também divergiu sobre a posição contrária do partido em relação ao impeachment de Dilma Rousseff.

- Não há discussão sobre nada, só decisões unilaterais. Os incomodados que se retirem e foi o que eu fiz - contou.

Vereador por 34 anos, Nereu sai do partido dois meses depois da desfiliação do senador Lasier Martins e oito meses após a expulsão de Giovani Cherini.

LISTA SÊXTUPLA

Relatora da proposta de emenda à Constituição que prevê mudanças na indicação de ministros ao Supremo Tribunal Federal, a senadora Ana Amélia Lemos (PP) defende que o tema seja colocado em pauta na Comissão de Constituição e Justiça. Ontem, ela explicou o projeto em plenário. Pelo texto do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), o presidente escolheria entre seis nomes indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Câmara dos Deputados e Conselho Federal da OAB.

Ana Amélia deu parecer favorável ao projeto. Em seu relatório, sugeriu apenas trocar o CNJ pelo Conselho Superior da Magistratura.

De acordo com o texto protocolado em 2012, ficariam proibidas indicações ao STF de deputados, procurador-geral da República, advogado-geral da União e ministro de Estado. Se essa regra já estivesse em vigor, Alexandre de Moraes não poderia ser indicado para a Suprema Corte.

Defensora do fim do foro privilegiado, Ana Amélia pretende pedir hoje na tribuna a inclusão da PEC que prevê o fim dessa prerrogativa na pauta de votações. A proposta foi aprovada na CCJ no ano passado.

DECRETO RENOVADO

Como faz desde o início da gestão, o governador José Ivo Sartori publicou ontem novo decreto de contingenciamento de gastos no âmbito da administração direta, autarquias e fundações. O texto que trata sobre a calamidade financeira, de novembro de 2016, também foi incluído na publicação.

No ano passado, mesmo com o decreto que proíbe nomeações em vigor, 310 concursados entraram para o quadro de servidores em sete áreas. O texto prevê excepcionalidades: contratações são permitidas quando há "necessidade voltada ao interesse público".

O GOVERNO FEDERAL COGITA INCLUIR PARTE DOS MILITARES NO REGIME DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS. HOJE, OS MILITARES SÃO RESPONSÁVEIS POR QUASE METADE DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA. A PROPOSTA DEVE SER VOTADA AINDA NESTE ANO NO CONGRESSO.

Clique aqui para acessar a matéria

14/02/2017 | Taline Oppitz | Correio do Povo | 4

Planalto cria regras para casos de ministros na Lava Jato

O breve pronunciamento do presidente da República, Michel Temer, sobre a postura que adotará em relação a integrantes do governo e os desdobramentos da Operação Lava Jato têm motivações distintas. Omovimento, além de evitar que o Planalto ou o próprio Temer tenham de dar explicações recorrentes, a cada episódio de envolvimento ou menção de ministros nas investigações, representa tentativa de se precaver ao que deve vir pela frente com a homologação das delações premiadas de executivos e ex-executivos da Odebrecht. Segundo Temer, se um ministro for denunciado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, — que, aliás, deixará o cargo em setembro — ocorrerá o afastamento temporário, que irá tornar-se definitivo apenas no caso de evolução para o status de réu, determinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Os ministros que estiverem na condição de investigados, de acordo com Temer, permanecerão no governo. A manifestação do presidente não deixa de indicar preocupação do Planalto com os rumos da Lava Jato, apesar das demonstrações recentes de que há certo descaso da cúpula palaciana e do peemedebista em pessoa com o desgaste político e as críticas da opinião pública e de adversários gerados por iniciativas mais do que questionáveis e que foram sustentadas. Entre elas, a indicação de Alexandre de Moraes para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal pela morte de Teori Zavascki, a escolha pela bancada do PMDB, com aval do Executivo, do senador Edison Lobão para o comando da estratégica Comissão de Constituição e Justiça, e a nomeação de Moreira Franco na Secretaria-Geral da Presidência, questionada juridicamente.

Pedindo votos

Alexandre de Moraes está em busca de apoio dos senadores à sua indicação ao Supremo. Após sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, a indicação precisa do aval do plenário da Casa. Hoje, às 8h30min, será recebido pelo petista Paulo Paim.

Nereu se desfilia e critica PDT

Mais uma vez os rachas e divergências internas no PDT foram expostas na vitrine. Ontem, o presidente interino em Porto Alegre, Nereu D'Ávila encaminhou à executiva estadual sua renúncia e a solicitação de desfiliação, dele a da esposa Sônia, do partido, onde estava havia 37 anos. No ofício, Nereu destacou que a decisão é irrevogável e ocorreu devido a "profundas discordâncias programáticas e ideológicas". À coluna, Nereu criticou as posturas das executivas nacional e estadual, mencionando o apoio do PDT ao então governo Dilma Rousseff, a escolha de Jairo Jorge como pré-candidato ao Piratini em 2018 sem consulta às bases do partido, e a movimentação da bancada na Assembleia, que se divide em relação a projetos do governo José Ivo Sartori, mas continua ocupando cargos na administração do peemedebista.

Pompeo assume cargo

O presidente estadual do PDT, Pompeo de Mattos, afirmou que respeita Nereu, mas que sua decisão vai na contramão da própria história e do futuro do PDT, "que é promissor e alvissareiro". Pompeo disse que reassumirá o comando do partido na Capital e que caso Nereu mantenha sua posição, estará "renegando toda a sua trajetória". O estatuto do PDT prevê que o presidente estadual acumula o comando em Porto Alegre, mas Pompeo havia se licenciado do cargo.

Em campanha

O deputado estadual Edson Brum garantiu o apoio do deputado federal Alceu Moreira à sua candidatura na corrida pela presidência do PMDB gaúcho. Hoje, Brum acompanha prefeitos a Brasília e aproveitará para tratar da sucessão no PMDB com os ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, e do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra. A eleição à presidência do PMDB ocorre em março. O ex-governador Germano Rigotto também está entre os cotados para disputar o cargo.

APARTES

Paulo Paim está embusca das 27 assinaturas necessárias para protocolar requerimento de criação de uma CPI da Previdência. Até ontem,opetista, que há anos sustenta que não há déficit na Previdência, havia conseguido sete assinaturas.

Clique aqui para acessar a matéria